



GUIA DE FUNDOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

COLEÇÃO PONTOS DE ACESSO

GUIA DE FUNDOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Coleção **Pontos de Acesso**

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado do Paraná

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

MARIA DA GRAÇA SIMÃO
Diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná

Agradecimentos

A todos os servidores e pesquisadores que ajudaram a
construir os 165 anos de história do Arquivo Público do Paraná

Arquivo Público do Paraná

GUIA DE FUNDOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

CURITIBA – PARANÁ
2020

Coordenação da edição
MARINA BRAGA CARNEIRO

Equipe técnica
DORA SILVIA HACKENBERG
FABRICIO ANDRÉ BAGGIO
JULIANA CRISTINA MANERA DA SILVA
MARINA BRAGA CARNEIRO

Projeto gráfico e diagramação
ALESSANDRA TEIXEIRA VEIGA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Thaís Regina Franciscón de Paula - CRB9/1713

D419g Departamento Estadual de Arquivo Público (PR)

Guia de fundos do Arquivo Público do Paraná. / Departamento Estadual de Arquivo Público (PR). – 2. ed. rev. e ampl. – Curitiba : Imprensa Oficial, 2020.
154 p. / (Pontos de Acesso ; 1).

1. Paraná. 2. História. 3. Arquivo Público. 4. Catálogos I. Título. II. Série.

CDD 016.98162

Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP
Rua dos Funcionários, 1796 - CEP 80.035-050
Telefone: (41) 3352-2299
Site: www.arquivopublico.pr.gov.br
E-mail: arquivopr@deap.pr.gov.br

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Fundos Públicos	13
PB 001 - Secretaria do Governo	15
PB 002 - Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública	17
PB 003 - Secretaria de Estado da Fazenda	19
PB 004 - Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS	20
PB 006 - Casa Civil	22
PB 007 - Sistema Nacional do Emprego	24
PB 008 - Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas	25
PB 009 - Secretaria do Interior e Justiça	26
PB 010 - Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública	27
PB 011 - Chefatura de Polícia	28
PB 012 - Secretaria da Agricultura	29
PB 013 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	31
PB 014 - Departamento Administrativo do Estado do Paraná	33
PB 015 - Câmara de Contribuintes do Estado do Paraná	34
PB 016 - Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística	35
PB 017 - Câmara de Propaganda e Expansão Comercial	36
PB 018 - Comissão Central de Sindicância	37
PB 019 - Congresso Legislativo do Estado	38
PB 020 - Tribunal de Contas do Estado do Paraná	39
PB 021 - Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia	41
PB 022 - Junta Comercial do Paraná	42
PB 023 - Departamento Administrativo do Oeste do Paraná	43
PB 024 - Secretaria de Educação e Cultura	44
PB 025 - Comissão Paranaense de Folclore	46
PB 026 - Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura	47
PB 028 - Corregedoria Geral da Justiça	48
PB 029 - Departamento das Municipalidades de Curitiba	49
PB 030 - Conselho Consultivo do Estado do Paraná	50

PB 031 - Secretaria da Saúde Pública	51
PB 032 - Departamento de Estradas de Rodagem	53
PB 033 - Secretaria do Trabalho e Assistência Social	55
PB 034 - Secretaria Geral do Estado	56
PB 035 - Secretaria de Estado dos Negócios do Governo	57
PB 036 - Secretaria da Segurança Pública.....	58
PB 037 - Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná	60
PB 038 - Secretaria de Obras Públicas e Colonização	61
PB 039 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	63
PB 041 - Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação	65
PB 042 - Secretaria de Viação e Obras Públicas	67
PB 043 - Colégio Estadual do Paraná	69
PB 044 - Departamento Estadual de Estatística	71
PB 045 - Poder Judiciário	73
PB 046 - 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual	75
PB 047 - Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas	76
PB 048 - Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Viação e Obras Públicas	77
PB 049 - Secretaria da Fazenda e Obras Públicas	78
PB 050 - Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias	79
PB 051 - Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio	80
PB 052 - Secretaria do Palácio do Governo	81
PB 053 - Secretaria da Fazenda e Indústria	83
PB 054 - Secretaria da Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas	84
PB 055 - Secretaria de Estado da Administração	85
PB 056 - Instituto de Criminalística	87
PB 057 - Instituto de Identificação	89
PB 058 - Conselho Penitenciário do Estado do Paraná	91
PB 059 - Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN	93
PB 060 - Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas - IBPT	95
PB 061 - Conselho Regional de Desportos	97
PB 062 - Secretaria de Estado da Comunicação Social	99
PB 066/CO 009 - Capitania e Província de São Paulo	100
PB 067 - Fundação Instituto de Terras e Cartografia - ITC	102

PB 068 - Grupo de Trabalho Clóvis Moura	103
PB 069 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI	104
PB 070 - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	106
PB 072 - Prefeitura Municipal de Morretes	108
PB 073 - Centro Cultural Teatro Guaíra	109
PB 074 - Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto	111
PB 075 - Portobrás	113
PB 076 - Banco Bamerindus	115
PB 077 - Banco de Desenvolvimento do Paraná -BADEP	117
PB 079 - Corpo de Bombeiros do Paraná	119
Diários Oficiais	121
Fundos Privados	123
PI 001 - Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda	125
PI 002 - Tobias de Macedo	127
PI 003 - Carlos Cavalcanti de Albuquerque	128
PI 004 - Dirceu Mendes	130
PI 005 - Arlindo Padilha	131
PI 006 Germano Bayer	132
PI 008 - Manoel de Alencar Guimarães	134
PI 009 - Escola Técnica de Plácido e Silva	135
PI 010 - Casa da Cultura de Cerro Azul	136
PI 011 - Clube Soroptimista e União Cívica Feminina Paranaense	137
PI 014 - Ruy Christovam Wachowicz	139
PI 015 - Cecília Maria Westphalen	141
PI 016 - Ferragens Hauer	143
PI 017 - Luiz Franceschi	145
PI 018 - Edwino Donato Tempski	146
PI 020 - Nicolau Chaiben	147
PI 021 - Roselys Roderjan	148
PI 026 - Moysés Wille Lupion de Troya	149
PI 038 - Associação dos Funcionários Públicos	151
PI 041 - Romario Martins	152
PI 042 - Pacífico Frederico Zattar	153

Apresentação

O Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná, versão online, é um instrumento de pesquisa que oferece ao usuário uma visão panorâmica dos fundos de arquivo (conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados por entidades públicas ou privadas, pessoas ou grupos sociais, no exercício de suas funções e atividades, recolhidos para guarda, preservação e acesso), cujo objetivo é difundir, disponibilizar e explorar a potencialidade do seu acervo documental, visando aperfeiçoar e dar consistência aos mecanismos de busca e pesquisa.

Transcorridos dezoito anos da primeira edição, publicada em 2002, e com o crescimento e enriquecimento de seu acervo, o Arquivo Público do Paraná apresenta agora uma nova versão - revista e atualizada - de seu Guia de Fundos, instrumento de pesquisa abrangente e normatizado de acordo com os parâmetros da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que permite que se obtenha todas as informações técnicas básicas, com uma visão geral dos fundos existentes sob a guarda desta centenária instituição arquivística.

Entende-se que esta obra, que compõe o oitavo volume da Coleção Pontos de Acesso - conjunto de publicações de referência do Arquivo Público do Paraná -, auxiliará aos estudantes e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento a identificar, localizar, recuperar e ter acesso com mais facilidade à documentação de seu interesse e se tornará, indubitavelmente, uma eficaz ferramenta de pesquisa, difusão e disseminação da informação, criando condições de uso das fontes arquivisticamente constituídas.

Maria da Graça Simão

Diretora do Arquivo Público do Paraná

Introdução

O Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP) tem como uma de suas finalidades salvaguardar a documentação produzida pelo Poder Executivo do Estado desde que foi fundado, em 7 de abril de 1855, como “Archivo Publico Paranaense”, cujo intuito inicial era de reunir a documentação histórica e geográfica do Paraná.

A trajetória do Arquivo relaciona-se intimamente com a história do Paraná e esta instituição, ao longo dos seus 155 anos de existência, recolheu inúmeros documentos textuais, iconográficos e audiovisuais que pontuam desde grandes acontecimentos regionais e nacionais, quanto registram acontecimentos considerados corriqueiros, administrativos.

A Seção de Documentação Permanente, responsável pelo acondicionamento, acesso e criação de instrumentos de pesquisa de documentos permanentes (assim denominados pela Arquivologia pelo seu valor históricos, artístico, científico e/ou probatório), possui sob seu escopo atualmente 71 fundos públicos e 21 fundos privados, cujo recorte temporal abrange de 1697 à primeira década dos anos 2000.

O acervo documental do DEAP é bastante vasto e sentiu-se a necessidade de revisar e atualizar o Guia de Fundos publicado em 2002, uma vez que os fundos ampliaram-se, devido a recolhimentos feitos por meio do Programa de Gestão Documental (PGD) e de doações particulares, e constantemente esta documentação está sendo arrolada e instrumentos de pesquisa são criados, de modo a facilitar o acesso ao pesquisador.

O objetivo dessa publicação é, portanto, divulgar os fundos documentais presentes no acervo permanente do Arquivo Público do Estado do Paraná, promovendo uma descrição geral da documentação. A metodologia dessa descrição foi baseada no Guia de Fundos anterior, que, por sua vez, ateve-se à ISAD(G) e à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE, 2006). Desse modo, há a área de identificação (contendo código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte), área de contextualização (nome do produtor, história administrativa/biografia, história arquivística, procedência), área de conteúdo e estrutura (âmbito e conteúdo, sistema de arranjo), área de condições de acesso e uso (característica física e requisitos técnicos, instrumentos de pesquisa), área de notas e área de controle da descrição (notas e data da descrição).

O acesso dessa documentação é livre e aberto ao público, mediante preenchimento de uma ficha cadastral e termo de responsabilidade apenas no caso do fundo do Instituto de Identificação. O atendimento ao pesquisador é realizado presencialmente, com agendamento prévio, ou via e-mail institucional, sendo respeitada a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) neste caso.

Muita documentação encontra-se digitalizada, especialmente as com maior demanda, como é o caso do fundo da DOPS e os registros de imigrantes.

Além desse Guia de Fundos, o DEAP publicou outros catálogos, integrantes da Coleção Pontos de Acesso, que são temáticos, possuem recorte temporal delimitado e contemplam fundos documentais específicos. Há, ainda, bancos de dados presentes no site institucional, como a pesquisa por “Itens Documentais”, que consulta a indexação de documentos feita no repositório digital Documentador, e os “Registros de Imigrantes”, que englobam diversos livros referentes à imigração ocorrida no Paraná no século XIX.

A maioria dos fundos documentais possui instrumentos de pesquisa próprios, que estão sendo criados e aperfeiçoados frequentemente pela Seção de Documentação Permanente.

O DEAP possui, ainda, uma biblioteca de apoio (Biblioteca Mbá de Ferrante), especializada em história do Paraná, publicações técnicas e que contém teses e dissertações de pesquisadores que utilizaram fontes da instituição.

Uma das nossas principais funções, enquanto servidores públicos, é a de facilitar o acesso às informações que possuímos no acervo do Arquivo Público e a de divulgar essa documentação. Neste sentido, este Guia de Fundos revisado e atualizado vem para reforçar estes esforços.

Marina Braga Carneiro

Seção de Documentação Permanente



FUNDOS **PÚBLICOS**

Título: Secretaria do Governo**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1853-1930**Dimensão e suporte:** 127,7 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria do Governo

História administrativa: A Secretaria do Governo foi criada provisoriamente em 20 de dezembro de 1853 e regulamentada em 12 de abril de 1854. O Regulamento nº 1, de 15 de abril de 1858, determinou que todo o expediente da Secretaria seria distribuído em duas seções. Cabia à 1ª Seção, dentre outros assuntos, instrução pública, terras públicas, catequese e civilização dos índios, vacina e higiene pública, obras públicas gerais e provinciais, correio e comércio, estatística e câmaras municipais, tesouraria geral e provincial e assuntos relacionados à Repartição de Fazenda e a estabelecimentos bancários e de crédito. À 2ª Seção cabia correspondência com autoridades diversas, tais como o Chefe de Polícia e autoridades policiais, Guarda Nacional, Bispo Diocesano e párocos, oficiais de Marinha e particulares. O Regulamento de 3 de maio de 1871 reorganizou a Secretaria do Governo em três Seções, acrescidas de outros serviços. Competia à 1ª Seção, dentre outros assuntos, correspondências com os diretores de outras Secretarias de Estado, com as tesourarias geral e provincial e repartições de fazenda, correspondência com a capitania do porto, autoridades militares e repartições de Marinha e Guerra e de fora da Província. A 2ª Seção era incumbida de assuntos concernentes à administração da justiça, guarda nacional, culto público, negócios eleitorais, instrução pública, saúde pública e hospitais, além do preparo e distribuição das leis provinciais e correspondência com a Assembleia Provincial. Por fim, a 3ª Seção tratava dos assuntos concernentes à agricultura, comércio e obras públicas, catequese, colonização, terras públicas, correio e telégrafos, além de obras públicas gerais. Posteriormente, em 6 de junho de 1874 e 31 de dezembro de 1889, novos regulamentos reorganizaram os serviços desse Órgão. Em 27 de abril de 1892 esta Secretaria foi extinta pela Lei nº 1.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por códigos e livros de Administração Provincial – comumente denominados como APs –, que contêm atos, leis, relatórios, correspondências expedidas e recebidas por diversas autoridades, documentos relacionados à escravidão, indígenas, colonização, terras públicas, segurança pública e saúde, etc.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação encadernada, manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Índices de APs com o recorte de 1853 a 1900 – listagem em ordem alfabética e/ou cronológica. Listagem de códigos com a notação, assunto e data-limite

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Dezembro de 2000

Topografia: Depósito 49: estantes 1 a 5; depósito 50: estantes 7 a 11; depósito 61: estantes 1 a 10

Código de referência: BR APPR PB 002**Título:** Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1892-1935**Dimensão e suporte:** 9,2 metros lineares**Nomes dos produtores:** Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública foi criada pela Lei nº 1, de 27 de abril de 1892, e regulamentada em 20 de maio de 1892. A esta Secretaria cabiam os serviços até então destinados à Diretoria da Instrução Pública e à Secretaria do Governo, no que se refere aos assuntos relacionados ao ensino primário, secundário, superior e profissional e ao funcionalismo público. A Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública passou por diversas alterações: a Lei nº 1.927, de 12 de março de 1920, direciona desta Secretaria para a Secretaria Geral; a Lei nº 2.502, de 25 de fevereiro de 1928, desdobrou a Secretaria Geral do Estado em três Secretarias (Secretaria de Estado de Interior, Justiça e Instrução Pública, Secretaria de Estado de Fazenda, Indústrias e Comércio, e Secretaria de Estado de Agricultura, Viação e Obras Públicas); sob o Decreto nº 1, de 5 de outubro de 1930, a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública é unificada com as Secretarias da Fazenda, Indústria e Comércio e da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando a se denominar Secretaria Geral do Estado; o Decreto nº 758, de 10 de dezembro de 1930, desdobrou a Secretaria Geral em Secretaria da Fazenda e Indústria e Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas. A partir do Decreto nº 320, de 9 de fevereiro de 1932, voltou a denominar-se Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por correspondências, atas, portarias, orçamentos, estatísticas, documentos relacionados à instrução pública, segurança pública, finanças, eleições e limites territoriais.

Sistema de arranjo: O fundo está organizado em três seções: Instrução Pública e Higiene, Interior, e Justiça, com as respectivas subseções e séries.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, impressa e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Educação e Cultura

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província

e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Dezembro de 2000

Topografia: Depósito 50: estantes 7 a 11; depósito 61: estantes 1 a 10

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 003**Título:** Secretaria de Estado da Fazenda**Nível de descrição:** Fundo**Data:** 1912**Dimensão e suporte:** 34,9 metros lineares**Nomes dos produtores:** Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; Secretaria de Estado da Fazenda

História administrativa: A Lei nº 1 de 27 de abril de 1892 cria três Secretarias de Estado (Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública; Finanças, Comércio e Indústrias; Obras Públicas e Colonização). A Lei nº 1.093, 11 de março de 1912, desdobra a Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias em outras duas repartições da mesma categoria, sendo a primeira denominada Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, e a segunda Secretaria de Fazenda. Em 04 de março de 1916, a Lei nº 1.555 extinguiu a Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas, deslocando suas atribuições para a Secretaria de Fazenda, que passou a denominar-se Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas (ver fundo PB 047). A partir de 1944, sob o Decreto-lei nº 251, de 18 de setembro, essa instituição voltou a ser denominada Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, permanecendo assim até 1974, quando recebeu a denominação de Secretaria de Estado das Finanças. Sob a Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, passou a denominar-se Secretaria de Estado da Fazenda, tendo essa nomenclatura até os dias atuais. Ela foi regulamentada pelo Decreto nº 2.838, de 15 de janeiro de 1997.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por livros de impostos, portarias e atos diversos, relatórios, atas de contabilidade e fichas funcionais de servidores

Incorporações: Recolhimento foi realizado em 2005

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 51: estantes 08 e 09; depósito 61 (estante lateral esquerda)

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 004

Título: Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1920 -1989

Dimensão e suporte: 92,13 metros lineares

Nome do produtor: Delegacia de Ordem Política e Social

História administrativa: A Lei Estadual nº 177, de 15 de março de 1937, sanciona o decreto do Poder Legislativo do Estado do Paraná que desmembra as Delegacias de Polícias especializadas em quatro: Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), Delegacia de Segurança Pessoal e Delegacia de Vigilância e Investigações. Apesar do desmembramento, as Delegacias continuaram vinculadas à Chefatura de Polícia do Estado, extinta em 1962 e substituída pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, que perdura até os dias atuais. A Delegacia de Ordem Política e Social foi criada a partir de sugestão aprovada pelo Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia, realizado em outubro de 1936 no Rio de Janeiro. Segue um trecho da Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Paraná, em 1º de setembro de 1937, comentando a respeito do Congresso: “O principal objetivo dessa memorável reunião consistiu na uniformização e racionalização em toda federação, dos meios para defesa dos poderes constituídos e do próprio regime contra as expansões extremistas, notadamente do comunismo”. Anteriormente à criação da DOPS, as atividades de investigação, vigilância e controle eram feitas por outros órgãos, tais como o Comissariado de Investigação e Segurança Pública na década de 1920, pela Delegacia de Vigilância e Investigação e Delegacia de Vigilância e Capturas, na década de 1930. De acordo com o Regimento da Chefatura de Polícia, aprovado pelo Decreto nº 8.245, de 24 de maio de 1962, competia à DOPS, dentre outras atividades, a prevenção, repressão e processamento não só dos delitos de ordem política e social, como também dos crimes contra a organização do trabalho; a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; a investigação, prevenção, repressão e processamento no município da Capital das infrações previstas na Lei das Contravenções Penais; providenciar na permuta com as polícias dos Estados, Distrito Federal e territórios e com quaisquer delegacias ou autoridades, as informações referentes aos indivíduos considerados perigosos à ordem política e social; expedir licença para posse de armas de fogo e manter os registros de forma organizada. Com o Regulamento e Estrutura da Polícia Civil, aprovados pelo Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978, há uma reorganização do Órgão, separando as funções político-sociais em duas delegacias: Delegacia de Ordem Política e Delegacia de Ordem Social. Ambas seriam subordinadas à Divisão de Segurança e Informações. A DOPS, notadamente atuante durante o Regime da Ditadura Militar no Brasil (1964-1989), foi extinta pelo Decreto nº 577, de 11 de julho de 1991, ocasião em que era denominada Subdivisão de Informações da Polícia Civil.

Procedência: O Decreto nº 577, de 11 de julho de 1991, transfere o acervo arquivístico da extinta DOPS (então Subdivisão de Informações da Polícia Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública), que continha informações político-ideológicas. À época, a documentação foi reorganizada, arrolada e separada em três categorias: fichas nominais, pastas nominais e pastas temáticas

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de fotografias, recortes de jornais, documentos originais, fichas dos indiciados na polícia (mais de 47 mil fichados), pastas individuais (3778) e pastas temáticas diversas (2574). Tal documentação resulta das atividades de investigação, vigilância e controle feitas pela Delegacia

Condições de acesso: O acesso aos documentos é livre e aberto ao público conforme o Decreto nº 8.557, de 22 de julho de 2013, que permite a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso irrestrito a documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas. O material encontra-se totalmente digitalizado e também pode ser encontrado no *site* “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e iconográfica

Instrumentos de pesquisa: Planilha eletrônica temática e planilhas onomásticas (fichas e pastas individuais), contendo a referência, data e assunto

Unidades de descrição relacionadas: ver Fundo da Secretaria da Segurança Pública

Nota: Informações adicionais podem ser obtidas em: PARANÁ. *Regulamento Geral da Polícia Civil*: (aprovado pelo número 1.101, de 17 de julho de 1929). Curitiba: Typ. d'A República, 1929; RONCAGLIO, Cynthia. SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os arquivos da DOPS do Paraná. *Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*, Brasília, v.1, n.1, p. 41-52, mar./ago. 1998; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; *MENSAGEM apresentada pelo Exmº Sr. Governador Manoel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado*, 1º de setembro de 1937. Curitiba: Gráfica Paranaense.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 21, prateleiras 01 a 41 e estante 22, prateleiras 01 a 37; dois arquivos de aço; depósito 61: estante lado esquerdo e arquivo de aço

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 006

Título: Casa Civil

Nível de descrição: Fundo aberto

Data-limite: 1939-2012

Dimensão e suporte: 155,31 metros lineares

Nomes dos produtores: Presidentes, governadores e interventores do Paraná; Casa Civil; Gabinete do Governador; Governadoria

História administrativa: Instituída pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, a Casa Civil em 1987 teve sua lei inicial revogada, porém sua existência foi mantida pela Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, a qual perdura desde então, recebendo algumas alterações com as Leis nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995, nº 13.667, de 05 de julho de 2002, nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, nº 17.522 de 15 de março de 2013, nº 18.106, de 04 de junho de 2014 e Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019. Pertencente ao Poder Executivo Estadual, compete à Casa Civil, entre outras atribuições, prestar assistência direta e imediata ao Governador na sua representação civil e política; o relacionamento público com autoridades civis, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, Poderes Legislativos e com outras esferas de Governo; a promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos municípios; o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhando ao Governador; a transmissão e controle de execução das ordens emanadas pelo Governador; a coordenação de unidades de representação do Governo; a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo.

Procedência: O acervo pertencente à Casa Civil chegou ao DEAP por meio de recolhimento, como parte do Programa de Gestão Documental (PGD) nos anos de 2013, 2016 e 2017 (editais 01/2013, 01/2016 e 02/2016)

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por cartas, contratos e convênios; ofícios; planos e plantas. Além disso, é composto por um subfundo constituído por 35 livros com discursos e pronunciamentos dos governadores José Richa, Ney Braga e Moisés Lupion. No depósito 61, constam Leis, Decretos, Decreto-leis, Resoluções, Portarias, pareceres, informações e mensagens de governo

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação datilografada e publicações técnicas

Instrumentos de Pesquisa: Planilha eletrônica e listagem dos livros contendo o número e data

Unidades de descrição relacionadas: Fundos Secretaria de Estado dos Negócios do Governo; Secretaria do Palácio do Governo

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província

e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Julho de 2005 e 11 de novembro de 2020

Topografia: Depósito 49: estantes 05, 06 e 17; depósito 61

Poder Executivo Federal

Código de referência: BR APPR PB 007

Título: Sistema Nacional do Emprego

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1977 - 1999

Dimensão e suporte: 1,4 metros lineares

Nomes dos produtores: Ministério do Trabalho; Sistema Nacional do Emprego; Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social

História administrativa: O Sistema Nacional do Emprego (SINE) é um programa do Ministério do Trabalho, criado pelo Decreto Federal nº 76.403, de 08 de outubro de 1975 e executado em convênio com o governo do Paraná, através da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – SERT. No Estado do Paraná, sua implantação ocorreu no ano de 1977 e esteve a cargo do Programa Paranaense de Emprego – PROP AE, criado pelo Decreto nº 2.459, de 29 de outubro de 1976. Em 1977, o PROP AE passou a denominar-se Sistema Público de Emprego – SEMP RE e, em 1999, Agência do Trabalhador. As mudanças de nome nunca modificaram a sua missão de, em estreito relacionamento com o Sistema Nacional de Emprego, promover uma permanente articulação com o empresariado paranaense, visando definir e apoiar ações em prol da criação e desenvolvimento de postos de trabalho necessários à operacionalização da política estadual de emprego. A grande missão do SINE e de sua congênere estadual é, através das suas agências de emprego, prestar atendimento ao trabalhador e ao empregador, gerando novas oportunidades de desenvolvimento.

Âmbito e conteúdo: O fundo contém guias de emprego, livros e folhetos sobre sistemas de empregos internacionais, trabalhos acadêmicos sobre empregos, publicações e manuais do SINE, termos de cooperação técnica, recortes de jornais, programas e planos, relatórios com fotografias, diplomas e outros documentos comemorativos, material sobre o Seminário Internacional sobre o SINE que ocorreu em Brasília em 1978

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, impressa, datilografada e iconográfica

Nota: Para a história administrativa foi usada a própria documentação do fundo

Data da descrição: 04 de junho de 2007

Topografia: Depósito 51: estante 04

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 008

Título: Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1931

Dimensão e suporte: 0,3 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Obras Públicas

História administrativa: O Decreto nº 758, de 10 de dezembro de 1930, desdobrou a Secretaria Geral do Estado em duas secretarias denominadas de Secretaria da Fazenda e Indústria, e Secretaria de Interior, Justiça e Obras Públicas. A esta última ficaram subordinados todos os serviços dos Departamentos que constituíam as extintas secretarias de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e do Interior, Justiça e Instrução Pública, exceto o Departamento de Agricultura.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por registros de veículos de tração, relatórios de ocorrências no Serviço Médico Legal e Identificação, registros de informações do Departamento da Chefatura de Polícia, requerimentos de militares e funcionários públicos, processo referente ao Lazareto São Roque

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Chefatura de Polícia; Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Estado de Segurança Pública; Secretaria de Viação e Obras Públicas; Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 09 e 11

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 009

Título: Secretaria do Interior e Justiça

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1935-1942

Dimensão e suporte: 1,73 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria do Interior e Justiça

História administrativa: A Lei nº 26, de 21 de outubro de 1935, organizou as três Secretarias de Estado, dentre elas a do Interior e Justiça, que obteve a responsabilidade sobre os serviços de Justiça Pública; Polícia Civil e Militar; Instrução Pública; Saúde Pública; Arquivo Público e assistência aos municípios. O Decreto-lei nº 41, de 22 de junho de 1942, redefiniu a denominação desta Secretaria, passando a denominar-se Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por assentamentos funcionais e financeiros; índice do fichário de meretrizes; registro de inquéritos policiais; registro de presos; registro de veículos; registro de acidentes; registro de condutores

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver Fundos Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Chefatura de Polícia; Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Estado de Segurança Pública

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes 8, 9 e 11; depósito 61: estantes 10, 11, 17

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 010

Título: Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1942 -1947

Dimensão e suporte: 1,52 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança Pública

História administrativa: A Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública foi criada pelo Decreto-Lei nº 41, de 22 de junho de 1942, em substituição à Secretaria do Interior e Justiça. Compunham esta Secretaria o Gabinete do Secretário; Departamento do Protocolo Geral, Expediente e Contadoria; Departamento do Interior e Justiça; Departamento de Segurança Pública. A Lei nº 47, de 18 de fevereiro de 1948, denominou esta Secretaria de Interior e Justiça novamente, ficando os negócios relacionados à Segurança Pública a cargo da Chefatura de Polícia, criada neste mesmo ano.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por relatórios, portarias e ofícios da Delegacia de Segurança Pessoal; registro de presos; registro de inquéritos policiais; registro de armas apreendidas; registro de ocorrências e de queixas da Delegacia de Plantão; registro de queixas da Delegacia de Falsificações e Defraudações; registro de queixas da Delegacia de Vigilância e Investigações; registro de ocorrências de trânsito; escala de guardas de plantão

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver Fundos Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria do Interior e Justiça; Chefatura de Polícia; Secretaria de Estado de Segurança Pública

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes 09 e 11; depósito 61: estante 17

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 011

Título: Chefatura de Polícia

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1948-1962

Dimensão e suporte: 3,51 metros lineares

Nome do produtor: Chefatura de Polícia

História administrativa: A Lei nº 47, de 18 de fevereiro de 1948, transformou o Departamento de Segurança Pública em Chefatura de Polícia, que passou a ser diretamente subordinada ao Governador do Estado, com as atribuições referentes aos negócios da Segurança Pública. Os órgãos que a compunham eram: Gabinete; Departamento de Protocolo, Expediente e Contadoria; Penitenciária Central do Estado e Prisão Provisória da Capital; Guarda Civil; Departamento Médico-Legal; Departamento do Serviço de Trânsito; Instituto de Identificação; Laboratório da Polícia Técnica. Tinha por competências: atos próprios de prevenção, precaução e vigilância com o intuito de evitar desordens, crimes e de manter inalteradas a ordem pública e social, assim como garantir a segurança individual e da propriedade. Em 09 de julho de 1962, a Lei nº 4.615 criou a Secretaria de Segurança Pública, extinguindo assim a Chefatura de Polícia.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 106 livros com nomeação de funcionários; registro de dependentes da Guarda Civil; registro de inquéritos policiais; protocolo de inquéritos e registro de ocorrências da Delegacia Auxiliar; registro de presos; registro de queixas diárias da Delegacia de Segurança Pessoal; registro de partes diárias do Departamento do Serviço de Trânsito; registro de ocorrências comuns da Delegacia de Plantão

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver Fundos Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria do Interior e Justiça; Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Estado de Segurança Pública

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes 09 e 11; depósito 61: estantes 11 e 17

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR PRAPPR PB 012**Título:** Secretaria da Agricultura**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1951 - 1962**Dimensão e suporte:** 12,45 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio foi criada pela Lei nº 1.093, de 11 de março de 1912, e pelo Decreto nº 188, de 18 de março de 1912, que desmembrou a Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias em duas – criando também a Secretaria de Fazenda. À Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio caberia os serviços relacionados com o desenvolvimento das indústrias agropecuárias e de outras que existissem ou pudessem existir no Estado, com o desenvolvimento do comércio, povoamento do solo, localização de trabalhadores nacionais e proteção aos índios. Ela teria uma seção de Agricultura e Indústria e outra de Inspeção, Defesa e Ensino Agrícola e englobaria a Repartição de Estatística e a Inspetoria de Colonização, com as suas organizações atuais. A Lei nº 1.264, de 12 de março de 1913, autoriza o Poder Executivo a reorganizar os serviços desta Secretaria, assim como de outras três, podendo criar ou suprimir lugares e alterar vencimentos. Em 30 de junho de 1915, o Decreto nº 470 extingue essa Secretaria, anexando seus serviços à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, passando a denominar-se Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas. Em 18 de setembro de 1944, o Decreto-lei nº 251 criou novamente a Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, sendo subdividida em Gabinete do Secretário; Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional; Departamento de Produção Vegetal; Departamento de Produção Animal; Departamento de Assistência ao Cooperativismo; Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Em 12 de setembro de 1951, a Lei nº 682 altera a denominação da Secretaria para Secretaria da Agricultura (SEAG), em virtude do deslocamento do Departamento de Indústria e Comércio para a Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Além da estrutura anterior, essa Secretaria também passa a conter o Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Em 3 de junho de 1987, a Lei nº 8.485 altera a denominação da Secretaria da Agricultura (SEAG) para Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), ampliando sua atuação.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por cópias de portarias expedidas; cadernetas de medição (campo) do DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem em ordem cronológica e/ou alfabética

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio; Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 20; depósito 61: estante 08

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 013**Título:** Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1946-1948**Dimensão e suporte:** 0,17 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio foi criada pela Lei nº 1.093, de 11 de março de 1912, e pelo Decreto nº 188, de 18 de março de 1912, que desmembrou a Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias em duas – criando também a Secretaria de Fazenda. À Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio caberia os serviços relacionados com o desenvolvimento das indústrias agropecuárias e de outras que existissem ou pudessem existir no Estado, com o desenvolvimento do comércio, povoamento do solo, localização de trabalhadores nacionais e proteção aos índios. Ela teria uma seção de Agricultura e Indústria e outra de Inspeção, Defesa e Ensino Agrícola e englobaria a Repartição de Estatística e a Inspetoria de Colonização, com as suas organizações atuais. A Lei nº 1.264, de 12 de março de 1913, autoriza o Poder Executivo a reorganizar os serviços desta Secretaria, assim como de outras três, podendo criar ou suprimir lugares e alterar vencimentos. Em 30 de junho de 1915, o Decreto nº 470 extingue essa Secretaria, anexando seus serviços à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, passando a denominar-se Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas. Em 18 de setembro de 1944, o Decreto-lei nº 251 criou novamente a Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, sendo subdividida em Gabinete do Secretário; Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional; Departamento de Produção Vegetal; Departamento de Produção Animal; Departamento de Assistência ao Cooperativismo; Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Em 12 de setembro de 1951, a Lei nº 682 altera a denominação da Secretaria para Secretaria da Agricultura (SEAG), em virtude do deslocamento do Departamento de Indústria e Comércio para a Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Além da estrutura anterior, essa Secretaria também passa a conter o Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Em 3 de junho de 1987, a Lei nº 8.485 altera a denominação da Secretaria da Agricultura (SEAG) para Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), ampliando sua atuação.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 3 volumes de pesquisas do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo o código, título, data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver também os fundos da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria da Agricultura

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 11

Poder Executivo Federal

Código de referência: BR APPR PB 014**Título:** Departamento Administrativo do Estado do Paraná**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1939-1947**Dimensão e suporte:** 0,26 metros lineares**Nomes dos produtores:** Departamento Administrativo do Estado do Paraná; Conselho Administrativo do Estado

História administrativa: O Departamento Administrativo do Estado do Paraná foi criado pelo Decreto-lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, que dispõe sobre a administração do Estado e dos municípios, constituindo-se como um dos órgãos da administração do Estado, composto por quatro membros nomeados pelo Presidente da República. Competia a este órgão: aprovar os projetos dos Decretos-leis que fossem baixados pelo Interventor ou pelos Prefeitos; aprovar os projetos de orçamento do Estado e dos municípios, encaminhados pelo Interventor e pelos Prefeitos; fiscalizar a execução orçamentária no Estado e nos municípios; receber e informar os recursos dos atos do Interventor, dentre outros assuntos. O Regimento Interno do Departamento Administrativo do Estado do Paraná foi aprovado por despacho em 27 de julho de 1939 pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores da República, e o Regulamento da Secretaria deste departamento foi aprovado em 1º de agosto de 1939 pelo Presidente do Departamento Administrativo, Caetano Munhoz da Rocha.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por atas das sessões do Departamento e termos de promessas de funcionários

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita**Instrumentos de pesquisa:** Listagem contendo código, título e data-limite**Unidades de descrição relacionadas:** Fundo Tribunal de Contas

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: PARANÁ. *Departamento Administrativo* (Decreto-lei n.º 1202 de 8 de abril de 1939. Portaria n.º 2083 de 12 de junho de 1939. Regimento Interno do Departamento e Regulamento da Secretaria). Curitiba: Irmãos Guimarães, 1939. 49 p.

Data da descrição: Março de 2001**Topografia:** Depósito 50: estante 9; depósito 61: estante 07

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 015

Título: Câmara de Contribuintes do Estado do Paraná

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1938-1946

Dimensão e suporte: 0,04 metros lineares

Nome do produtor: Câmara de Contribuintes do Estado do Paraná

História administrativa: A Câmara de Contribuintes do Estado do Paraná foi criada em conformidade com o Decreto-lei Federal nº 1202, de 8 de abril de 1939. Regulamentada pelo Decreto-lei n.º 77, de 8 de outubro de 1942, a Câmara era constituída por três conselheiros, que representavam corporações de classe no Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado, e dois funcionários da Fazenda Estadual nomeados pelo Chefe do Governo. Era um órgão subordinado e competente da Secretaria da Fazenda, que julgava os recursos e decisões fiscais respeitantes à tributação e multas por infrações de leis e regulamentos fazendários, bem como emitia pareceres sobre assuntos relacionados entre o fisco e o contribuinte.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por atas de instalações e sessões ordinárias e relatórios da Câmara de Contribuintes do Estado e do Conselho Técnico de Economia e Finanças

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 11

Poder Executivo Federal

Código de referência: BR APPR PB 016**Título:** Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1937-1968**Dimensão e suporte:** 0,55 metros lineares**Nome do produtor:** Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística

História administrativa: O Decreto Federal nº 1.200, de 17 de novembro de 1936, cria e regula o Conselho Nacional de Estatística, que tinha como um de seus órgãos a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística. Competia a esse órgão cumprir e fazer cumprir as deliberações de caráter geral da Assembleia Geral e da Junta Executiva Central, ambos também órgãos do Conselho, e tomar as medidas necessárias à coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionais e municipais sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que fosse matéria privativa da economia interna dos seus respectivos sistemas. Compunham a Junta Executiva Regional diretores e chefes de seção.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de atas das sessões ordinárias da Junta Executiva Regional, tratando de projetos relativos a auxílios financeiros e desenvolvimento estatístico nas diversas Secretarias do Estado do Paraná

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Unidade de descrição relacionada: Ver fundo do Departamento Estadual de Estatística

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: *Revista Brasileira de Estatística*, ano 1, n. 1, jan./mar. 1940; *Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1200-17-novembro-1936-458730-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 11; depósito 61: estante 07

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 017

Título: Câmara de Propaganda e Expansão Comercial

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1934-1945

Dimensão e suporte: 0,12 metros lineares

Nome do produtor: Câmara de Propaganda e Expansão Comercial

História administrativa: A Câmara de Propaganda e Expansão Comercial foi criada pelo Decreto nº 2.528, de 4 de dezembro de 1934, pelo Interventor Federal do Paraná Manoel Ribas, a pedido do Presidente da República e Presidente Efetivo do Conselho Federal do Comércio Exterior, Getúlio Vargas. A Câmara tinha sede em Curitiba e era constituída pelo Presidente, que era o Interventor Federal; Vice-Presidente, que era o Secretário de Estado da Fazenda e Obras Públicas; e por demais membros: um representante do comércio, um da indústria, um da agricultura e pecuária. Cabia ao órgão representar o Conselho Federal do Comércio Exterior perante o governo e as classes produtoras do Estado; amparar, defender e coordenar todas as iniciativas e empreendimentos tendentes ao maior e mais rápido desenvolvimento de todas as fontes produtoras de riqueza e das forças econômicas do Estado, especialmente as que contribuíssem para o aumento da exportação de produtos comerciais da indústria, da lavoura e da pecuária.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por atas das reuniões da Câmara, tratando de assuntos referentes à exportação da erva-mate, imposto sobre a venda de café e madeiras. Contém a ata de instalação da Câmara

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 09

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 018

Título: Comissão Central de Sindicância

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1930-1932

Dimensão e suporte: 0,07 metros lineares

Nome do produtor: Comissão Central de Sindicância

História administrativa: A Comissão Central de Sindicância foi criada pelo Decreto nº 484, de 18 de novembro de 1930, por Mário Alves Monteiro Tourinho, Interventor Federal no Paraná. Cabia à esta Comissão os serviços de coordenação e orientação dos trabalhos das comissões, as quais procediam a exames e verificações nos departamentos públicos e nos diversos institutos ligados ao Estado; proceder por si própria às sindicâncias que se fizessem necessárias. A Comissão elegeu o Presidente e o seu Secretário, que elaboraram o regulamento para ser submetido ao Governo do Estado para aprovação.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de atas dos trabalhos da comissão, livro de protocolo dos documentos e registro de atas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 09 e 11

Poder Legislativo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 019

Título: Congresso Legislativo do Estado

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1880-1937

Dimensão e suporte: 2,74 metros lineares

Nomes dos produtores: Assembleia Legislativa Provincial do Paraná; Congresso Legislativo do Estado

História administrativa: O Paraná passou a possuir Poder Legislativo com a criação da Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853, a partir de sua emancipação da Província de São Paulo. A Assembleia Legislativa Provincial do Paraná surgiu com a sessão preparatória em 12 de julho de 1854, funcionando até 1930 com o governo de Getúlio Vargas, e tendo continuidade em 1934, quando passou a ser denominada Assembleia Legislativa. Em decorrência de questões do governo, em 1937 a Assembleia deixou novamente de funcionar e foi substituída pelo Conselho Consultivo, até retornar suas atribuições em 12 de março de 1947. Compete à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná fazer, suspender, interpretar e revogar as leis de competência do Estado; fiscalizar e controlar Atos do Executivo; zelar e responder pela organização administrativa de seus próprios serviços; exercer competência judicial quando do julgamento de Governador e Secretários de Estado nos crimes de responsabilidade.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 84 livros anais, assentamentos funcionais do Congresso Legislativo do Estado e atas de eleições para deputados ao primeiro Congresso do Estado do Paraná, à Assembleia Constituinte e Legislativa do Paraná, cargo de Prefeito Camarista e Juiz Distrital do município e distrito da Capital

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumento(s) de pesquisa: Listagem contendo código, título e datas-limite

Nota: Para a história administrativa foi consultado o *site* oficial do órgão: *História da Assembleia Legislativa: a origem do Poder Legislativo paranaense*. Disponível em: <<https://www.assembleia.pr.leg.br/assembleia/historia>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estantes 08 e 09; depósito 61: estantes 07, 17, e 18

Título: Tribunal de Contas do Estado do Paraná**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1947-1972**Dimensão e suporte:** 2,27 metros lineares**Nome do produtor:** Tribunal de Contas do Estado

História administrativa: O Tribunal de Contas foi criado pelo Decreto-lei nº 627, de 2 de junho de 1947, em concordância com o Decreto-lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, durante do governo de Moysés Lupion. O Tribunal substituiu o Conselho Administrativo do Estado, ocasião em que também foi extinto o Departamento de Municipalidades e incorporada ao Tribunal a Diretoria de Tomada de Contas (Comissão Revisora de Contas) da Secretaria da Fazenda. Foi regulamentado pelo Decreto-lei nº 673, de 9 de julho de 1947. É o órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público, do Estado e dos 399 municípios paranaenses, além de controlar todo o volume de dinheiro público investido pelo Governo do Paraná e Prefeituras. Cabe ao Tribunal o julgamento da regularidade das contas dos administradores e responsáveis por bens, valores e dinheiro públicos, tanto da administração direta como da indireta; controlar a receita e a despesa do Estado e dos Municípios; acompanhar a legalidade das contratações de pessoal, das concessões de aposentadoria, reformas e pensões concedidas pelo Poder Executivo; apreciação das contas anuais do exercício financeiro, que o Governador do Estado apresenta à Assembleia Legislativa, configurada na elaboração de um parecer prévio conclusivo; emissão de parecer prévio nas prestações de contas dos municípios; fiscalização da aplicação das transferências federais aos estados e municípios; julgamento das contas relativas a subvenções sociais e auxílios recebidos do Estado; julgamento das contas das entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente a qualquer entidade da respectiva administração indireta; desempenho das funções de Auditoria Financeira e Orçamentária das unidades administrativas dos três poderes do Estado.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por atas, contratos de pessoal, registro de títulos de propriedade, registro de terras do Estado, termos de contratos adicionais (aposentadoria, acréscimo, pensões e reformas), termos de contratos de obras e locação de prédios e concessão de registro de terras. Consta protocolo de ofícios e termos de contratos da Procuradoria Fiscal do Estado

Sistema de Arranjo: O fundo está organizado em duas séries: Terras e Contratos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Instrumento de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos do Departamento das Municipalidades de Curitiba; Departamento Administrativo do Estado do Paraná

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: TRIBUNAL DE CONTAS. *História do Tribunal*. Disponível em: <<http://www.tce.pr.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2018; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 11; depósito 61: estantes 7 e 8

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 021

Título: Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1984-1989

Dimensão e suporte: 2,8 metros lineares

Nome do produtor: Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia

História administrativa: O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC - foi instituído no âmbito da Secretaria do Planejamento pelo Decreto nº 3.807, de 28 de maio de 1981, com a finalidade de estabelecer as diretrizes e formular a política estadual de ciência e tecnologia. Em 1987, pelo Decreto nº 180, de 25 de março, é criada a Secretária de Estado Extraordinária do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia – SEET- e o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia passa para o seu âmbito de atuação. Em 1991, sob o Decreto nº 95, de 20 de março, o CONCITEC foi transferido para a Secretaria da Indústria e do Comércio.

Procedência: A documentação foi enviada ao Arquivo Público do Paraná pelo produtor em 3 de outubro de 1997, conforme consta no Ofício nº 180/97 – CCT/SETI

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por relatórios de projetos de pesquisa científica desenvolvidos por diversas universidades, financiados pelo Conselho

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação datilografada e digitada

Instrumento de pesquisa: Catálogo e inventário topográfico

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP.

Data da descrição: Maio de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 24

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 022

Título: Junta Comercial do Paraná

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1953 – 1959

Dimensão e suporte: 0,3 metros lineares

Nome do produtor: Junta Comercial do Paraná

História administrativa: A Junta Comercial do Paraná (Jucepar) foi criada pela Lei nº 32, de 2 de julho de 1892, sendo um órgão responsável pelo registro e cadastramento de empresas no Estado. Foi regulamentada pelo Decreto nº 25, de 31 de julho de 1901; pela Lei nº 2.228, de 9 de abril de 1923, e pelo Decreto nº 2.712, de 7 de dezembro de 1932. De acordo com a Lei nº 7.039, de 19 de outubro de 1978, tornou-se uma autarquia, com autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria da Justiça (SEJU).

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por registros de distribuição de livros aos senhores vogais, livros de protocolo de entrada de documentos, portarias de registros de firmas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná; JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.juntacomercial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 61: estante 8

Código de referência: BR APPR PB 023**Título:** Departamento Administrativo do Oeste do Paraná**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1948 – 1961**Dimensão e suporte:** 1,49 metros lineares**Nome do produtor:** Departamento Administrativo do Oeste do Paraná

História administrativa: O Departamento Administrativo do Oeste do Paraná foi criado pela Lei nº 4, de 25 de outubro de 1947. Com sede em Laranjeiras do Sul e jurisdição nos municípios de Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu, Clevelândia e Mangueirinha, competia a este órgão elaborar e executar o plano de desenvolvimento geral da região. O Departamento, de acordo com a lei, seria administrado por um Diretor de livre nomeação do Governador do Estado e por um Conselho Técnico, composto de um representante de cada uma das Secretarias de Estado, e de um representante da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização. Foi extinto pela Lei nº 1.894, de 6 de maio de 1954, quando foi criado o Departamento de Fronteiras, diretamente subordinado ao Governador, responsável principalmente por prestar assistência técnica aos municípios de fronteira com os países estrangeiros, fiscalizar a reserva e demarcação em favor da União, da porção de terras devolutas, além de prestar informações e cumprir diligências solicitadas pela União em relação à segurança das fronteiras. Esteve em exercício até sua extinção dada pela Lei nº 4, de 7 de abril de 1961.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por relatórios, fotografias, atas das reuniões e deliberações do Conselho Técnico do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná e do Departamento de Fronteiras

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e iconográfica

Nota: Para a história administrativa do fundo foi consultada a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 25; depósito 50: estante

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 024

Título: Secretaria de Educação e Cultura

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1930-1982

Dimensão e suporte: 18,27 metros lineares

Nomes dos produtores: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Obras Públicas; Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça; Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura

História administrativa: Antes da criação desta Secretaria, os serviços de educação eram de responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, criada em 1892. Entre 1930 e 1932 este órgão passa a denominar-se Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Obras Públicas, sendo ainda responsável pelos serviços da educação. De 1932 a 1935 volta a ter sua antiga denominação – Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em 1935 passa a seguinte denominação: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e, em 1944, Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública responsável até 1947 pelos serviços da educação, quando, em 13 de maio do mesmo ano, o governador Moysés Lupion cria com o Decreto-lei nº 614, a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Nesse período era composta pelo Gabinete do Secretário; Conselho de Educação e Cultura; Departamento Administrativo; Departamento de Educação; Departamento de Cultura e Divulgação. Cabia a esta Secretaria administrar o sistema escolar público estadual; fiscalizar o sistema escolar particular que estivesse subordinado à legislação estadual; difundir e aperfeiçoar a cultura em todos os aspectos. Sob a Lei nº 7.169, de 18 de junho de 1979, a Secretaria da Educação e Cultura (SEEC) foi dividida em Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por estatísticas de escolas particulares primárias, ata de assinatura de convênio e ata de lançamento da pedra fundamental do Museu Paranaense. Constam iconográficos, e documentos da Escola Técnica de Comércio de Paranaguá referentes ao registro de aproveitamento escolar - notas bimestrais e anuais, um livro com pedido de autorização para funcionamento da Faculdade Estadual de Arquitetura e Urbanismo. Relatórios, atas, diários de classe, planos de atividades, planejamento de aulas, relatórios de estágios, cadernos de alunos, provas, processos de criação de escolas, etc.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos manuscritos, datilografados e iconográficos

Instrumentos de pesquisa: Listagem de caixas com assunto e data

Unidades de descrição relacionadas: Ver também documentação referente à educação, anterior a 1947, no Fundo

Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria de Estado da Educação

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 14; depósito 50: estante: 11

Poder Executivo Federal

Código de referência: BR APPR PB 025

Título: Comissão Paranaense de Folclore

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1948-1985

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares

Nome do produtor: Comissão Paranaense de Folclore

História administrativa: A Comissão Paranaense de Folclore foi fundada em 15 de maio de 1948, em cumprimento ao planejamento da Comissão Nacional de Folclore (Rio de Janeiro), órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), com o intuito de fundar subcomissões em todos os estados do Brasil. A Comissão era formada por intelectuais paranaenses, dedicados a estudar a cultura popular do Paraná, tendo como uma de suas presidentes Roselys Vellozo Roderjan.

Procedência: Documentação entregue ao Arquivo Público do Paraná pela Diretoria da Comissão Paranaense de Folclore, em 3 de outubro de 1985

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por atas, apostila de curso de folclore, livro de presença e um boletim da Comissão Paranaense de Folclore

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, impressa e datilografada

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: RODERJAN, Roselys Vellozo. *Comissão Paranaense de Folclore, 50 anos (1948-1998)*. Curitiba: Graf. Comunicare, 1998.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 30

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 026

Título: Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1936-1943

Dimensão e suporte: 0,2 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura

História administrativa: A Secretaria de Obras públicas, Viação e Agricultura é uma Secretaria de Estado em conjunto com as Secretarias de Interior e Justiça; Fazenda e Comércio, de acordo com a Lei nº 26, de 21 de outubro de 1935. O Decreto-lei nº 251, de 18 de setembro de 1944, cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passando as Secretarias de Estados dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, e de Fazenda, Indústria e Comércio, a denominar-se Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por relatórios da Divisão de Produção Animal, cadastro de colônias, processo de declaração da colônia militar de Foz do Iguaçu, cópias de cartas do diretor da secretaria para outros setores, relatório da Comissão de Estudos e Melhoramentos do rio Iguaçu, inventário das instalações portuárias, dados sobre núcleos coloniais, processo de pedido de averbação de títulos definitivos de propriedades, relatório de construção de estradas, memorial do quadro territorial de Estado, registro de requerentes de terras

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumento de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas; Secretaria da Agricultura; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes 9 e 11; depósito 61, estante 11

Poder Judiciário Estadual

Código de referência: BR APPR PB 028

Título: Corregedoria Geral da Justiça

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1925-1927

Dimensão e suporte: 0,16 metros lineares

Nome do produtor: Corregedoria Geral da Justiça

História administrativa: A Lei nº 2.258 de 24 de março de 1924 cria no Paraná a Corregedoria Geral da Justiça, uma das primeiras a serem fundadas no Brasil, que seria exercida por um desembargador do Tribunal da Justiça, determinando a criação do cargo de Desembargador Corregedor. Pela Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, referente ao Código que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, compete à Corregedoria da Justiça “a inspeção permanente sobre todos os juízes e serventuários da justiça para instruí-los, emendar-lhes os erros ou punir-lhes as faltas e os abusos, devendo para esses efeitos manter cadastro funcional próprio de cada uma dessas pessoas”. No Paraná, o primeiro a exercer o cargo de Corregedor foi o desembargador Clotário de Macedo Portugal, sucedido em 1926 pelo desembargador Alcebíades de Almeida Faria.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por relatórios de atividades e correições apresentados pelo Desembargador Corregedor ao Presidente do Estado e ao Superior Tribunal de Justiça

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: *HISTÓRIA do Poder Judiciário no Paraná*. Curitiba: Gráfica Serena, 1982.

Datas das descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 2

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR PRAPPR PB 029**Título:** Departamento das Municipalidades de Curitiba**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1946-1947**Dimensão e suporte:** 0,04 metros lineares**Nome do produtor:** Departamento das Municipalidades de Curitiba

História administrativa: Com base no Decreto-lei Federal nº 1.202, de 08 de abril de 1939, o Interventor Federal do Estado do Paraná decretou que a assistência jurídica, econômica, administrativa e técnica dos municípios ficasse a cargo do Departamento das Municipalidades de Curitiba, conforme estipulado pelo Decreto-lei Estadual nº 16.011, de 05 de novembro de 1940. O Departamento foi regulamentado pelo Decreto nº 10.612, de 05 de novembro de 1940, e teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.183, de 13 de julho de 1945. Subordinado diretamente ao Chefe do Governo do Estado, cabia a este Departamento a função de examinar todos os assuntos e atos da administração municipal para habilitar o Governo à sua apreciação e aprovação ou encaminhar ao Departamento Administrativo do Estado os atos dependentes de aprovação desse órgão da administração pública. O Departamento Administrativo do Estado fica sendo assim o único órgão intermediário entre os municípios e os demais poderes administrativos, exceto os casos previstos em leis especiais.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por termos de posses de prefeitos municipais; telegramas, procurações e decretos de nomeações dos prefeitos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e datas limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 9

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 030

Título: Conselho Consultivo do Estado do Paraná

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1931-1937

Dimensão e suporte: 0,25 metros lineares

Nomes dos produtores: Conselho Consultivo do Estado do Paraná; Conselho do Estado

História administrativa: O Conselho Consultivo do Estado do Paraná foi criado pelo Decreto Federal nº 20.348, de 29 de agosto de 1931, que institui os conselhos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabeleceu normas sobre a administração local. Competia ao Conselho dizer por escrito sobre os recursos de atos do Interventor, não só do ponto de vista legal e jurídico, como ainda sobre a sua equidade ou conveniência para o Estado; emitir parecer escrito sobre as consultas que lhe propuser o Interventor ou o Governo Provisório; sugerir às autoridades quaisquer providências que julgue necessárias ou convenientes à boa marcha da administração pública. A posse e a instalação do Conselho Consultivo do Estado do Paraná ocorreram em 09 de dezembro de 1931 na sala de biblioteca do Palácio do Governo.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de atas e resumos de atividades do Conselho, solicitações de municípios relativos aos impostos, instalações de energia elétrica e criações de distritos judiciários

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data limite

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ata de posse e instalação do Conselho no Códice nº 1015, Registro de atas do Conselho Consultivo do Estado do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 09

Título: Secretaria da Saúde Pública**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1951-1989**Dimensão e suporte:** 14,1 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública

História administrativa: O governador Moysés Lupion cria, em 13 de maio de 1947, com o Decreto-lei nº 615, a Secretaria de Saúde e Assistência Social. Na época de sua criação era composta da seguinte maneira: Gabinete do Secretário; Divisão de Administração; Departamento de Saúde; Departamento Estadual da Criança; Departamento de Assistência Social; Departamento de Higiene Mental e Assistência a psicopatas. De acordo com a Lei nº 682, de 12 de setembro de 1951, este órgão passou a denominar-se Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública (SSP), em virtude do desmembramento do Departamento de Assistência Social. Essa Secretaria tinha por finalidade “aplicar, desenvolver, coordenar e fiscalizar a execução da política governamental atinente à preservação da Saúde Pública e saneamento do meio, visando colaborar para o bem estar social”. A Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, alterou a denominação para Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, sendo esta regulamentada pelo Decreto nº 920, de 5 de setembro de 1975. Neste período, cabia à Secretaria, dentre outros assuntos, a promoção de medidas de proteção à saúde da população por meio do controle e combate a doenças de massas; restauração da saúde e assistência social das famílias e da população de baixa renda; pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar em face das facilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares. A história desta Secretaria é caracterizada por sucessivas reorganizações administrativas durante o período abordado, gerando alterações na sua denominação que resultou em diferentes referências ao órgão conforme consta nos registros da documentação. Ou seja, observa-se nos documentos as seguintes designações: Secretaria da Saúde e Assistência Social (1947-1951), Secretaria da Saúde Pública (1951-1963), Secretaria do Estado dos Negócios da Saúde (1963-1974), Secretaria do Estado da Saúde e do Bem Estar Social – SESB (1974-1987) e Secretaria do Estado da Saúde – (1987), no entanto, todas essas nomenclaturas são concernentes à Secretaria de Saúde Pública. Outro aspecto relevante a ser apontado refere-se aos Distritos Sanitários. Em 1938, o Interventor Manoel Ribas, através do Decreto nº 6.814, adotou o “plano de Reforma Estadual dos Serviços Sanitários, elaborado pelo Dr. Campos Mello”, criando os cinco primeiros Distritos Sanitários do Estado. O primeiro com sede em Paranaguá, cobrindo o litoral. O segundo com sede em Curitiba, atingindo os municípios mais próximos da capital. O terceiro em Ponta Grossa, na direção oeste até Foz do Iguaçu. O quarto em Jacarezinho, estendendo-se para o norte do Estado. E o quinto em Irati, atendendo a região sul e sudeste. Contudo, a demanda pelos serviços sanitários estaduais e a criação de novos

municípios exigiu adequações e reestruturações administrativas e estruturais permeando por cerca de 19 Distritos Sanitários que periodicamente alteravam sua abrangência e sua nomenclatura, conforme é possível constatar na documentação que compõe esse fundo.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por quadros demonstrativos de óbitos por peso/idade, resumo estatístico de mortalidade em vários municípios do Paraná e documentos diversos da Divisão da Profilaxia de Tuberculose, tais como correspondência expedida e recebida, afeita à área administrativa e funcional, relatórios de diferentes setores da Secretaria, contratos, pareceres jurídicos, acordos, convênios com Universidades, Prefeituras e Escolas, dados estatísticos de assistência médica-sanitária (atividades com gestantes, pré-natal, proteção materno-infantil) e assistência odonto-sanitária (tratamento odonto-sanitário, fluorterapia, tratamento profilático)

Sistema de Arranjo: O fundo é composto por três subseções: Divisão da Profilaxia da Tuberculose, Hospital de Antonina e Divisão de Bioestatística e Epidemiologia; esta última subseção contém a série Registro de óbitos. Recentemente foi feito um catálogo sobre a Saúde Pública do Estado do Paraná (Coleção Pontos de Acesso, volume 7) e a documentação foi revisada e reorganizada

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite. Catálogo de documentos referentes à Saúde Pública do Estado do Paraná

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 51: estante 25, prateleiras 01 a 13

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 032**Título:** Departamento de Estradas de Rodagem**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1947-1987**Dimensão e suporte:** 12,5 metros lineares**Nome do produtor:** Departamento de Estradas de Rodagem

História administrativa: Sob a Lei nº 467, de 31 de julho de 1937, transforma-se a Comissão de Estradas de Rodagem em Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), que era responsável pelo plano geral das estradas, por fiscalizar os serviços técnicos e administrativos e regular o tráfego, no âmbito federal. Com a reestruturação do DNER, por meio do Decreto-lei nº 8.463, cria-se o Fundo Rodoviário Nacional (FNR) que tem como função principal fixar aos estados e municípios uma verba proporcional aos seus consumos de combustíveis, que deveria ser aplicada no desenvolvimento da rede rodoviária regional. Desta forma, foram estabelecidas repartições estaduais nos moldes do DNER, e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR é criado pelo Decreto-lei nº 547, em 18 de dezembro de 1946. O órgão possuía autonomia administrativa e financeira e era diretamente subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Como entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira, o DER teve seu regulamento aprovado através do Decreto nº 369, de 7 de março de 1967. Era organizado em: órgãos deliberativos (Conselho Rodoviário e Conselho Executivo); órgão fiscal (Delegação de Controle); órgãos executivos (Diretoria; Divisões, seções e serviços técnicos; Procuradoria Judicial; Serviços da Administração). Cabia ao DER/PR executar e fiscalizar os serviços rodoviários, distribuindo o seu trabalho em dez residências, sediadas nas principais cidades de cada região do Estado. Após cinquenta anos, o DER passou a contar com cinco centros regionais e dezoito distritos, tendo como principal atribuição coordenar e executar serviços de conservação e melhoramento das rodovias estaduais.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 291 livros com balancetes, balanços gerais e patrimoniais, processos de autorização para construção e exploração de serviços de balsas, processos de cursos realizados no DER

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Unidades de descrição relacionadas: Ver Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado.

Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; DER. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/arquivos/File/HistoricoDERPR.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019; RONCAGLIO, Cynthia. *Das estradas às rodovias*: meio século do rodoviarismo do Paraná. Curitiba: DER : DEAP, 1996.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 51: estante 24; depósito 61: estante 08

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 033**Título: Secretaria do Trabalho e Assistência Social****Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1951-1973**Dimensão e suporte:** 0,32 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social foi criada pela Lei nº 682, de 13 de setembro de 1951 e regulamentada pela Lei nº 64, de 4 de novembro de 1955, e era o órgão encarregado da política de governo nos setores do trabalho, indústria, comércio e da assistência social. Competia a esta Secretaria, dentre outras atividades, dar aos trabalhadores em suas diferentes especialidades orientação e assistência jurídica concernente ao Direito Social do Trabalho; prestar serviços de assistência e proteção social no Estado, estudando as causas dos diferentes problemas sociais e individuais, do meio e das obras sociais de caráter assistencial, tomando as medidas adequadas para a solução dos mesmos; incentivar o desenvolvimento industrial e comercial do Estado. O novo Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 10.462, de 7 de janeiro de 1963. O Decreto nº 4.959, de 25 de janeiro de 1974, apresentou a nova estrutura básica da Secretaria. Foi extinta pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, que reformulou as unidades administrativas no Estado do Paraná.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por ofícios; portarias; resoluções; pareceres; casos atendidos; termos de cooperação técnica e termos aditivos da Secretaria; relatório do serviço de imigração; síntese das atividades da secretaria, destinada ao Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP)

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 11; depósito 61: estante 08

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 034

Título: Secretaria Geral do Estado

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1920 - 1930

Dimensão e suporte: 2,6 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria Geral do Estado

História administrativa: A Secretaria Geral do Estado foi criada pela Lei nº 1.927, de 12 de março de 1920, através da unificação das atribuições e funções da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e da Secretaria dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Sob a Lei nº 2.502, de 25 de fevereiro de 1928, a Secretaria Geral do Estado foi desdobrada em três secretarias: Secretaria de Estado de Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria de Estado de Fazenda, Indústrias e Comércio, e Secretaria de Estado da Agricultura, Viação e Obras Públicas. De acordo com o Decreto nº 1, de 5 de outubro de 1930, essas três secretarias foram unificadas com o nome de Secretaria Geral do Estado. Poucos meses depois, o Decreto nº 758, de 10 de dezembro de 1930, desdobrou a Secretaria em duas: Secretaria da Fazenda e Indústria e Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 106 livros com atas, guia de impostos de transmissão de propriedade, imposto territorial, pagamento de funcionários, protocolo dos processos de legitimação e discriminação de terras, registro de autoridades policiais, registro de mercadorias sujeitas ao imposto do comércio, registro de títulos e tabeliões de notas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver Secretaria da Fazenda; Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria de Viação e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estantes 08, 09 e 11: depósito 61: estantes 05, 09, 10 e 11

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 035

Título: Secretaria de Estado dos Negócios do Governo

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1951-1974

Dimensão e suporte: 0,13 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios do Governo

História administrativa: O cargo de Secretário do Governo foi criado pela Lei nº 709, de 27 de setembro de 1951. Cabia ao Secretário de Estado superintender e fazer executar os trabalhos da Secretaria do Palácio do Governo; receber todo o expediente, submetendo-o ao despacho final do Governador; proferir despachos interlocutórios para melhor informação dos processados; dar instruções e resolver as dúvidas que fossem suscitadas no andamento dos serviços a cargo da Secretaria; fazer expedir circulares com referência às instruções e determinações do Chefe do Executivo; fiscalizar e mandar satisfazer as despesas da Secretaria; resolver assuntos em relação ao pessoal da Secretaria; executar os trabalhos que foram confiados pelo Governador do Estado. Foi extinta pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, que elaborou a organização do Poder Executivo no sistema de administração Pública do Estado do Paraná.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por nove livros com termos de posse de funcionários do Palácio do Governo e de outros órgãos do governo; e estudos elaborados pela Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP)

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e impressa

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Nota: Para a história administrativa consultou-se diretamente a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estantes 9 e 11; depósito 61: estante 10

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 036

Título: Secretaria da Segurança Pública

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1906 - 2007

Dimensão e suporte: 25,8 metros lineares

Nomes dos produtores: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública; Secretaria de Estado da Segurança Pública

História administrativa: Em 21 de fevereiro de 1938, o Decreto nº 6.438 criou a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a qual ficam subordinadas a Polícia Civil, a Penitenciária e Detenção, a Guarda Civil e a Polícia Militar. Porém, em 03 de junho do mesmo ano, o Decreto nº 6.968 revogou o Decreto que criou a Secretaria, sendo criada novamente apenas em 1962, através da Lei nº 4.615, de 9 de julho desse mesmo ano, em substituição à Chefatura de Polícia. Até 1974 tinha a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, quando a Lei nº 6.636, de 29 de novembro alterou sua denominação para Secretaria de Estado da Segurança Pública. Foi regulamentada pelo Decreto nº 3.700, de 25 de julho de 1977, que diz ser competência dessa Secretaria planejar, dirigir, executar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades do setor de segurança pública do Estado.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por documentos relacionados à segurança, como: cópias de partes diárias das delegacias, fichas de crimes, contratos, registros de autoridades policiais, registro de movimento diário dos presos, registros de inquéritos e ocorrências das delegacias, estatística de nacionalidades de estrangeiros e recortes de jornais. Dentre os documentos relacionados ao trânsito constam atas do Conselho Administrativo do Departamento do Serviço de Trânsito

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver Fundos Secretaria do Governo; Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas; Secretaria do Interior e Justiça; Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública; Chefatura de Polícia e Departamento de Ordem Política e Social – DOPS

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 50: estantes 09, 11 e 24; depósito 51: estantes 23 e 24

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 037

Título: Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1946-1963

Dimensão e suporte: 14,28 metros lineares

Nome do produtor: Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná; Comissão Especial de Obras do Centenário

História administrativa: A Lei nº 674, de 29 de agosto de 1951, criou a Comissão Especial de Obras do Centenário (C.E.O.C.), com autonomia administrativa e financeira e responsável pela execução das obras que seriam construídas para a comemoração do centenário da criação da Província do Paraná. O Plano de Obras compreendia as seguintes construções: Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Palácio da Assembléia Legislativa, Edifícios das Secretarias, Biblioteca Pública, Teatro Guaíra e Monumento do Centenário. A C.E.O.C. estava sob a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. A Lei nº 2.623, de 15 de março de 1956 extinguiu a Comissão, passando a administração das obras construídas para a Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Em 1952, a Lei nº 1.039, de 10 de novembro, criou a Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, entidade autárquica com personalidade jurídica e patrimônio próprios, responsável por planejar, promover e executar as comemorações e festejos do 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. O Decreto nº 14.092, de 19 de agosto de 1954, extinguiu a Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, incorporando seus bens ao patrimônio do Estado.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de orçamentos, despesas, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios, contratos, balanços, leis, decretos, plantas, ofícios, declarações, projetos, escrituras de compras e vendas, certidões de terras adquiridas pelo Estado, contrato de aluguel, balancetes e atas

Sistema de arranjo: Documentos separados por pastas, organizados em caixas-arquivo

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Novembro de 2003

Topografia: Depósito 50: estante 24

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 038**Título: Secretaria de Obras Públicas e Colonização****Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1892 - 1912**Dimensão e suporte:** 3,13 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização foi criada pela Lei nº1, de 27 de abril de 1892, durante a gestão do governador Francisco Xavier da Silva. Foi regulamentada em 20 de maio de 1892, pelo mesmo governador, assumindo os serviços até então pertencentes à Diretoria de Obras Públicas (1872-1892), tais como medição e demarcação de terras públicas; legitimação e revalidação das posses e sesmarias; imigração e colonização, viação férrea estadual; catequese e civilização dos índios; acrescido das questões de limites entre Paraná e Santa Catarina que estavam surgindo na conjuntura da época. Em 1912, passou a ser denominada Secretaria dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação, por meio da Lei nº 1.093, de 11 de março de 1912.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por cadastros de colônias, cadastro de contas de lotes de terras, cadastro geral de colonos, contas-correntes de colonos, contratos, estatísticas de quadros urbanos das colônias, estatística de imigrantes que ocupavam núcleos e colônias, inscrições de apólices da 1ª e 2ª emissão da Estrada de Ferro, prestações de contas, propostas de construções de estradas, pontes e igrejas; mapas de débitos e créditos dos colonos, matrículas de colonos, registro de chegada de imigrantes, registro de entrada e saída de imigrantes nas hospedarias, registro de óbitos e nascimentos nas colônias, registro de pagamento de prestações dos lotes dos colonos, recenseamento da população de núcleos coloniais, registro de títulos científicos de agrimensores, agrônomos e engenheiros, registro de títulos provisórios de lotes de terras, resumo parcial de débitos e créditos de inspetorias de terras, pareceres do Departamento de Terras, processo referente ao Lazareto São Roque, processo de declaração de Colônia Militar de Foz de Iguaçu, pagamentos de títulos definitivos de terras, registro de requerimentos de terras, registro de títulos de lotes, atas, ofícios, orçamentos e relatórios do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da Escola Agrônômica do Paraná e do Departamento de Água e Esgotos; documentos diversos referentes à Colônia Militar do Chopim

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada**Instrumentos de pesquisa:** Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver também fundos da Secretaria da Agricultura; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria do Governo; Departamento de Estradas de Rodagem. Secretaria de Estado dos Negócios da

Agricultura, Viação e Obras Públicas; Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura; Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação; Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas.

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Topografia: Depósito 50: estantes 08, 09 e 11; depósito 61: estante 17

Código de referência: BR APPR PB 039

Título: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1905 - 1982

Dimensão e suporte: 119,6 metros lineares

Nome do produtor: Tribunal Regional de Justiça Eleitoral

História administrativa: O Decreto-lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que decretava o Código Eleitoral em todo o país, instituiu a Justiça Eleitoral brasileira, com funções contenciosas e administrativas; determinou as funções de juiz eleitoral; expressou a qualificação exigida para alistamento; definiu o sistema de eleição (sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional), as seções eleitorais (com 400 eleitores cada no máximo) e estabeleceu o ato de votar, apuração, entre outros procedimentos. Concomitantemente, em 9 de junho de 1932, foi instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. O Estado foi dividido em 31 Zonas Eleitorais, constituídas de 29 Comarcas, 10 Termos e 10 Juízos Distritais. A Lei nº 48, de 4 de maio de 1935 modificou o Código Eleitoral, contemplando as mulheres acima de 18 anos como eleitoras; designando o Tribunal Superior, tribunais regionais, juízes singulares e juntas especiais de apuração de eleições municipais como órgãos da Justiça Eleitoral; definindo o processo de voto, apuração e eleição; definindo o registro de partidos políticos e o estabelecimento de fiscalização, delitos eleitorais e ações penais. Em 10 de dezembro de 1937, a Justiça Eleitoral foi extinta por Getúlio Vargas e restaurada apenas pelo Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, pelo mesmo presidente. Esse Decreto-lei regulava o alistamento eleitoral e as eleições em todo país. Em 7 de junho desse mesmo ano foi reinstalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com nove funcionários, porém, sem quadro próprio. Foi designado para instalar e presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná o desembargador Clotário de Macedo Portugal.

História arquivística: Inicialmente o fundo contava com livros de registros de assentamentos funcionais e informações contábeis de juízes, escrivães e outros funcionários do TRE-PR. Em 1983, foram transferidos documentos relativos às eleições realizadas entre as décadas de 1940 e 1970, registradas nos mapas eleitorais, boletins de apuração, mapas totalizadores de zonas, registros de partidos políticos, de candidatos e de diretórios, processos de recursos contra resultados, etc. Essa documentação foi higienizada e parte dela está acondicionada em caixas-arquivo. Há também 929 livros com ofícios e telegramas expedidos e recebidos, protocolos de seções e serviços eleitorais, alistamento eleitoral de municípios, eleições de deputados, senadores, presidente e vice-presidente, regularização de diretórios municipais, etc. Em 2012, a Divisão de Arquivo Permanente recebeu documentos transferidos do Arquivo Intermediário

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por mapas eleitorais, 527 caixas-arquivo e 929 livros sobre assentamentos funcionais e documentos de despesas, boletins de apuração, registros de partidos políticos, ofícios e telegramas expedidos e recebidos, protocolos administrativos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos manuscritos e datilografados

Instrumentos de pesquisa: Listagem com relação de caixas, livros e mapas eleitorais, contendo código de referência, assunto e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: *HISTÓRICO do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná*. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/historico-do-tribunal-regional-eleitoral-do-parana>>. Acesso em: 21 jan. 2020; e os Decretos-lei e Leis existentes no Portal da Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Datas da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 09 (códice avulso); depósito 51: estantes 01 a 04; depósito 61: estante 11 (AIs); depósito 62: mapas eleitorais

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 041**Título:** Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1913 - 1915**Dimensão e suporte:** 0,03 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação teve seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 649, de 25 de agosto de 1913. Tinha a seu cargo a administração de todos os negócios concernentes aos edifícios públicos, estradas, pontes, navegação, canalização, terras e minas. A Secretaria foi dividida em duas seções técnicas. À primeira seção técnica competia os serviços de obras públicas, sendo responsável por proceder estudos prévios e organização das plantas, perfis e orçamentos para os edifícios e mais obras a executar, confeccionando as necessárias instruções técnicas; fazer estudo minucioso da parte técnica dos autos de medição de terras; dirigir as obras executadas administrativamente e fiscalizar as que forem por meio de contrato, entre outras competências. À segunda seção dizia respeito a viação e era responsável por proceder aos estudos prévios e organização das plantas, perfis, orçamentos e instruções técnicas para as pontes, estradas e outras vias de comunicação a construir, melhorar ou reconstruir; inspecionar rigorosamente o serviço de conservação das estradas, pontes e caminhos. Além dessas atribuições, a esta Secretaria competia fiscalizar a iluminação elétrica da capital. O Decreto nº 470, de 30 de junho de 1915, suprimiu a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e anexou seus serviços à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, que passou a denominar-se Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas, sendo extinta em 04 de março de 1916, com a Lei nº 1.555, que criou a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por atos expedidos pelo Governador e pelo Secretário de Obras Públicas; relação de dívida do Núcleo Colonial Vera Guarani; parecer de auto de medição de terras; solicitação de remuneração feita pelo ex-prefeito de Tomazina; relatórios do Comissariado de Terras; processo referente à prorrogação de prazo da construção da estrada Curitiba – Mato Grosso

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada**Instrumentos de pesquisa:** Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver também Fundos Secretaria do Governo; Departamento de Estradas de Rodagem; Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Viação e Obras Públicas; Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura; Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 09; depósito 61: estante 07

Título: Secretaria de Viação e Obras Públicas**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1945 - 1969**Dimensão e suporte:** 2,45 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas

História administrativa: O Decreto-Lei nº 251, de 18 de setembro de 1944, cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Regulamentada pelo Decreto nº 2.328, de 17 de junho de 1946, esta primeira secretaria passa a se denominar Secretaria de Viação e Obras Públicas, permanecendo com as mesmas atribuições até 1974 quando, de acordo com a Lei nº 6.636, de 29 de novembro, foi transformada em Secretaria do Interior (SEIN) e regulamentada pelo Decreto nº 1.160, de 6 de novembro de 1975. Tem como competência a elaboração programática que visa ampliar a infraestrutura dos serviços públicos nas áreas de telecomunicações, saneamento básico, saneamento do meio ambiente e habitação, bem como orientação normativa para a preservação das condições ecológicas e disciplinamento do crescimento dos centros urbanos.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por registro de imóveis, cópia de legislação referente aos núcleos coloniais, levantamento topográfico, títulos de posse, nomeação de funcionários, balancetes, lançamento de pagamentos, ordens de ocupação de terras devolutas, correspondência e cadastro de constatação de posse nas colônias, memorial de terrenos, contas correntes dos núcleos coloniais, título de propriedade de lotes urbanos e rurais e projetos de engenharia. Cadastros de colônias, cadastro de contas de lotes de terras, cadastro geral de colonos, contas correntes de colonos, contratos, estatísticas de quadros urbanos das colônias, estatística de imigrantes que ocupavam núcleos e colônias, inscrições de apólices da 1ª e 2ª emissão da Estrada de Ferro, prestações de contas, propostas de construções de estradas, pontes e igrejas; mapas de débitos e créditos dos colonos, matrículas de colonos, registro de chegada de imigrantes, registro de entrada e saída de imigrantes nas hospedarias, registros de óbitos e nascimentos nas colônias, registro de pagamento de prestações dos lotes dos colonos, recenseamento da população de núcleos coloniais, registro de títulos científicos de agrimensores, agrônomos e engenheiros, registro de títulos provisórios de lotes de terras, resumo parcial de débitos e créditos de inspetorias de terras, pareceres do Departamento de Terras, processo referente ao Lazareto São Roque, processo de declaração de Colônia Militar de Foz de Iguaçu, pagamentos de títulos definitivos de terras, registro de requerimentos de terras, registro de títulos de lotes, atas, ofícios, orçamentos e relatórios do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da Escola Agrônômica do Paraná e do Departamento de Água e Esgotos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e plantas impressas

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver também Fundos Secretaria do Governo; Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 50: estantes: 09 e 11; depósito 61: estantes: 11 e 14

Título: Colégio Estadual do Paraná**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1938-1969**Dimensão e suporte:** 0,28 metros lineares**Nome do produtor:** Colégio Estadual do Paraná

História administrativa: O Colégio Estadual do Paraná passou por inúmeras transformações nas reformas de ensino, denominações e sedes. Em 1846, pela Lei nº 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão do Suruí - foi criado o Liceu de Curitiba, instalado na rua da Assembleia (atual rua Dr. Muricy), em um prédio construído por determinação de Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 1858. Em 1876, a instituição passa a se chamar Instituto Paranaense e é transferida para a rua Emiliano Pernetta, na antiga residência do Visconde de Nácar. Em 1892, por conta da reforma do ensino, passa a se chamar Gymnásio Paranaense e perdura com essa denominação até 1942, quando muda de nome para Colégio Paranaense. Recebe o atual nome de Colégio Estadual Paranaense em 1943. Em 24 de fevereiro de 1904 foi inaugurada a nova sede, situada na Rua Borges de Macedo (atual Ébano Pereira), projetada pelo professor e engenheiro Affonso Augusto Teixeira de Freitas, permanecendo aí até 1950, quando é inaugurada a atual sede do Colégio. Para a construção da atual sede por determinação do Interventor Federal Manoel Ribas, em 1943 foi desapropriada uma área na Avenida João Gualberto, conhecida como “Chácara da Glória”, onde foi construído um novo prédio para o colégio, visto que o anterior já não comportava mais a crescente demanda de alunos. O Colégio agora dispunha de uma área com piscinas, ginásio, pista de atletismo e campo de futebol; foram criados também a Escolinha de Artes e o Coral do Colégio Estadual do Paraná. Em 1964, a Lei nº 4.978, de 5 de dezembro, transformou o Colégio em órgão próprio da Secretaria de Estado da Educação (SEED), facultando-lhe autonomia administrativa e financeira. Em 1974, a Lei nº 6.636, de 29 de novembro, transformou o Colégio em órgão de regime especial, subordinado à SEED. Em 23 de dezembro de 1975, sob o Decreto nº 1.358, o Colégio passou a denominar-se Complexo Escolar Colégio Estadual do Paraná - Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau e Ensino de 2º Grau -, compreendendo os seguintes grupos escolares: Prof. Brandão, Amâncio Moro, Tiradentes, Dona Carola, Conselheiro Zacarias, Aline Picheth, Dr. Xavier da Silva. Em 1990, pela Resolução nº 2.348, de 16 de agosto, foi aprovado novo Regimento Interno do Colégio, reformulando sua estrutura organizacional. Dois anos depois, foi aprovado o Regimento Interno em vigor pela Resolução nº 3.138, de 24 de setembro. Em março de 1994, a área física e terreno do Colégio foram tombados pelo Patrimônio Público Histórico do Estado. Sob a Resolução nº 1.114, de 27 de março de 1995, foi extinto o Ensino de 1º Grau, passando o estabelecimento a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino de 2º Grau. De acordo com a Resolução nº

3.120, de 2 de outubro de 1998, o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por relatórios, estatísticas de matrículas e aproveitamento escolar, planos de alterações de currículo, planta de edificação e de fotografias do Colégio

Sistema de Arranjo: O fundo está dividido em quatro séries: Relatório, Currículos, Plantas e Número de matrículas, professores e alunos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo número da caixa, descrição e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: STRAUBE, Ernani Costa. *Do Liceu de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná: 1846-1993*. Curitiba: Fundepar, 1993; STRAUBE, Ernani Costa. *O Prédio do Gymnásio: 1903-1990*. Curitiba: SEEC, 1990; COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/cep/historico.html>>. Acesso em: 27 abr. 2001.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 14

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 044**Título:** Departamento Estadual de Estatística**Data-limite:** 1938-1986**Nível de descrição:** Fundo fechado**Dimensão e suporte:** 9,29 metros lineares**Nome do produtor:** Departamento Estadual de Estatística

História administrativa: O Decreto nº 2.551, de 06 de dezembro de 1934, criou o Departamento do Arquivo Público, Estatística e Imprensa Oficial, subordinado diretamente à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Sob a Lei nº 120 de 08 de janeiro de 1937, o Departamento de Estatística e Publicidade passa a funcionar com a Repartição Central de Serviços de Estatística do Estado, subordinado à Secretaria de Interior e Justiça. Sob o Decreto-lei nº 9.164, de 26 de outubro de 1939, foi estabelecido que os serviços de estatística seriam coordenados pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE), no qual se transformara o Departamento de Estatística e Publicidade, também subordinado à Secretaria do Interior e Justiça e filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1951, sob a Lei nº 682, de 12 de setembro, o Departamento passou a ser vinculado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social. De acordo com o Decreto nº 16.023, de 17 de fevereiro de 1954, o DEE assumiu as atividades de estatística educacional de primeiro grau, até então de responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1962, o Decreto nº 8.035, de 3 de maio, definiu que o Departamento ficaria sob a supervisão administrativa da Secretaria do Governo. Em 1974, sob a Lei nº 6.636, de 29 de novembro, foi transformado em Órgão de Regime Especial, subordinado à Secretaria de Estado do Planejamento. O DEE foi extinto pela Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, passando as suas atribuições, pessoal e patrimônio para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entidade da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Procedência: Documentação transferida ao IPARDES em 1987 e recolhida ao Arquivo Público do Paraná em maio de 2001

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de quadros estatísticos de exportação geral do Estado, importação por vias internas, comércio por cabotagem, comércio exterior (importação e exportação), comércio interestadual, transmissão de imóveis, hipotecas, comercialização classificada segundo a mercadoria, origem e via de transporte, relatórios e planos de ação

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação datilografada e impressa

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código e título

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundo da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística;

Secretaria do Trabalho e Assistência Social

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Junho de 2001

Topografia: Depósito 51: estante 6

Título: Poder Judiciário**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1697 - 1980**Dimensão e suporte:** 119,86 metros lineares**Nome do produtor:** Poder Judiciário

História administrativa: A história administrativa do fundo Poder Judiciário passa pelos três períodos da história brasileira: colonial, imperial e republicano. Em 17 de julho de 1723 era criada, por Carta Régia, a Ouvidoria de Paranaguá com sede na vila do mesmo nome. Dois anos após, em 10 de fevereiro, foi feita a separação das ouvidorias de Paranaguá e São Paulo. Paranaguá passa, então, à sede da 2ª Comarca da Capitania de São Paulo, denominada Comarca de Paranaguá. Pelo Alvará Régio de 19 de fevereiro de 1812, a vila de Curitiba passou à cabeça de Comarca e residência dos Ouvidores da antiga Comarca de Paranaguá, e a partir da mesma Resolução passou a denominar-se Comarca de Paranaguá e Curitiba. No período colonial existiam os juízos ordinários, juízos de órfãos, juízos de fora, ouvidores e corregedores de comarca. Com a chegada do Império, a organização do judiciário é modificada, sendo criados os juízos de paz, municipais, de órfãos e de direito.

História arquivística: A primeira série documental de processos judiciais, trazida para o Arquivo Público em 1986, chegou bastante danificada devido a um incêndio, ocorrido na década de 1930, na 10ª Vara Cível, bem como à falta de armazenamento e tratamento corretos na documentação. Posteriormente, estes documentos foram divididos em dois fundos arquivísticos: Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá e Juízo de Órfãos de Curitiba. O primeiro composto, em sua maioria, por processos criminais e o segundo por inventários *post-mortem*. Essa primeira classificação do acervo, porém, não conseguiu abranger todas as peculiaridades que os processos traziam, uma vez que era possível encontrar documentos que não se enquadravam à classificação antiga, surgindo a necessidade da criação de uma nova tipologia para essa documentação. No final de 2002, o Arquivo Público recebeu, também da 1ª Vara Cível de Curitiba, mais uma grande quantidade de processos, os quais já foram higienizados, identificados e disponibilizados para o público. Da mesma forma, esta documentação é variada, existindo tanto processos cíveis como criminais, datados desde o século XVIII até o XX. Em 2007 foi feito um novo arranjo para a documentação do judiciário. Todos os documentos foram reunidos em um só fundo, com a denominação de Poder Judiciário. Os processos foram organizados em ordem cronológica, delimitando três seções de acordo com o período: Colonial, Imperial e Republicano. Em 2008, o acervo foi ampliado por mais um conjunto de documentos do Poder Judiciário que estavam sob a guarda do arquivo intermediário da instituição, todos referentes ao século XX, em um total aproximado de 13 mil processos. Estes documentos foram higienizados e acondicionados em caixas-arquivo, inseridos também no

fundo Poder Judiciário, seguindo a organização cronológica.

Procedência: O primeiro conjunto de documentos do Poder Judiciário foi recolhido ao acervo permanente do Arquivo Público do Paraná por meio de uma solicitação do então diretor, Dr. Mbá de Ferrante, em 1986. Os documentos estavam sob a custódia da 10ª Vara Cível de Curitiba, que tinha na época como titular o Dr. Fernando de Macedo Guimarães que, juntamente com o Juiz Presidente da Jurisdição Dr. Eli Rodrigues de Souza e o juiz Presidente do Tribunal de Justiça Armando Jorge de Oliveira Carneiro, possibilitou a transferência da documentação para o Arquivo Público. Os documentos foram repassados para a guarda do DEAP de acordo com autorização do Tribunal de Justiça expressa em ofício enviado à instituição arquivística em 16 de junho de 1986 (Ofício nº57/86 DA.). No final de 2002, o Arquivo Público recebeu, também da 1ª Vara Cível de Curitiba, mais uma grande quantidade de processos. Finalmente, em 2008, o arquivo permanente do DEAP recebeu aproximadamente 13 mil processos judiciais que estavam no arquivo intermediário da própria instituição, procedentes de diversos cartórios do Paraná.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por processos cíveis e criminais

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e impressa. Vários processos cíveis e criminais estão esmaecidos, dificultando a leitura

Instrumentos de pesquisa: Listagem em ordem cronológica e/ou alfabética

Nota sobre publicação: Os trabalhos realizados utilizando o fundo do Poder Judiciário como fonte resultaram nas seguintes publicações: *Peças do Inventário do Capitão Povoador Baltazar Carrasco dos Reis – 1697*. Curitiba: DEAP, 1986; *Catálogo de documentos históricos respeitantes à Vila de Curitiba – 1697-1799*. Curitiba: Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná : Prefeitura Municipal de Curitiba, 1993; e *Catálogo de Documentos Referentes a Processos-Crime e Processos Cíveis – Paraná (1850-1859)*. Curitiba: DEAP, 2017.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 50: estantes 23, 25 e 26

Poder Judiciário Estadual

Código de referência: BR APPR PB 046**Título:** 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1923 - 1982**Dimensão e suporte:** 37,98 metros lineares**Nome do produtor:** 2º Vara da Fazenda Pública Estadual

História administrativa: Sendo a Fazenda Pública uma das competências de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado, as Varas da Fazenda Pública foram instauradas como varas de justiça especializadas com o fim de suprir as demandas crescentes. Entre suas principais atribuições estão processar e julgar as causas em que o Estado do Paraná, os Municípios que integram a respectiva Comarca ou Foro, suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações forem interessados, assim como os mandados de segurança, os habeas data, as ações civis públicas e as ações populares contra ato de autoridade estadual ou dos Municípios que integrem a respectiva Comarca ou Foro, representante de entidade autárquica, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação estadual, municipal, de pessoa natural ou jurídica com funções delegadas do Poder Público estadual ou dos Municípios.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por autos de executivo fiscal, mandados de segurança, apelações, recursos, autos de infração, registros internos e inspeções de entidades de pessoa jurídica

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e iconográfica

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARANÁ. *Varas Judiciais Denominação e Competência: Resolução 93*. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/codj/resolucao_93_2013/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Data da descrição: Março de 2001

Topografia: Depósito 51: estantes 7 e 8

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 047

Título: Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1916 - 1920

Dimensão e suporte: 0,74 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas foi criada pela Lei nº 1.555, de 4 de março de 1916, que extinguiu a Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas, deixando seus negócios afetos à Secretaria da Fazenda, que passou a denominar-se Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. A Lei nº 1.927 de 12 de março de 1920 transformou esta Secretaria e a Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública em Secretaria Geral de Estado.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por títulos de propriedades de lotes rurais; relatórios de fiscalização de obras públicas; folhas de férias; imposto territorial de diversos municípios; aforamentos de terras; relatórios de serviços realizados em estradas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, assunto e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver também Fundos Secretaria da Agricultura; Secretaria da Fazenda e Obras Públicas; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura; Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio; Secretaria da Fazenda e Indústria

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes 8 e 9; depósito 61: estantes 5, 9, 11 e 17

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 048

Título: Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Viação e Obras Públicas

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1928-1930

Dimensão e suporte: 0,17 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Viação e Obras Públicas

História administrativa: A Lei nº 2.502, de 25 de fevereiro de 1928, desdobrou a Secretaria Geral do Estado em três, sendo uma delas a Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Esteve em vigor até 05 de outubro de 1930, quando o Decreto nº 1 unificou novamente as três secretarias em Secretaria Geral do Estado.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por correspondências sobre o estado das estradas; memorial descritivo da estrada de rodagem de Morretes à Paranaguá; livro razão da seção de contabilidade; títulos de propriedades de lotes rurais e termos de promessas de funcionários

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver também Fundos Secretaria do Governo; Secretaria da Agricultura; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura.

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 9; depósito 61: estante 17

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 049

Título: Secretaria da Fazenda e Obras Públicas

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1932 - 1935

Dimensão e suporte: 0,60 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas

História administrativa: Em 09 de fevereiro de 1932, através do Decreto nº 320, a Secretaria da Fazenda e Indústria passou a denominar-se Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas, compreendendo além da Diretoria Geral, os seguintes Departamentos: Fazenda, Obras Públicas, Viação, Inspeção Geral de Obras e Viação, Terras e Colonização, Geográfico e Geológico, Água e Esgotos, Pagadoria, Tesouro, Contabilidade, Tomada de Contas, Agricultura e Contencioso. A Lei nº 26, de 21 de outubro de 1935, organizou administrativamente as Secretarias de Estado, alterando a denominação da Secretaria da Fazenda e Obras Públicas para Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por impostos territoriais de diversos municípios, registro de mercadorias sujeitas ao imposto de comércio; imposto sobre transmissão de bens; imposto sobre hipoteca; relação de índios Coroados e Guaranis de Palmeirinha; registro de vendas de terras

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos Secretaria de Viação e Obras Públicas; Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio

Data da descrição: Julho de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes 9 e 11; depósito 61: estantes: 6, 10 e 11

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 050**Título:** Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1893 - 1912**Dimensão e suporte:** 1,22 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios de Finanças, Comércio e Indústrias

História administrativa: Essa Secretaria foi criada com a Lei nº 1, de 27 de abril de 1892, e cabia a ela realizar os serviços que dissessem respeito a estabelecimentos agrícolas e industriais, mantidos e auxiliados pelos cofres do Estado; às providências convenientes aos diversos ramos de indústrias; ao exame das invenções e dos melhoramentos industriais de que se requer privilégio. Estava dividida estruturalmente em três seções, sendo a primeira denominada Contabilidade, a segunda Tesouro e a terceira Contencioso. O Decreto nº 188, de 18 de março de 1912, desdobrou essa secretaria em Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria da Fazenda.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por registros de requerimento e cobrança de impostos; livro de lançamento de receitas e despesas do Tesouro; Livros-caixa da coletoria de Paranaguá; imposto de águas e esgoto; correspondências oficiais de agentes fiscais de rendas estaduais; orçamento do Estado; balanço de receitas e despesas; índice de finanças; documentos referentes à reforma da ponte sobre o Rio São João, na estrada da Graciosa

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita**Instrumentos de pesquisa:** Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Julho de 2005**Topografia:** Depósito 50: estantes 8, 9 e 11; depósito 61: estantes: 3, 4 e 5

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 051

Título: Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1928 - 1944

Dimensão e suporte: 1,76 metros lineares

Nomes dos produtores: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e Comércio; Secretaria de Estado da Fazenda, Indústria e Comércio

História administrativa: A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio foi criada em 25 de fevereiro de 1928, através da Lei nº 2.501, permanecendo com essa denominação até 05 de outubro de 1930, quando o Decreto nº 1 unificou as três secretarias em Secretaria Geral do Estado. A Lei nº 26, de 21 de outubro de 1935, organizou a Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria da Fazenda e Comércio, sendo subordinados a esta secretaria os serviços de Fazenda, Comércio e Indústrias, Estatísticas e Fiscalização. Apesar de a Lei nº 26 denominar a Secretaria de Fazenda e Comércio, nos documentos pertencentes ao fundo e até mesmo em Diários Oficiais do período, essa Secretaria aparece como Fazenda, Indústria e Comércio, porém, não foi encontrada nenhuma legislação que notificasse a mudança. Em Diário Oficial de janeiro de 1936 a Secretaria já aparece como Fazenda, Indústria e Comércio. Até onde foi encontrada legislação, essa Secretaria só sofreu alteração em 1944, quando o Decreto-Lei nº 251 de 18 de setembro criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 61 códigos com registros de mercadorias sujeitas ao imposto de comércio; atas de apólice da dívida pública do estado; imposto territorial de diversos municípios; imposto de transmissão de bens; imposto de indústrias e profissões; ofícios diversos da Contadoria Geral do Estado; termo de promessa de funcionários; registro de venda de terras; ata de conferência realizada entre técnicos em contabilidade pública; exposição feita a delegados estaduais pelo Assistente do Conselho Técnico de Economia de Finanças

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos da Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Data da descrição: Agosto de 2005

Topografia: Depósito 50: estantes: 9 e 11; depósito 61: estantes: 3, 5, 6, 7

Código de referência: BR APPR PB 052**Título:** Secretaria do Palácio do Governo**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1941 - 1947**Dimensão e suporte:** 0,06 metros lineares**Nomes dos produtores:** Departamento da Secretaria do Palácio do Governo; Secretaria do Palácio do Governo

História administrativa: Em 19 de outubro de 1938, através do Decreto nº 7.556, foi criado o Departamento da Secretaria do Palácio do Governo, que tinha como funcionários um diretor, um chefe de seção, 1º, 2º e 3º oficiais e dois oficiais de gabinete. Este Departamento era subordinado à Secretaria do Interior e Justiça. O Decreto-lei nº 10.704 de 28 de novembro de 1940, assinado pelo Interventor do Estado, Manoel Ribas, decretou que o Departamento da Secretaria do Palácio do Governo passaria a denominar-se Secretaria do Palácio do Governo, permanecendo com o mesmo quadro de funcionários e respectivos vencimentos, exceto quanto ao cargo de diretor transformou-se em Secretário da Interventoria Federal, cabendo a ele supervisionar os trabalhos da Secretaria do Palácio do Governo. Em 1947, através do Decreto-lei nº 659 do dia 02 de junho, o governador do Estado Moysés Lupion, decretou uma nova organização para a Secretaria, a saber:

- 1 – Secretário do Governo
- 2 – Casa Civil
- 3 – Casa Militar
- 4 – Departamento de Expediente e Protocolo
- 5 – Assistência Técnica
- 6 – Portaria e Serviços Presidenciais
- 7 – Garagem

No mesmo ano, o Decreto nº 189 de 13 de agosto aprovou o regulamento da Secretaria. Entre as competências do Secretário do Governo estava superintender os serviços da Secretaria, exceto os atribuídos à Casa Militar. Em 1951, a Lei nº 709 de 27 de setembro, criou a Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, que tinha como competência superintender e executar os serviços da Secretaria do Palácio do Governo.

Âmbito e conteúdo: O fundo é composto por assentamentos funcionais de escrivães e avaliadores, assentamentos funcionais e financeiros de funcionários, termos de posse de auxiliares da Inspetoria Federal no Estado

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos Secretaria de Estado dos Negócios do Governo e Casa Civil

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Datas de descrição: Agosto de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 9; depósito 61: estante 7

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 053**Título:** Secretaria da Fazenda e Indústria**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1930 - 1932**Dimensão e suporte:** 0,47 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e Indústria

História administrativa: Pelo Decreto nº 758, de 10 de dezembro de 1930, a Secretaria Geral do Estado foi desdobrada em duas: Secretaria da Fazenda e Indústria e Interior, e Secretaria da Justiça e Obras Públicas. À Secretaria de Fazenda e Indústria ficaram subordinados todos os serviços que corriam pelos Departamentos que constituíam a extinta Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio, acrescidos do Departamento de Agricultura, que passou a lhe pertencer. Em 09 de fevereiro de 1932, pelo Decreto nº 320 esta Secretaria passa a denominar-se Secretaria de Negócios da Fazenda e Obras Públicas.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 12 livros com arrecadação e fiscalização das rendas; imposto territorial de Curitiba; termo de responsabilidade para pagamento de impostos; atas da Comissão de Sindicância referente ao imposto de comércio; guias de cobrança de impostos; imposto de comércio; registro de mercadorias sujeitas ao imposto de comércio

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e data-limite

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos da Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

Datas de descrição: Agosto de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 9; depósito 61: estantes 6 e 10

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 054

Título: Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1915 - 1916

Dimensão e suporte: 0,05 metros lineares

Nome do produtor: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas

História administrativa: O Decreto nº 470, de 30 de junho de 1915, suprimiu a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, anexando seus serviços à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, que passou a ter a denominação de Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas. Os serviços desta secretaria ficavam a cargo de uma Diretoria Geral, dividida em quatro seções, denominadas: 1) Seção de Expediente; 2) Seção de Terras e Colonização; 3) Seção de Agricultura, Indústria e Comércio; 4) Seção de Técnica (Obras Públicas e Viação), abrangendo também a Inspeção Geral de Agricultura e a fiscalização da iluminação elétrica da capital. A Lei nº 1.555, de 04 de março de 1916, extinguiu essa Secretaria ficando seus negócios afetos à Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, criada através dessa mesma lei.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 20 códigos com relatórios diversos enviados à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas pelos Comissariados de Terras, Núcleos Coloniais, Inspetorias e pelo Instituto Comercial de Curitiba

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo código, título e datas-limites

Unidades de descrição relacionadas: Ver fundos da Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas; Secretaria da Fazenda e Comércio

Data da descrição: Agosto de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 09

Título: Secretaria de Estado da Administração**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1943 - 1988**Dimensão e suporte:** 1,4 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado da Administração

História administrativa: A Secretaria de Estado da Administração (SEAD) foi criada pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, que dispôs sobre a organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná. De natureza instrumental, seria responsável pela prestação, de forma centralizada, dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da administração direta e relativos ao processamento eletrônico de dados, administração patrimonial e de materiais e transporte oficial; documentação, publicação de atos oficiais e reprografia; comunicações administrativas e zeladoria; orientação e controle das construções e a manutenção e conservação de prédios e equipamentos de escritório governamentais; organização e gestão centralizada de cadastro de informações sobre licitantes e licitações no Estado, entre outras atividades. O Decreto nº 857, de 19 de agosto de 1975, aprova o Regulamento e a estrutura da SEAD, órgão de primeiro nível hierárquico na administração estadual, para a programação, comando, fiscalização, controle, execução e orientação normativa do sistema de Administração Geral, do qual constitui organização base. No Regulamento constam as competências desta Secretaria, a sua estrutura organizacional básica e as atribuições de cada unidade integrante da SEAD. Em 31 de julho de 1987 foi aprovado novo Regulamento da SEAD, através do Decreto nº 1036. Nele há a caracterização, objetivos, estrutura organizacional básica e função das unidades integrantes da Secretaria de Estado da Administração. Neste Regulamento consta o Departamento Estadual de Arquivo Público, responsável pela guarda, microfilmagem e conservação de documentos públicos que requeiram cuidados por sua importância, natureza, originalidade ou valor histórico; reprodução e disposição de documentos sob sua guarda para consulta; expedição de certidões, etc. A Lei nº 13.035, de 4 de janeiro de 2001, alterou a estrutura organizacional do Poder Executivo, extinguindo e transformando alguns órgãos. A partir dessa lei, a Secretaria de Estado da Administração passa a denominar-se Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), incorporando-se a coordenação das políticas de seguridade funcional, no âmbito da administração pública do Estado do Paraná. O serviço social autônomo PARANAPREVIDÊNCIA passa a vincular-se também à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por dez caixas-arquivo contendo protocolos relativos a locação de imóveis, manutenção e reparos de edifícios, pedido de auxílio para construção de centro comunitário, convênio com o IPARDES, convênio de cooperação com outros estados, auxílio a prefeituras, contrato de prestação de serviços

especializados, termo de comodato; Relatório da Maternidade de São Carlos, escrituras públicas de compra e venda feita pela Cia Marcondes e Cia Norte do Paraná, planta de terrenos no centro cívico de propriedade do Estado e os que deverão ser adquiridos, planta do Teatro Guaíra, projeto para Teatro Oficial do Estado, projeto para a construção do Hospital de Clínicas de Curitiba, Registro das mutações Patrimoniais de Municípios, processos referentes ao frigorífico do Atuba, plantas sobre a penitenciária central do Estado (Colônia Penal Agrícola de Piraquara), etc.

Procedência: Secretaria de Estado da Administração e Previdência

Incorporações: Fundo aberto sujeito a recolhimentos regulares

Características físicas: Documentos manuscritos, impressos e datilografados

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000; ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: Abril de 2006

Topografia: Depósito 51: estante 4

Título: Instituto de Criminalística**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1942 – 1966**Dimensão e suporte:** 0,15 metros lineares**Nomes dos produtores:** Laboratório de Polícia Técnica, Instituto de Polícia Técnica, Instituto de Criminalística

História administrativa: Criado como Laboratório de Polícia Técnica pelo Decreto Estadual nº 790, de 16 de maio de 1935, o Instituto de Criminalística manteve-se com esta denominação até o ano de 1962, quando por força de reformulação estrutural, passou a ser conhecido como Instituto de Polícia Técnica, denominação que permaneceu até 1982. Em decorrência da Emenda Constitucional Estadual nº 10, de 24 de outubro de 2001, o Instituto de Criminalística desvinculou-se do Departamento da Polícia Civil, passando, em parceria com o Instituto Médico Legal, a constituir a Polícia Científica do Paraná. Trata-se de uma unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, administrativa, técnica e financeiramente autônoma. O Instituto de Criminalística é uma unidade de ação programática com funções definidas e missões de caráter permanente. É um Órgão de natureza técnico-científica, com atribuições em todo o Estado do Paraná. Suas atividades estão expressas na legislação Penal vigente, sendo imprescindível na formação do “Corpo de Delito”, materializado no Laudo Pericial, atendendo ainda, aos procedimentos administrativos da esfera estadual. Nas áreas de fronteiras internacionais, atende, também, as solicitações das Superintendências da Polícia Federal e Receita Federal. O Instituto de Criminalística conta com mais nove Seções Técnicas no interior do Estado, nas cidades de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Umuarama, Ponta Grossa, Paranaguá e Francisco Beltrão. Participa, em parceria com as Polícias Civil e Militar, de Operações Especiais durante os meses de verão, quando aumenta o fluxo de turistas nestas regiões do Estado. Para agilizar e dar melhor atendimento à população, instalam-se anualmente as Operações “Costa Norte”, com sedes nos Municípios de 1º de Maio e Carlópolis, “Costa Oeste” em Foz do Iguaçu e Santa Helena e “Verão” em Matinhos e Guaratuba. Seu objetivo é o de proceder trabalhos periciais, através dos Peritos Criminais, com o intuito de elucidar tecnicamente o modo como ocorreram os fatos delituosos, com as circunstâncias que os cercaram, colhendo as provas materiais pelas quais se tornasse possível a identificação do autor ou autores do delito e o “modus operandi”.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por ofícios expedidos e recebidos e relatórios; da Polícia Técnica os documentos são os seguintes: Livro nº 1 de Registro de Materiais Fotográficos utilizados (jan. 1961 a out. 1963); uma pasta com informações sobre revelação de impressões digitais pelo método ninidrina, contendo duas revistas e cópias de produtos em papel fotográfico; uma pasta intitulada “Dispositivos para a recuperação de projéteis de arma de fogo”; Livro Ponto nº 11, de 26 de abril de 1955 a 19 de setembro de 1956; Livro Protocolo nº 15, com abertura

em 27 de fevereiro de 1958; Livro Protocolo nº 2 com abertura em 10 de abril de 1942; Livro Protocolo nº 3, com abertura em 30 de janeiro de 1946

Procedência: Instituto de Criminalística, através de recolhimentos feitos em 12 de abril de 2005 e maio de 2007

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: POLÍCIA CIENTÍFICA. *Instituto de Criminalística do Paraná*. Disponível em: <<http://www.ic.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e impressa

Data da descrição: Abril de 2006

Topografia: Depósito 51: estante 23

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 057**Título: Instituto de Identificação****Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1905 – 1938**Dimensão e suporte:** 44,33 metros lineares**Nomes dos produtores:** Gabinete Antropométrico; Gabinete de Identificação e Estatística; Instituto de Identificação do Paraná

História administrativa: Iniciou-se em 13 de abril de 1905, com a criação do Gabinete Antropométrico, segundo o sistema de Bertillon, para a identificação de delinquentes, funcionando com esse nome até 21 de novembro de 1907. O primeiro identificado foi João Modesto Camargo, criminoso em São Paulo e aqui capturado, a pedido da Polícia daquele Estado. Em 27 de novembro de 1907 foi criado o Gabinete de Identificação e Estatística, quando se introduziu o sistema de identificação Datiloscópica de Juan Vucetich, utilizado inicialmente em conjunto com o sistema de Bertillon. Pelo Decreto nº 309, de 16 de fevereiro de 1934, o Gabinete de Identificação e Estatística foi anexado à Delegacia de Vigilância e Investigações, funcionando até 15 de maio de 1935. No dia 16 de maio, através do Decreto nº 790, Artigo 1º, o Gabinete de Identificação e Estatística foi desanexado da Delegacia de Vigilância e Investigação e, através do Artigo 2º do mesmo Decreto, foi criado o Instituto de Identificação do Paraná, subordinado à Chefatura de Polícia, sendo seu primeiro diretor o Dr. Carlos Mafra Pedro, no período de 28 de maio de 1935 a 03 de outubro de 1957.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 64 livros de registro geral, 5 livros de registro de passaporte (1913-1935), 1 livro de registro geral de meretrizes (1919-1920), 10 caixas-arquivo de meretrizes e 292 caixas de prontuários

Características físicas: Documentação manuscrita e datilografada

Procedência: Instituto de Identificação por meio de recolhimento em maio de 2005

Sistema de Arranjo: Os prontuários estão ordenados por sequência numérica de registro

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo nome, tipo de registro (geral, criminal ou civil), datas-limite, quantidade de fotografias, quantidade de páginas, naturalidade e número do registro e da caixa onde o registro está acondicionado

Condições de Acesso: A partir do preenchimento de um Termo de Responsabilidade

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

Data de descrição: 18 de abril de 2006

Topografia: Depósito 51: estantes 21, 22 e 23

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB058**Título: Conselho Penitenciário do Estado do Paraná****Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1925 - 1995**Dimensão e suporte:** 0,8 metros lineares**Nome do produtor:** Conselho Penitenciário do Estado do Paraná

História administrativa: O Decreto Federal nº 16.665, de 6 de novembro de 1924, criou o livramento condicional e deu origem aos conselhos penitenciários e patronatos, os incumbindo da regência da execução de medidas alternativas à prisão. Roberto Lyra diz que o Conselho Penitenciário é “criação brasileira, como intervenção administrativa, a que estava afeta a instrução do livramento”. A seu turno, a Lei de Execução Penal, nº 7.210 de 11 de julho de 1984, com vigência a partir de janeiro de 1985, estabelece, no art. 69, que o Conselho Penitenciário é “órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena”. Consultivo ele é no aspecto de que pode orientar outrem, só por intermédio de propostas, sem decidir alguma coisa, porque seus pronunciamentos não têm caráter vinculante, quer ao Poder Executivo, quer ao Poder Judiciário. Somente auxilia outros órgãos da execução penal, dentre inúmeros outros, o Ministério Público. Provocativa é também a natureza de sua atribuição, à medida que pode (como dever) representar em favor ou desfavor de apenado ou detido. Fiscalizador é atribuição que a lei confere-lhe, sem contudo ser consentido o poder de fechar ou interditar estabelecimentos penais ou cadeias públicas, por exemplo. Nesse aspecto, as decisões tomadas por seus integrantes, sempre envolvidos com a lei obrigatoriamente, têm caráter meramente opinativo. O art. 3º, do Decreto nº 16.665/24, atribuía aos Conselhos Penitenciários as seguintes tarefas: a) verificar a conveniência da concessão do livramento condicional e do indulto; b) visitar os estabelecimentos penais, para verificar a execução do regime penitenciário; c) verificar a regularidade das condições impostas aos liberados e aos egressos. Pareceria que, em face da Lei de Execução Penal, as incumbências de Conselho Penitenciário seriam as mesmas ou se esgotariam no elenco de atribuições do art. 70, ou seja: a) emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena; b) inspecionar os estabelecimentos e serviços penais; c) apresentar, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior; d) supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.

Âmbito e conteúdo: O fundo é composto por 14 livros de atas das sessões do Conselho, com o recorte de 1925 a 1995; 1 livro de parecer de comutação de pena (1972) e 4 livros de distribuição de processos, de 1958 a 1981

Procedência: Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania por meio de recolhimento em maio de 2005

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumentos de pesquisa: Listagem contendo volume do livro, datas-limites e conteúdo

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: *texto do conselheiro Rolf Koerner Junior*, de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.dantaspimentel.adv.br/jcdp5204.htm>>. Acesso em: abr. 2006; *Portal da legislação do Governo Federal*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Data da descrição: Abril de 2006

Topografia: Depósito 51: estante 23

Código de referência: BR PRAPPR PB 059**Título:** Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1897 - 1990**Dimensão e suporte:** 36,77 metros lineares**Nomes dos produtores:** Departamento Penitenciário do Estado; Prisão Provisória de Curitiba; Escola Penitenciária

História administrativa: Em 1909, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, da Justiça e Instrução Pública e a Chefatura de Polícia eram responsáveis pelas cadeias e penitenciárias do Estado. Neste mesmo ano foi criada a Prisão Provisória de Curitiba, a qual posteriormente denominou-se Penitenciária Central e Prisão Provisória do Estado. Em 17 de fevereiro de 1954, através da Lei nº 1.767, foi criado o Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado (DEPE). Em 9 de julho de 1962, com o Decreto nº 4.615, foi criada a Secretaria de Segurança Pública, à qual vincula-se o DEPE, responsável pelas penitenciárias, prisões, escolas de recuperação, colônias, sanatórios e manicômios penais. Em 29 de maio de 1971, com o artigo 150 da Emenda Constitucional nº 3, o DEPE volta à jurisdição da Secretaria do Interior e Justiça. Em 1975, o DEPE passar a denominar-se Coordenação do Sistema Penitenciário (COOSIPE). Em 1987, devido à nova regulamentação da Secretaria de Estado da Justiça, passa a denominar-se Departamento Penitenciário (DEPEN). A Escola Penitenciária do Paraná (ESPEN) foi instituída como unidade sub-departamental do DEPEN e da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU), através do Decreto nº 609 de 23 de julho de 1991. Em 05 de julho de 2002, com a Lei nº 13.667, há uma nova estrutura organizacional do Estado, onde a Secretaria de Estado de Segurança, da Justiça e da Cidadania (SESJ) é criada, no qual incorpora-se o DEPEN. Em 30 de dezembro do mesmo ano, com a Lei nº 13.986, foi recriada a Secretaria da Estado da Justiça (SEJU), onde se reintegra o DEPEN, com 24 estabelecimentos penais, dois patronatos penitenciários e uma escola de capacitação e desenvolvimento profissional de servidores.

História arquivística: Entre 1997 e 2004, foi desenvolvido no âmbito do departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Grupo de Estudos da Violência (GEV), o qual estudou, entre outros tópicos, o Sistema Penitenciário. Em 2003, este Grupo teve como subgrupo “Arquivos do DEPEN”, isto é, um grupo de trabalho que avaliou a documentação existente na Prisão Provisória do Ahú (Curitiba), transferiu essa massa documental para a sua sede e a descreveu. Simultaneamente, também foram cedidos documentos da Escola Penitenciária (ESPEN) ao GEV. Os documentos encontrados na Prisão eram concernentes à história da prisão, registros de seus funcionários e de presos. Em 2008, o Arquivo Público do Paraná, através de ofício da ESPEN solicitando o recolhimento do material presente na Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), sob responsabilidade do GEV, recolheu a documentação diversa, com a finalidade de higienizá-la e dar o tratamento arquivístico adequado.

Em 09 de junho de 2009, o restante do material que se encontrava na FUNPAR foi recolhido pelo Arquivo Público. Estes documentos foram retirados com a anuência do DEPEN (órgão produtor) e do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH –UFPR), nova denominação do Grupo de Estudos da Violência

Âmbito e conteúdo: Livros com relatórios do Chefe de Polícia ao Secretário, recortes de jornal e de partes da detenção (provenientes da Escola Penitenciária); pastas com fotocópias e caixas-arquivo com documentos textuais de fichas de presos, fichas de funcionários da Penitenciária Central e Prisão Provisória de Curitiba (do Ahú), relatórios, ofícios, dossiês e diversos documentos textuais; fichas de presos internados entre as décadas de 30 e 80; fichas de presos acompanhados do processo jurídico, das décadas de 70 e 80

Instrumentos de pesquisa: Planilha eletrônica com a relação das fichas de presos, listagem dos livros e das caixas

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: DEPEN. *História do Sistema Penitenciário*. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

Data da descrição: Junho de 2019

Topografia: Depósito 50: estante 29; depósito 61: arquivo de aço

Título: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas - IBPT**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1937 - 1978**Dimensão e suporte:** 3,87 metros lineares**Nome do produtor:** Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas

História administrativa: Em 1940, com o apoio do Interventor Manoel Ribas, Marcos Augusto Enrietti funda o Laboratório de Análises e Pesquisas, dedicado aos estudos do solo e ao controle de pragas vegetais e doenças animais, que integrava a Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Em 1941, o Laboratório passa a denominar-se Instituto de Biologia Agrícola e Animal (IBAA), funcionando em sede própria no bairro do Juvevê, em Curitiba. Em 26 de dezembro de 1942, o Decreto-lei nº 110 estabelece que o IBAA seja denominado Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), uma vez que o Instituto passou a ter uma atuação mais abrangente e ampla, com objetivos de fomentar, propugnar e concorrer para o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e da indústria do Estado. O Decreto-lei nº 251, de 18 de setembro de 1944, cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, desmembrados das Secretarias de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura e de Fazenda. Os serviços pertinentes ao Departamento de Agricultura e Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas passam para esta nova Secretaria. A Lei nº 682, de 12 de setembro de 1951, altera a denominação da Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, que passa a ser Secretaria da Agricultura (SEAG). O IBPT permanece como entidade integrante desta Secretaria. O IBPT possuía as divisões de Biologia Vegetal, Biologia Animal, Patologia Experimental, Química e Tecnologia, Geologia e Mineralogia, Solos, Metrologia, Experimental de Combustíveis, além da divisão Administrativa, que contemplava toda a parte operativa do IBPT, inclusive a Contabilidade, o Almoxarifado e o Serviço de Transportes. Em 04 de dezembro de 1978, com a Lei nº 7.056, o Instituto passou por uma grande modificação, se transformando em uma empresa pública, ganhando autonomia e ampliando, mais uma vez, suas áreas de atuação. Nesse período, passa a denominar-se TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná. Vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio à época, possuía personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receitas próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira e sede e foro na cidade de Curitiba. Em 8 de janeiro de 1992, a Lei nº 9.896 transforma a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. O TECPAR passa a vincular-se a esta Secretaria, como unidade de nível de atuação descentralizada, assim como universidades e faculdades estaduais do Paraná. Em 1º de fevereiro de 1995, a Lei nº 11.066 altera a denominação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia para

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O Decreto nº 4.766, de 1º de setembro de 1998 expressa o Regulamento dessa Secretaria.

Âmbito e conteúdo: O acervo é composto por 96 livros, duas caixas e uma pasta com relatórios, movimento contábil, correspondências, ofícios, documentos referentes ao IBPT e seus funcionários, atas de reuniões e revistas publicadas pelo IBPT

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação datilografada e impressa

Instrumentos de pesquisa: Relação dos livros e caixas contendo assunto e data

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: TECPAR. *Histórico*. Disponível em: <<http://portal.tecpar.br/sobre-o-tecpar/historico/>>. Acesso em: 7 fev. 2020; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: 07 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 49: estante 19

Código de referência: BR APPR PB061**Título:** Conselho Regional de Desportos**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1941 - 1985**Dimensão e suporte:** 31,5 metros lineares**Nome do produtor:** Conselho Regional de Desportos

História administrativa: O Decreto-Lei nº 614 de 13 de maio de 1947, cria a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC). O Decreto nº 10.527, de 09 de janeiro de 1963 reestrutura esta Secretaria, que compreende: Conselho Estadual de Educação, Gabinete do Secretário, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica, Assessoria de Relações Públicas, Diretoria de Administração, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Departamento de Educação, Superintendência de Ensino Superior, Departamento da Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, Centro Audiovisual e como órgãos autônomos a Biblioteca Pública do Paraná, Teatro Guaíra, Museu Paranaense e o Conselho Regional de Desportos (CRD). O Decreto nº 1.083, de 19 de dezembro de 1971, reorganiza a Secretaria de Educação e Cultura, devido às exigências decorrentes da complexidade crescente da política educacional brasileira, passando a englobar as seguintes unidades: Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria Administrativa, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria Parlamentar, Assessoria de Imprensa, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Cultura, Conselho Regional de Desportos, Conselho Superior do Magistério, Comissão Permanente de Processo Disciplinar, Conselho de Planejamento, Diretor Geral, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, Centro de Processamento de Dados, Centro de Comunicação, Diretoria Administrativa e Delegacias Regionais de Ensino. O Decreto nº 15, de 15 de março de 1979, institui a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos da Cultura e do Esporte (SECE), alterando, consequentemente, o Regulamento e a estrutura da Secretaria de Estado da Educação e Cultura. O CRD passa a integrar a estrutura administrativa da SECE, assim como outras unidades administrativas, como o Museu Paranaense, o Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública. A Lei nº 7.169, de 18 de junho de 1979, cria a Secretaria da Cultura e do Esporte (SECE), com a finalidade de coordenar e promover atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador. Essa lei transfere o Conselho Estadual da Cultura e o Conselho Regional de Desportos (CRD) da Secretaria da Educação e da Cultura (SEEC) para a SECE, alterando a denominação do CRD para Conselho Estadual do Esporte. Altera, ainda, a denominação da Secretaria de Educação e Cultura (SEEC) para Secretaria da Educação (SEED). O Decreto nº 636, de 05 de junho de 1987, dispõe sobre a atuação do Secretário Especial do Esporte, que exercerá concomitantemente a função de Diretor Presidente da Fundação de Esportes do Paraná. A Fundação de Esportes do Paraná, instituída pela Lei nº 8.485, em 03 de junho de 1987, fica vinculada ao Secretário Especial do Esporte e ao Conselho Regional de

Desportos (CRD), também subordinado ao Secretário. Esse decreto também extingue a Coordenadoria do Esporte, unidade administrativa da Secretaria de Estado da Cultura. O Decreto nº 702, de 28 de abril de 1995, aprova o Regulamento da Secretaria de Esporte e Turismo (SEET), institui no âmbito da SEET o Conselho Estadual do Esporte e Lazer e extingue o Conselho Regional dos Desportos.

Âmbito e conteúdo: O fundo é composto por ofícios, processos de registros de atletas, alvarás, atas e estatutos de clubes, rescisão de contratos, boletins recebidos, recortes de jornais, calendário das Federações e correspondências diversas de clubes esportivos do Estado do Paraná enviadas ao CRD

Procedência: A extinção da Coordenadoria do Esporte em 05 de junho de 1987 deu origem à transferência do acervo ao Arquivo Público do Paraná. Após a transferência, em 1987, o acervo permaneceu na Divisão de Documentação Intermediária (DDI) até 2009, quando foi transferido para a Divisão de Documentação Permanente (DDP). O tratamento técnico para a descrição e inserção em base de dados dessa documentação iniciou-se em 2012, devido à parceria realizada pelo DEAP com o Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade, da Universidade Federal do Paraná. Esse base de dados foi feita por estagiários através do repositório digital Documentador

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e iconográfica

Instrumentos de pesquisa: Planilha com a relação das caixas, número do registro, data e assunto; relação de itens documentais (Documentador), acessível no *site* do DEAP

Nota: Para a história administrativa consultou-se diretamente a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: 27 de janeiro de 2020

Topografia: Depósito 49: estante 21

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 062**Título: Secretaria de Estado da Comunicação Social****Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1998 - 2002**Dimensão e suporte:** 2,2 metros lineares**Nome do produtor:** Secretaria de Estado da Comunicação Social

História administrativa: A Secretaria de Estado da Comunicação Social foi criada pela Lei nº 8.468, de 16 de março de 1987 e regulamentada pelo Decreto nº 922, de 17 de julho do mesmo ano. Entre suas principais competências estão a função de assessorar o Governador do Estado no relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira, visando centralizar e ordenar o intercâmbio de informações entre governo e sociedade, coordenar e controlar a divulgação das ações administrativas e políticas do governo por meio de campanhas publicitárias, divulgação das atividades da administração do Estado, realização de pesquisas sobre a opinião pública em relação às atividades governamentais, promover a difusão de atividades educativas e culturais de interesse do Estado, entre outras responsabilidades.

Âmbito e conteúdo: O fundo possui 69 fitas de filmes em VHS com conteúdos relacionados a informes publicitários, encontros com lideranças das regiões do Paraná, programas como “Homem da Terra”, “Piá Bom de Bola”, entre outros shows, programas e cursos com temáticas educacionais e culturais

Características físicas: Documentos audiovisuais

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

Data da descrição: Dezembro de 2008**Topografia:** Depósito 63

COLEÇÕES

Código de referência: BR PRAPPR CO 009/ PB 066**Título: Capitania e Província de São Paulo****Nível de descrição:** Coleção**Data-limite:** 1727 - 1853**Dimensão e suporte:** 0,14 metros lineares**Nome do produtor:** Capitania de São Paulo; Província de São Paulo

História administrativa: O território que atualmente compõe o Estado do Paraná até 19 de dezembro de 1853 pertencia à Província de São Paulo, que por sua vez, até 1821 era denominada Capitania. Durante esses dois períodos históricos, a região do Paraná integrava política e administrativamente o território paulista. O Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná possui em seu acervo fontes históricas manuscritas bastante relevantes, além de rolos de microfilmes com listas nominativas de habitantes (cópias dos originais que estão em posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo), referentes a regiões do Paraná do final do século XVIII e primeira metade do século XIX, tais como Antonina, Morretes, Curitiba, Paranaguá, etc. As listas nominativas, também denominadas maços populacionais, são uma espécie de censo populacional que deram continuidade às antigas listagens da população masculina apta a servir militarmente na América Portuguesa. A ampliação da população abrangida nessas contagens se dá como uma tentativa de modernizar a administração do Estado, especialmente na era do Marquês de Pombal. Para que isso ocorresse era preciso quantificar e conhecer a população como um todo, não apenas os potenciais militares. As listas nominativas foram produzidas entre 1765 e 1850, sendo que até 1831 os dados eram recolhidos pelas Companhias de Ordenanças (posteriormente substituídas pelo Juiz de Paz), que compilavam e enviavam os resultados ao Governo de São Paulo, que nesse período estendia-se até o estado do Paraná e o norte de Santa Catarina. As primeiras listas referentes às localidades hoje paranaenses trazem poucas informações: separam a população por domicílios, arrolam o nome de um *chefe*, seguido pela listagem dos demais habitantes do domicílio. Cada nome é acompanhado da idade da pessoa e do tipo de relação que possuía com o *chefe* (esposa, filho, agregado, etc). À medida que se aproximam do século XIX, as listas agregam mais informações, como cor, categoria civil, patentes, ocupações e inclusive contabilizam escravos. Esses documentos não formam um fundo documental específico, mas constituem uma coleção, pois possuem características comuns e foram reunidos intencionalmente.

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída por listas nominativas de habitantes, mapas populacionais, compromissos de irmandades e relatório de prisão em Curitiba

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e microfilmada

Instrumentos de pesquisa: Listagem dos maços populacionais por localidade, data e número do rolo de microfilme;

listagem das pastas e do AP desmembrado, contidos na caixa-arquivo

Existência e localização de cópias: Microfilme do AP 0985, vol. 17, páginas 01 a 85: rolo 2031, flash 05; digitalização dos maços populacionais e da documentação da caixa-arquivo.

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População*. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macos_populacao>; e UFPR. Departamento de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História. *Listas nominativas*. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/acervo/listas-nominativas/>>.

Data da descrição: Agosto de 2005

Topografia: Depósito 50: estante 8

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 067

Título: Fundação Instituto de Terras e Cartografia - ITC

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1966 - 1978

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares

Nome do produtor: Instituto de Terras e Cartografia - ITC

História administrativa: Vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, a Fundação do Instituto de Terras e Cartografia foi instituída pela Lei nº 6.316, de 2 de outubro de 1972, com personalidade jurídica de direito público, sede e foro em Curitiba. Substituindo o então extinto Departamento de Geografia, Terras e Colonização, tinha como objetivos a colonização e o desenvolvimento rural no Paraná, o mapeamento, cadastro e a estatística imobiliária do território do Estado. Em 27 de fevereiro de 1985, com o Decreto nº 4.964, passou a estar vinculado à Secretaria da Agricultura. Logo após, no dia 26 de junho, passou a denominar-se Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná – ITCF, pela determinação do Decreto nº 5.799.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por diversos documentos incluindo autuações, ofícios, termos de audiência, mapas, relatórios de vistoria, atestados e certidões

Características físicas: Documentação manuscrita, datilografada e cartográfica

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da descrição: 06 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 50: estante 8

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 068**Título:** Grupo de Trabalho Clóvis Moura**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 2005 - 2008**Dimensão e suporte:** 1,54 metros lineares**Nome do produtor:** Grupo de Trabalho Clóvis Moura

História administrativa: A criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM) no Governo do Estado do Paraná ocorreu em 05 de abril de 2005, pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente foi ampliado com a participação de outras secretarias, em cumprimento ao Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse trabalho resultou na publicação de três livros: *TERRA e cidadania*: v. 1 – coletânea de legislação e estudos; v. 2 – marcos institucionais e documentos; v. 3 – terras e territórios quilombolas – relatório 2005-2008.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de onze caixas-arquivo contendo questionários, laudos técnicos, relatórios e levantamento socioeconômico e educacional de diversas Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ) e de Comunidades Negras Tradicionais (CNT) no Estado do Paraná. Ofícios e atas de assembléia. Fotografias e CD com as fotos digitalizadas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e impressa

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: *TERRA e cidadania*, v. 3: terras e territórios quilombolas: relatório 2005-2008. Curitiba, PR: ITCG, 2008; *Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura*: 2005-2008. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

Data da descrição: 07 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 49: estante 27

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR APPR PB 069

Título: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1956 - 1999

Dimensão e suporte: 21,5 metros lineares

Nomes dos produtores: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Departamento de Assuntos Universitários

História administrativa: Antes da criação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, os serviços relacionados ao ensino superior eram de responsabilidade do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), constante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação. Cabia a este departamento supervisionar, acompanhar, coordenar e avaliar as atividades relativas ao ensino de 3º grau, visando o seu constante aperfeiçoamento. O Decreto nº 635, de 05 de junho de 1987, dispõe sobre atuação do Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e vincula a ele as fundações universidades estaduais e as fundações faculdades estaduais, e extingue o DAU. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, alterada pela Lei nº 9.896, de 08 de janeiro de 1992 e pela Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, tem por objetivo definir, coordenar e executar a política e diretrizes nas áreas de ciência, tecnologia e ensino superior, e teve o seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.766 de 01 de setembro de 1998.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por correspondências expedidas e recebidas; ofícios; boletins de frequência; portarias; circulares; pareceres; resoluções; relatórios de bolsistas; folhas de pagamento de diversas faculdades estaduais, do Departamento de Assuntos Universitários, da Superintendência de Ensino Superior, da Escola de Música e Belas Artes e da Escola de Educação Física e Desportos; estatutos e regimentos das faculdades; levantamentos estatísticos educacionais do Sistema de Informação do Ensino Superior; informações e pareceres da Coordenadoria do Ensino Superior em resposta às demandas das instituições

Procedência: Os livros do Departamento de Assuntos Universitários foram encaminhados ao Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (DAMI) em 08 de outubro de 1981, conforme ofício nº 634/81-DAU/SEED-Pr; os microfilmes ao DEAP em 20 de setembro de 2003; e os demais documentos foram recolhidos por meio do programa de gestão documental, em maio de 2010

Instrumentos de pesquisa: Listagem em ordem numérica contendo nome da instituição produtora do documento, assunto e data-limite

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História*

administrativa do Paraná (1948-1998): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e impressa

Data da descrição: fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 51: estante 05

Poder Executivo Estadual

Código de referência: BR PRAPPR PB 070

Título: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1980 - 2005

Dimensão e suporte: 12,04 metros lineares

Nome do produtor: EMATER

História administrativa: A história da EMATER remonta ao ano de 1956, quando em 20 de maio foi criado o Serviço de Extensão Rural, no Paraná, em decorrência de convênio entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, denominado Escritório Técnico de Agricultura - ETA Projeto 15. Com a extinção do ETA Projeto 15, diversas entidades paranaenses ligadas à agricultura, reconhecendo a importância das atividades desenvolvidas, assumiram a responsabilidade pelo Projeto, dando-lhe nova denominação. Assim, em 1959 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), organização de utilidade pública, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Em 26 de dezembro de 1977, através da Lei nº 6.969 foi criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Paraná, empresa pública de direito privado, com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que iniciou seu processo de extinção. Pela Lei nº 8.485 de 03 de junho de 1987, que reorganizou a estrutura básica do Poder Executivo, a EMATER, entidade da administração indireta, passou a ser vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, que teve o regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.214 de 19 de agosto de 1987. Em 22 de setembro de 2005, pela Lei nº 14.832 a EMATER teve seu regime jurídico alterado de empresa pública para autarquia, sob a denominação de **Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural** □ **EMATER**.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de relatórios; ofícios; projetos técnicos; mapas e planos de ação e levantamentos que subsidiaram a execução de diversos programas estaduais, entre eles o Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná, cuja denominação completa era o Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição, conhecido como Paraná Rural entre os anos de 1989 e 1997, realizado nos municípios paranaenses; Programa Vilas Rurais; Programa de Preservação dos Mananciais pela Comunidade; diagnóstico da situação das microbacias; relatórios de antígenos e alérgenos do Defis; projetos técnicos de adequação de estradas rurais e termos de recebimento das estradas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1948-1998)*: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província

e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002; a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná; EMATER. *Histórico da Extensão Rural Oficial*. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. de 2020.

Data da descrição: Dezembro de 2011

Topografia: depósito 49: estante 20

Poder Executivo Municipal

Código de referência: BR APPR PB 072

Título: Prefeitura Municipal de Morretes

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1840 - 1917

Dimensão e suporte: 0,30 metros lineares

Nome do produtor: Prefeitura Municipal de Morretes

História administrativa: A história do município de Morretes teve início em 1721, quando o Ouvidor Rafael Pires Pardinho determinou que a Câmara de Paranaguá demarcasse trezentas braças de terra em quadra, no local onde seria a futura povoação de Morretes. A Lei nº 188 de 24 de maio de 1869 transformou a vila em cidade, denominada “Nhundiaquara”, nome do grande rio que a margeia. Em 7 de abril de 1870, através da Lei nº 277, o local passou a ser chamado de “Morretes”. A região teve relevante papel no desenvolvimento econômico e político do Estado, principalmente no período do ciclo do ouro, de 1665 a 1735, por possuir muitas minas e também no ciclo da erva-mate, que ocorreu entre 1820 e 1880, pelos seus engenhos de socar erva, movidos em sua maioria por força hidráulica. Atualmente o município conta com uma população estimada em torno de 16000 habitantes e se tornou um ponto turístico importante do Estado do Paraná.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por vinte envelopes contendo documentações variadas, incluindo Atas da Câmara Municipal, Registro de Ofícios, Registro de Correspondências, Termos de Juramento, Impresso nº 164 do Correio Oficial do Estado do Paraná do ano 1, além de registros de contas-correntes e empréstimos da Prefeitura de Paranaguá

Características físicas: Documentação manuscrita e datilografada

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES. *A Cidade*. Disponível em: <https://www.morretes.pr.gov.br/pagina/697_A-Cidade.html>. Acesso em: 10 fev. 2020; IBGE. *Morretes: história & fatos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/morretes/historico>>. Acesso em: 10 fev 2020.

Data da descrição: 10 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 50: estante 13

Título: Centro Cultural Teatro Guaíra**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1950 - 2011**Dimensão e suporte:** 175,12 metros-lineares**Nome do produtor:** Centro Cultural Teatro Guaíra

História administrativa: O Decreto-Lei nº 614, de 13 de maio de 1947, cria a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC). Em 10 de maio de 1955, a Lei nº 2.382 cria o Teatro Guaíra, entidade autônoma, diretamente subordinada ao Governador do Estado e destinada a incentivar as belas artes e proporcionar espetáculos ao público. O Teatro Guaíra, de acordo com esta lei, poderá manter uma orquestra sinfônica, um coral lírico, um corpo de baile, um conservatório dramático musical, um teatro experimental e um museu de arte. O Decreto nº 10.527, de 09 de janeiro de 1963, reestrutura a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Cultura, que compreende: Conselho Estadual de Educação, Gabinete do Secretário, Assessoria Técnica, Assessoria Jurídica, Assessoria de Relações Públicas, Diretoria de Administração, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Departamento de Educação, Superintendência de Ensino Superior, Departamento da Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, Centro Audiovisual e como órgãos autônomos a Biblioteca Pública do Paraná, o Teatro Guaíra, o Museu Paranaense e o Conselho Regional de Desportos. A Lei nº 6.049, de 03 de dezembro de 1969, transforma o Teatro Guaíra em Fundação. Ainda vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Cultura (SEEC), a Fundação do Teatro Guaíra (FTG) goza de autonomia técnica, administrativa, financeira e disciplinar, adquirindo personalidade jurídica. O Decreto nº 15, de 15 de março de 1979, institui a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos da Cultura e do Esporte (SECE), alterando, consequentemente, o Regulamento e a estrutura da SEEC. A Fundação Teatro Guaíra, entidade da administração indireta do Governo do Estado, passa a integrar a estrutura administrativa da SECE. O Decreto nº 281, de 16 de abril de 1979, reforça que a Fundação Teatro Guaíra é entidade vinculada à SECE, no qual atuará como instrumento de captação de recursos e na aplicação do financiamento de projetos de interesse cultural, mediante a celebração de acordos e convênios com entidades públicas e particulares. A Fundação contará com Conselho de Administração e Diretoria – composta por três diretores, um executivo, um administrativo e outro de arte e programação. A Lei nº 7.169, de 18 de junho de 1979, cria a Secretaria da Cultura e do Esporte (SECE), com a finalidade de coordenar e promover atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador. Essa lei vincula a Fundação Teatro Guaíra à SECE. Altera, ainda, a denominação da Secretaria de Educação e Cultura (SEEC) para Secretaria da Educação (SEED). Em 03 de junho de 1987, a Lei nº 8.485 dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado do Paraná, tornando a Fundação Teatro Guaíra uma

entidade de administração indireta vinculada à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC). Em 16 de julho de 1991, a FTG é transformada em autarquia pela Lei nº 9.663, juntamente com outras fundações, como a Fundação Faculdade de Artes do Paraná, Escola de Música e Belas Artes do Paraná, UEL e UEM, etc. Em 30 de junho de 1992, o Decreto nº 1.423 dispõe que a Fundação Teatro Guaíra passa a denominar-se Centro Cultural Guaíra.

Sistema de arranjo: Foram mantidas as séries documentais criadas pelo Departamento de Preservação e Memória do Centro Cultural Teatro Guaíra: Orquestra Sinfônica do Paraná (OSP), Ballet do Teatro Guaíra (BTG), Programa de Produção de Teatro (PPT), Gralha Azul (GA), recortes de jornais (RJ), programação mensal (PM), etc.

Âmbito e conteúdo: O acervo é composto por documentação imagética, como fotografias de espetáculos, desenhos, folhetos e cartazes de divulgação de espetáculos (aproximadamente 3 mil); materiais sonoros e audiovisuais, como VHS, fitas cassete, CDs e DVDs (aproximadamente 600); documentos textuais, publicações e recortes de jornal (cerca de 150 metros lineares) e tridimensionais (troféus, carimbos, placas de homenagem e agradecimento)

Procedência: A documentação, reunida de forma natural a partir das diversas atividades artísticas realizadas pelo Teatro Guaíra, estava reunida no Departamento de Preservação e Memória do Centro Cultural do Teatro Guaíra (CCTG), a fim de ser disponibilizada à pesquisa. Em janeiro de 2012, o CCTG solicitou ao Arquivo Público que recebesse o acervo, para que ele pudesse ser organizado dentro das normas técnicas adequadas para o tratamento de acervos permanentes. Em 15 de maio do mesmo ano foi assinado o Termo de Compromisso de Guarda e Conservação de Acervo Documental entre o DEAP e o CCTG. O acervo documental é de propriedade do Teatro Guaíra, mas permanecerá sob a guarda do DEAP enquanto a instituição produtora não puder garantir a preservação do mesmo. O DEAP fica responsável também pela conservação dos documentos. Para pesquisa, é necessário entrar em contato com o Teatro Guaíra e pedir uma autorização, assim como um funcionário para acessar a documentação

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação textual, imagética, sonora, audiovisual, e tridimensional

Nota: A documentação foi recolhida em janeiro de 2012 e em maio foi assinado o Termo de Compromisso. Para a história administrativa foi consultada a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná

Data da descrição: 29 de maio de 2012

Topografia: Depósitos 63 e 64

Título: Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1906 - 2007**Dimensão e suporte:** 26,83 metros lineares**Nome do produtor:** Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto

História administrativa: O Instituto foi criado pela Lei nº 456, de 12 de abril de 1876, com o nome de Escola Normal em Curitiba pelo então Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Em 1922, quando se comemorava o Centenário da Independência, o Governador Caetano Munhoz da Rocha entregou à Escola Normal o prédio do atual Instituto de Educação, na rua Aquidaban, hoje Rua Emiliano Perneta, no centro da Capital paranaense. Em 1994, o prédio é tombado como patrimônio histórico. Três anos depois, recebe a denominação de Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, uma homenagem ao ex-secretário da Educação do Paraná. O Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, uma das mais tradicionais instituições de ensino do Paraná, passou por várias denominações ao longo de sua história: Escola Normal funcionando junto com o Ginásio Paranaense (1876); Escola Normal Secundária (1923); Escola de Professores (1936); Instituto de Educação do Paraná (1946); Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto (1993). A escola, localizada na região central de Curitiba, ao longo de sua história já formou cerca de 50 mil alunos para o magistério. O colégio possui um Centro de Memória que preserva uma parte importante da história da Educação de Curitiba e do Paraná, documentando o Patrimônio Histórico, Cultural e Documental da instituição de ensino. A consulta ao acervo é aberta à comunidade mediante agendamento prévio. O Instituto de Educação do Paraná atende atualmente cerca de dois mil estudantes do curso de Formação de Docente, Ensino Médio regular e Ensino Fundamental integral.

Âmbito e conteúdo: O fundo contém documentos e livros de estrutura e funcionamento, legislação, relatórios, correspondências, comemorações e eventos, registro de frequência, termos de posse e assentamento, registros de advertência, fichas individuais de notas e frequências, atas de exames, relatórios da comunidade escolar da associação de pais e professores, clube desportivo recreativo e do Grêmio Estudantil Julia Wanderley

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos manuscritos, datilografados e iconográficos

Nota: Para a história do fundo foi consultada a seguinte fonte: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. *Instituto de Educação no Paraná Erasmo Pilotto completa 143 anos*. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Instituto-de-Educacao-do-Parana-Erasmo-Pilotto-completa-143-anos/>>. Acesso em: 10 fev. 2020; SEED. *Histórico*. Disponível em: <<http://institutoerasmopilotto.blogspot.com/p/historico.html?view=timeslide>>. Acesso em:

28 fev. 2020.

Data da descrição: 10 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 49; estantes 15 e 16

Poder Executivo Federal

Código de referência: BR APPR PB 075**Título:** Portobrás**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data limite:** 1932-1992**Dimensão e suporte:** 45,92 metros lineares**Nomes dos produtores:** Departamento Nacional de Portos e Navegação; Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobrás)

História administrativa: Por meio do Decreto Federal nº 9.078 de 03 de novembro de 1911, o Governo Federal aprovou o regulamento da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais para regular os setores portuários e de navegação. O Decreto Federal nº 23.607, de 11 de agosto de 1933, aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Portos e Navegação e teve a sua denominação alterada pela Lei Federal nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, para Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Em 10 de julho de 1975, a Lei Federal nº 6.222 criou a Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobrás), empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, com a finalidade de realizar atividades relacionadas com a construção, administração e exploração dos portos e das vias navegáveis interiores, ficando extinta a autarquia federal Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN). Pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, a Portobrás foi extinta. Em função da reforma portuária introduzida pela Lei nº 8.630, de 25 de janeiro de 1993, conhecida como Lei dos Portos, o governo passou o controle dos portos às administrações portuárias estaduais.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de 328 caixas com ofícios, correspondências internas, telegramas, relatórios, atas, contratos, prestações de contas, ordem de empenho, nota de pagamento, folha ponto, folha de pagamento, boletins diários e mensais de acompanhamento de obras, manuais de instalação, manutenção e operação de equipamentos, projetos arquitetônicos de silos de armazenagem e edificações no porto

Incorporações: Recolhimento foi realizado em 2012

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada, impressa, iconográfica e projetos arquitetônicos

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. *Histórico – Sistema Portuário Brasileiro*. Disponível em: <<https://transportes.gov.br/component/content/article/90-portos-p%C3%A1gina-inicial/5504-hist%C3%B3rico-sistema-portu%C3%A1rio-brasileiro.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020; BRASIL. *Portal da legislação do Governo Federal*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Data da descrição: Fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 51: estantes 9 e 10

Título: Banco Bamerindus**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1856 - 1983**Dimensão e suporte:** 10,92 metros lineares**Nome do produtor:** Banco Bamerindus

História administrativa: O Bamerindus foi um banco paranaense com sede na cidade de Curitiba. O grupo empresarial, de propriedade da família Andrade Vieira, surgiu em Tomazina, interior do Paraná, quando Avelino Antônio Vieira resolveu fundar, em 1929, uma empresa bancária, criando com alguns amigos a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná (BPA). Em 1944, o BPA foi incorporado ao Banco Comercial do Paraná, do qual Avelino tornou-se diretor comercial. Em 1951, Vieira assumiu o controle do Banco Meridional da Produção e mudou sua razão social em março de 1952 para Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A. No início de 1971, esta denominação foi alterada e o Banco transformou-se no Banco Bamerindus do Brasil S.A, uma das maiores instituições bancárias da América do Sul durante as décadas de 1970 e 80. Quinto maior banco privado do Brasil, contou com 1240 agências, mais de 4 mil postos de serviços e foi a instituição de crédito privada que mais financiou a atividade agrícola no país. Na década de 90, o Banco Bamerindus entrou em crise e em 1994 entrou no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). O programa de recuperação não obteve resultados e em 26 de março de 1997, por meio do ato nº 651 do Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, foi decretada a intervenção no Banco Bamerindus do Brasil S.A. O Banco Central dividiu o Bamerindus em dois: parte foi incorporada pelo HSBC e o restante ficou com o próprio Banco Central. O HSBC ficou com a “parte boa”, ou seja, com ativos como as milhares de agências bancárias e os 2.6 milhões de clientes. A parte “ruim”, com débitos a serem sanados, virou uma massa falida, que ficou ativa por quase duas décadas. A massa falida do Bamerindus foi vendida ao BTG Pactual em dezembro de 2014, por R\$ 418 milhões. Dezesesseis anos após ter sido decretada a liquidação extrajudicial do banco em ato assinado pelo presidente do Banco Central em março de 1998, foi finalmente declarada cessada a liquidação. Isso ocorreu em 2014, após o BTG pagar ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), maior credor do Bamerindus. O BTG mudou posteriormente o nome da instituição para Banco Sistema.

Procedência: Em meados de 2015 os livros do Bamerindus, então em posse do Banco Mercantil, em Curitiba, foram transferidos ao Museu Paranaense, a partir de solicitação do Banco, que ficou responsável por parte da documentação e da memória do Bamerindus. Em 31 de agosto de 2015, o Museu Paranaense transferiu a guarda da documentação do Banco Bamerindus ao Arquivo Público, por se tratar de documentação textual

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de 206 livros razão, diário, copiador e caixa do Banco Bamerindus, Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A., Banco Agro Mercantil de Maceió e Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná e de 27 caixas-arquivo com recortes de jornais, ofícios e documentos diversos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Unidades de descrição relacionadas: ver fundo do BADEP

Nota: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ORGIS, Guido. Antiga massa falida do Bamerindus lucra mais do que “banco bom”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 set. 2015. Caderno economia. Disponível em: <[www.gazetadopovo.com.br/economia /antiga-massa-falida-do-bamerindus-lucra-mais-do-que-banco-bom-8hoe4wyjnqyx9txhm1ts6gija/](http://www.gazetadopovo.com.br/economia/antiga-massa-falida-do-bamerindus-lucra-mais-do-que-banco-bom-8hoe4wyjnqyx9txhm1ts6gija/)>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Data da descrição: 18 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 51: estantes 17 e 18

Título: Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP

Nível de descrição: Fundo fechado

Data-limite: 1962 - 2010

Dimensão e suporte: 7,9 metros lineares

Nomes dos produtores: Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP); Secretaria da Fazenda (SEFA)

História administrativa: O BADEP foi criado pela Lei Estadual nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, a princípio como sociedade de economia mista e sob a razão social de Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR. Em 26 de junho de 1968, por deliberação do Conselho Monetário Nacional em sessão realizada no dia anterior, o Banco Central do Brasil baixou a Resolução nº 93, transformando a CODEPAR em Banco. Desse modo, foi criado o BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.), primeiro Banco de Desenvolvimento Paranaense. Com isso, a ex-companhia passou à condição de instituição financeira pública, assim definida no art. 1º de seu novo Estatuto Social, aprovado na 14ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 1968: *“Art. 1º. O Banco de Desenvolvimento do Paraná é uma instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, constituído sob a forma de sociedade anônima, regido por estes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.”* Empresa de economia mista sob a forma de S.A. e na categoria de instituição financeira pública estadual, o BADEP passou a integrar o sistema financeiro do Estado dentro de sua administração indireta, sob a regência da Lei nº 6.404 de 1976, a Lei das Sociedades Anônimas. Por ser Sociedade Anônima, era submetido à auditoria externa nos termos da legislação vigente e por se tratar de instituição financeira pública se sujeitava ao sigilo bancário e suas contas eram fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O BADEP entrou em liquidação extraordinária em 1991 a pedido de seu controlador, o Estado do Paraná. Em 1994, o processo foi encerrado e passou para uma liquidação ordinária, em curso até o final de 2015. Em sessão extraordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 893, de autoria do Poder Executivo, que, previa a adoção de medidas para conclusão do processo de liquidação do BADEP.

História arquivística: O Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) estava em processo de liquidação final e o liquidante, Jorge Luiz de Paula Martins, chamou o DEAP para auxiliar na gestão do arquivo documental que eles possuíam, uma vez que o Banco foi criado em 1962 e possuía considerável documentação contábil, jurídica e de RH, além de um acervo artístico. O acervo artístico que o Banco adquiriu ao longo dos anos foi avaliado e recolhido pela Secretaria da Cultura. A documentação jurídica foi para a PGE, pois a instituição ainda possuía clientes ativos. Parte da documentação do RH também iria para a PGE (referente aos 32 funcionários do banco). Ao DEAP foi

requisitado auxílio com a destinação remanescente da documentação: o que seria elegível para descarte e o que deveria passar para a guarda permanente e, dessa forma, seria recolhido pelo DEAP. Tendo tempo escasso para realizar esse diagnóstico, foi designada em Diário Oficial uma comissão para a execução desse processo (constituída por três funcionários do DEAP e três do BADEP). Por fim, documentação oriunda do BADEP e avaliada como de guarda permanente foi transferida ao DEAP, com a criação deste fundo

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de 23 livros de “Demonstrações financeiras e balancetes”, 39 caixas-arquivo de balanços, balancetes e pareceres de auditores, 3155 fotografias produzidas pelo BADEP e aproximadamente 400 rolos e fichas de microfilmes

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos datilografados e alguns encadernados, 2188 fotografias P&B e 967 fotos coloridas das mais diversas dimensões, microfilmes e fichas de microfilme

Unidades de descrição relacionadas: ver fundo do Banco Bamerindus

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes da internet em outubro de 2017: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. *CCJ aprova projeto que trata da conclusão do processo de liquidação da BADEP*. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/ccj-aprova-projeto-que-trata-da-conclusao-do-processo-de-liquidacao-do-badep>>; BADEP. Disponível em: <<http://www.badep.pr.gov.br/>>; GAZETA DO POVO. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/25-anos-sem-o-badep-e64aim3dvsswsvr0hmqrbl12o>; GAZETA DO POVO. Disponível em; <www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/richa-envia-proposta-para-liquidar-o-badep-25-anos-depois-al6ljiz2vbnxrqrkhmkj067>; PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. *Parecer 18/2017*. Disponível em: <http://www.pge.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/18_0.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

Data da descrição: Outubro de 2017

Topografia: Depósito 51: estante 20

Título: Corpo de Bombeiros do Paraná**Nível de Descrição:** Fundo**Data-limite:** 1914 - 2003**Dimensão e Suporte:** 11,67 metros lineares**Nome do produtor:** Corpo de Bombeiros

História administrativa: A criação de um Corpo de Bombeiros no Paraná foi sugerida por D. Pedro II em sua visita ao Estado em 1880. A Câmara Municipal de Curitiba, na ocasião, recebeu uma quantia para adquirir uma bomba de incêndio. Em 27 de outubro de 1882, a Lei Provincial nº 679, que determina a força policial para o exercício de 1882 e 1883, regulamentou que a companhia fixa da capital teria a instrução de bombeiros, organizando o serviço de extinção de incêndios. Após a proclamação da República, ocorreram as primeiras tentativas do Congresso Legislativo Estadual de criar uma Seção de Bombeiros em Curitiba. Na lei orçamentária de 1895, houve a autorização para a criação do Regimento da Segurança do Estado que previa uma Seção de Bombeiros Municipais. Em 1897 foi criada uma entidade de caráter voluntário de combate a incêndios: a Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários, que visava preencher essa lacuna no meio curitibano e não era aparelhada ao Estado ou Município, sobrevivendo a partir de doações. Sem equipamentos necessários e após um grande incêndio no Hotel Paraná, que vitimou um dos fundadores da Sociedade e gerou o afastamento de outros membros, em 1901 a instituição foi dissolvida. Em 1906, o Congresso renova a autorização contida na lei orçamentária de 1895 através da Lei de nº 621 de 8 de março, determinando a criação de uma Companhia de Bombeiros, anexa ao Regimento de Segurança, para o serviço de extinção de incêndios. Essa lei fixou também o efetivo da Companhia de Bombeiros em 100 praças sobre o comando de um capitão e três oficiais subalternos. Em 21 de março de 1908, a Lei nº 752, acerca do Regimento de Segurança do Estado, autoriza o governo a organizar uma Companhia de Bombeiros com o respectivo material e fardamento, organização administrativa e pessoal, quando julgar conveniente. A Lei nº 854, de 23 de março de 1909, que decreta a força pública do Estado para o exercício de 1909 e 1910, torna permanente essa autorização do Governo, possibilitando a abertura de créditos para suprir as necessidades da Companhia de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros do Paraná foi criado, finalmente, no dia 23 de março de 1912, através da Lei nº 1.133, pelo Presidente da Província do Paraná. Foi concebido com completa autonomia, nos moldes de regimentos de Bombeiros e salvadores de Paris, que eram militarizados.

Seguem abaixo alguns artigos desta lei que determinam a estrutura do Corpo de Bombeiros do Paraná:

Art. 1º - Fica criado na Capital do Estado um Corpo de Bombeiros sob as bases adiante estabelecidas:

- a - O Corpo disporá do pessoal imprescindível à sua organização e funcionamento;
- b - Do trem rodante, aparelhos, ferramentas e acessórios precisos aos seus trabalhos;
- c - Do número de muare necessários para o serviço de tração;
- d - De um quartel central, sede da administração, dotado de todas as acomodações e dependências apropriadas ao aquartelamento do pessoal, guarda e conservação do material e tratamento dos animais destinados ao serviço;

Art. 2º - O estado efetivo do Corpo será anualmente fixado pelo Congresso do Estado na lei de fixação de forças, salvo o quadro de oficiais que somente poderá ser alterado por lei de caráter permanente.

Art. 3º - O pessoal do Corpo será distribuídos por um estado maior, outro menor e duas companhias. § 1º - Do estado maior farão parte: o major comandante, o capitão assistente, o alferes quartel-mestre e o alferes secretário.

§ 2º - Do estado menor farão parte: o sargento ajudante, o sargento quartel mestre, os primeiros sargentos, maquinistas e eletricista, 2º sargentos carreiro e veterinário, ferrador e cabo corneteiro mor.

§ 3º - Cada companhia será composta de um capitão, um tenente, um alferes, um sargento chefe, quatro segundos sargentos, sendo dois maquinistas, um forrirel, seis cabos de esquadra, sendo dois sub-maquinistas, e vinte e quatro soldados-bombeiros, dois corneteiros e um ferrador.

Art. 4º - O posto de comandante do Corpo será exercido de preferência por um oficial do Exército e os demais serão de acesso entre os oficiais e praças do referido Corpo.

Procedência: Documentação recolhida em junho de 2013, após gestão documental feita pela Comissão Setorial de Avaliação do Corpo de Bombeiros junto ao DEAP

Âmbito e Conteúdo: O fundo é constituído de livros sobre assentamentos dos praças, informações sobre pessoal, alterações dos praças, ocorrências de incêndio, ofícios, partituras da Banda do Corpo de Bombeiros e prestações de contas

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e digitada

Instrumentos de Pesquisa: Planilha eletrônica e listagem das caixas e dos livros contendo o número, data e assunto

Nota: Para a história administrativa foram utilizadas as seguintes fontes: BAUMEL, Luiz Fernando Silva. *Histórico do Corpo de Bombeiros no Paraná*. Disponível em: <<http://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Historico-do-Corpo-de-Bombeiros-no-Parana>>. Acesso em: 17 jan. 2020; e a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná.

Data da Descrição: 03 de junho de 2019

Topografia: Depósito 51: estante 27

Título: Diários Oficiais**Nível de Descrição:** Fundo**Data-limite:** março de 1912 a dezembro de 2008**Dimensão e Suporte:** 67 metros lineares**Nome do produtor:** Casa Civil; Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná

História administrativa: Em 1912, junto com o esforço para implantar a tipografia no Paraná, começa a ser distribuído O Diário Oficial do Estado do Paraná, veículo de comunicação oficial do governo paranaense. Em 27 de junho de 1946 é criado o Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE), à época subordinado à Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública. Em 15 de julho de 1969, a Lei nº 5.970 dá ao DIOE o status de autarquia, dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira e vinculado à Secretaria do Interior e Justiça.

A Imprensa Oficial do Estado, órgão responsável pela edição do Diário Oficial Executivo, Suplemento de Concursos Públicos, Diário Oficial Comércio Indústria e Serviços, Diário da Assembleia e Diário do Município de Curitiba, desde 2004 realiza publicações por meio eletrônico, o que motivou o projeto de lei nº 608 de 2020, que prevê a extinção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná e a sua incorporação à administração direta, passando a fazer parte da estrutura da Casa Civil. Em 30 de novembro do mesmo ano, a Lei nº 20.385 foi sancionada, extinguindo este órgão.

Procedência: O acervo é composto de diversos Diários Oficiais que vieram ao DEAP por meio de recolhimento, como parte do Programa de Gestão Documental (PGD) de comissões de avaliação de documentos diversas

Âmbito e Conteúdo: Diários Oficiais do Estado do Paraná, Diários Oficiais do Comércio Indústria e Serviços, Diários da Justiça, Diários Oficiais - Atos do TCE de 2005 a 2008

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos datilografados, encadernados e alguns estão com folhas soltas

Instrumentos de Pesquisa: Planilha eletrônica e listagem dos livros contendo o número da edição e data

Nota: Para a história administrativa foram utilizadas as seguintes fontes: *História*. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/Pagina/Historia>>; *Governo prepara projeto para extinguir parque gráfico do Estado*. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=108863&tit=Governo-prepara-projeto-para-extinguir-parque-grafico-do-Estado>> Acesso em: 11 nov. 2020.

Data da Descrição: 11 de novembro de 2020**Topografia:** Depósito 61



FUNDOS **PRIVADOS**

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 001**Título:** Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda**Nível de descrição:** Fundo/Coleção**Data-limite:** 1893-1905**Dimensão e suporte:** 0,14 metros lineares**Nome do produtor:** Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda

Biografia: Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda, filho de Manuel Corrêa de Lacerda e de Leocádia Cassiana Rezende de Lacerda - também conhecido como Coronel Joaquim Lacerda, nasceu na Vila Nova do Príncipe (Lapa) em 29 de março de 1845. Atuou no comércio de tropas e no comércio de fazendas e armarinhos. Como Alferes da Guarda Nacional, a partir de 1865, treinou os voluntários para a Guerra do Paraguai (1864-1870). Mesmo sendo defensor do regime monárquico, alcançou o posto de Coronel da Guarda Nacional e participou ativamente da Revolução Federalista (1893), comandando 650 homens para a resistência ao cerco da Lapa. Pertenceu ao Partido Liberal e foi senador pelo Estado do Paraná (1897-1899). Faleceu na Lapa em 12 de junho de 1905, deixando a esposa Maria Madalena Moogen e um filho único.

A casa da família, construída pelos pais de Joaquim Lacerda e localizada na Lapa, foi tombada pelo IPHAN em 1938,¹ [em](#) reconhecimento à sua importância histórica e de local de memória, tanto no que concerne ao Paraná quanto ao Brasil. A Casa Lacerda foi transformada em um museu de época, possuindo utensílios domésticos, mobílias e obras de arte como acervo.

Procedência: Documentos reunidos por Francisco Brito de Lacerda e doados ao Arquivo Público do Paraná

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída de ofícios, diploma, depoimentos, telegramas, apontamentos de José Lacerda, cartas de Maria Magdalena Moogen, correspondências de Torquato Pinho Ribas e Dr. Manoel Pedro. Constan documentos sobre a Revolução Federalista, entre os quais ofícios recebidos, anotações, recortes de jornais, trechos de diários, cartas e documentos diversos do Coronel Laurentino Pinto Filho e fê de ofício do General Gomes Carneiro, que também participou da Revolução Federalista

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação fotocopiada

Existência e localização dos originais: Os documentos originais desta coleção estão sob a guarda do IPHAN/PR - 5ª Regional

Nota do arquivista: Para o item biografia foram consultadas as seguintes fontes: DICIONÁRIO histórico-biográfico

1 Tombamento estadual: processo nº 37, inscrição nº 36. Livro do Tombo Histórico da Coordenação de Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura.

do Paraná. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991; LEITE NETO, L. Catálogo biográfico (v. 3, p. 1429); MUSEU MAÇONICO PARANAENSE. Disponível em: <<http://www.museumaiconicoparanaense.com/>>. Acesso em: 25/05/2017; NICOLAS, M. Paraná (p. 17-18); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 25/05/2017; BURDA, Naomi Anaue. *Geotecnologias aplicadas à gestão do patrimônio cultural na cidade da Lapa (PR)*: construção do Atlas digital do patrimônio arquitetônico. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009, p. 144.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 002**Título: Tobias de Macedo****Nível de descrição:** Fundo/Coleção**Data-limite:** 1876-1933**Dimensão e suporte:** 0,14 metros lineares**Nome do produtor:** Tobias de Macedo

Biografia: Negociante, casado com Roza Fonseca, Tobias de Macedo possuía um comércio de fazendas, armarinhos, machados, consignações e mais gêneros. Era um homem de posses consideráveis, possuindo bens na capital e em Campo Largo. Fez sociedade com vários negociantes, sempre mantendo o nome de “Tobias de Macedo e Companhia”. Além do comércio, tinha outras fontes de renda, como o aluguel de casas. Exerceu também as funções de procurador, deputado e vice-presidente da Junta Comercial, além de cargos na Guarda Nacional de Curitiba. Após sua morte, em 1917, seus filhos assumem os negócios, mudando os nomes das empresas para “Tobias de Macedo e Filhos”.

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída de escrituras de compra e venda, contratos de aluguel, declarações, notas promissórias, correspondências, nomeações, certidões de autos de inventários, recibos e contrato de dissolução de firma

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada (no total de 19 envelopes com documentos)

Nota do arquivista: Para o item biografia foi usada a própria documentação do fundo

Data da descrição: Abril de 2001/Maio de 2005

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 003

Título: Carlos Cavalcanti de Albuquerque

Nível de descrição: Fundo/Coleção

Data-limite: 1910-1935

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares

Nome do produtor: Carlos Cavalcanti de Albuquerque

Biografia: Carlos Cavalcanti de Albuquerque nasceu no Rio de Janeiro em 22 de março de 1864 e faleceu na mesma cidade em 23 de fevereiro de 1935. Filho do Major Inocêncio José Cavalcanti de Albuquerque e de Joaquina da Matta Cavalcanti de Albuquerque, foi casado com Francisca Munhoz Cavalcanti de Albuquerque, tendo dois filhos: Guido Cavalcanti de Albuquerque, casado com Francisca de Souza Paula Albuquerque, e Léo Cavalcanti, casado com Sarah Machado Cavalcanti.

Os primeiros anos de estudo foram realizados no Colégio Serapião, em Curitiba. Depois, cursou a Escola de Cadetes, na capital do Rio Grande do Sul, e a Escola de Guerra da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Diplomou-se em engenharia militar, ciências físicas, matemática e em Estado-Maior.

Em 1891, foi eleito deputado constituinte ao Congresso Legislativo do Paraná e reeleito por várias legislaturas; em 1900, tornou-se deputado federal, renovando tal função política nos anos de 1903 e 1909. No decorrer do terceiro mandato federal, contrário à política ferroviária nacional, que acreditava favorecer o território de Santa Catarina, renunciou e retornou a Curitiba.

Em 1911, foi eleito governador do Paraná, cuja gestão foi de 1912 a 1916. Neste período, destacam-se a implementação de melhorias na Estrada da Graciosa, tornando-a apropriada ao tráfego de veículos motorizados; o apoio ao grupo de intelectuais para a fundação da Universidade do Paraná, onde atuou como professor; e a criação do Corpo de Bombeiros da cidade de Curitiba. Foi durante a sua gestão que ocorreu o conflito do Contestado, litígio sobre os limites territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Após seu mandato de governador, assumiu a chefia do Estado-Maior da 5ª Região Militar. Na esfera militar exerceu, ainda, os cargos de chefe de gabinete da Administração do Exército e do Ministério da Guerra, e de comandante do 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar.

Em 1921, de volta à vida parlamentar, assumiu o cargo de senador pelo Estado do Paraná, reelegendo-se em 1924 e 1927, tendo interrompido sua carreira política em 1930.

Carlos Cavalcanti foi ainda colaborador dos jornais *Dezenove de Dezembro* e *A República*, ambos impressos em Curitiba.

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída de recortes de jornais, ofícios, correspondências, discursos, relatórios, exemplar de Mensagem Presidencial e um conjunto de documentos referentes às questões de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina (no total são 29 envelopes contendo documentos)

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumento de pesquisa: Base de dados eletrônica e catálogo impresso

Nota do arquivista: Para o item biografia foi utilizada a seguinte fonte: DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 004

Título: Dirceu Mendes

Nível de descrição: Fundo/Coleção

Data-limite: 1952-1971

Dimensão e suporte: 0,14 metros lineares

Nome do produtor: Dirceu Mendes

Biografia: A única informação disponível sobre Dirceu Mendes, encontrada nos documentos que formam esta coleção, é que ele exerceu o cargo de Delegado de Polícia de vários municípios do Paraná entre 1953 e 1971.

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída de portarias e resoluções referentes às nomeações de Dirceu Mendes para cargos da Segurança Pública; processo que concedeu a ele o posto de Tenente da Polícia Militar; requerimento e ofício da Assembleia Legislativa do Estado indicando voto de congratulações ao Major Dirceu Mendes

Procedência: Coleção doada ao Arquivo Público do Paraná por Dirceu Mendes, em maio de 1981

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação datilografada

Instrumento de pesquisa: Relação de documentos doados ao Arquivo Público do Paraná em maio de 1981 pelo pesquisador Sr. Dirceu Mendes

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 005**Título: Arlindo Padilha****Nível de descrição:** Fundo/Coleção**Data-limite:** 1960-2011**Dimensão e suporte** 0,42 metros lineares**Nome do produtor:** Arlindo Padilha

Biografia: Escritor paranaense, filho de Manoel Padilha e Maria da Glória Rei Padilha, nasceu em Curitiba no dia 13 de outubro de 1942. Participou ativamente de jornais curitibanos (como o Diário do Bairro, por exemplo) e na publicação de livros. Teve a sua produção literária recolhida pela DOPS durante o período da Ditadura Militar.

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída por três caixas-arquivo com recortes de jornais, documentos civis do produtor (certidão de nascimento e alistamento militar, carteira de trabalho), livros e textos com temas diversos (militarismo, política, religião, Igreja Católica), revistas, folhetos, entre outros (no total são 11 envelopes contendo documentos, além dos livros)

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e impressa

Instrumento de pesquisa: Base de dados eletrônica (rol dos documentos)

Nota: Para o item biografia foram utilizados os documentos civis doados por ele ao DEAP, assim como reportagens de jornais incluídas no acervo

Data da descrição: 26 de maio de 2017

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 006

Título: Germano Bayer

Nível de descrição: Fundo/Coleção

Data-limite: 1945-2005

Dimensão e suporte: 16,44 metros lineares

Nome do produtor: Germano Bayer

Biografia: Filho de Eduardo e Pedrina Bayer, Germano Bayer nasceu em 17 de julho de 1923 em União da Vitória (PR). Foi professor de Educação Física no Colégio Estadual do Paraná e dedicou-se ativamente na Educação Básica do estado e na área de Educação Física, exercendo vários cargos ao longo de sua vida, como Chefe da Divisão de Educação Física da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, Diretor do Conselho de Justiça da Confederação Desportiva Paranaense (1957/1958), Coordenador do Esporte Orientado na Universidade Federal do Paraná e posteriormente, Coordenador do Centro de Desportos e Recreação da Universidade Federal do Paraná (1972/1973), Membro da Comissão da Reforma das leis Esportivas do Brasil (1966), além de ter sido delegado de congressos variados dentro do âmbito da Educação Física no Brasil e em outros países.

Recebeu vários títulos e homenagens por entidades brasileiras, dentre os quais o Título de Membro fundador e Voto de Louvor do Conselho Deliberativo do Santa Mônica Clube de Campo – Curitiba (2007) e o Título de Patrono da Federação de Desportos Aquáticos do Paraná (2001).

A TV Paulo Freire organizou um documentário chamado “Germano Bayer” em 2006 e a equipe do Museu da Escola realizou um pequeno documentário chamado “Memórias do Prof. Germano Bayer” no qual entrevista a esposa do professor.

Procedência: Acervo doado pela esposa, Yaci Pinto de Moura, em 09 de novembro de 2012, em evento com o então governador, Flávio Arns, o Secretário da SEAP e o da SEED

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída de documentos encadernados, fotos, livros, revistas, mapas, plantas e um conjunto de documentos audiovisual (no total de 58 caixas, 210 livros e revistas e 153 documentos encadernados).

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada, impressa, iconográfica e audiovisual

Instrumento de pesquisa: Base de dados eletrônica – arquivos Word separados por tipologia

Nota do arquivista: Para a história biográfica de Germano Bayer foi utilizada a ‘biografia-curriculum’ do Prof. Germano Bayer (arquivo Word salvo na pasta PI006).

Data da descrição: 29 de maio de 2012

Topografia: Depósito 49: estante 26; depósito 63 (documentos audiovisuais)

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 008

Título: Manoel de Alencar Guimarães

Nível de descrição: Fundo/Coleção

Data-limite: 1886-1965

Dimensão e suporte: 0,4 metros lineares

Nome do produtor: Manoel de Alencar Guimarães

Biografia: Manoel de Alencar Guimarães nasceu em Buenos Aires, Argentina, em 13 de dezembro de 1865 onde seu pai, Manoel Antonio Guimarães, natural de Paranaguá e filho do Visconde de Nacar, encontrava-se no desempenho da função de Cônsul Geral do Brasil. Adquiriu a cidadania por expresso dispositivo constitucional. Graduiu-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, à época em que seu tio, Manoel Eufrásio Correia, presidia a Província de Pernambuco. Exerceu o cargo de promotor público em Nazaré de Palmares e de ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda, em 1887, ainda naquela província. Retornou a Curitiba no ano seguinte para exercer o cargo de juiz municipal. Exerceu vários cargos políticos, tendo sido deputado constituinte (1892); deputado federal (1894 e 1900); Presidente do Congresso Legislativo e Presidente interino do Estado (1908). Diante de desgastes políticos sofridos no Paraná, mudou-se para o Rio de Janeiro onde, a convite do Presidente Epitácio Pessoa, assumiu o cargo de tesoureiro da Comissão do Centenário de Independência (1922). No governo de Washington Luiz foi nomeado Inspetor Consular para a América do Sul e sul da África (1927). Publicou em 1916 a obra “Questão dos limites Paraná - Santa Catarina”, onde apresentou argumentos a favor do plebiscito para a questão do Contestado. Foi membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Após a Revolução de 1930, voltou à atividade política no Paraná, sendo nomeado para o Departamento Administrativo do Estado e depois Secretário-Geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Faleceu em Curitiba em 9 de setembro de 1940.

Procedência: Documentos reunidos durante as solenidades do centenário de nascimento de Manoel de Alencar Guimarães, em 1965, e posteriormente confiados à custódia do Arquivo Público do Paraná

Âmbito e conteúdo: A coleção é constituída por títulos de nomeação, atestados, correspondências diversas, certidões, recortes de jornais e documentos relacionados à exposição realizada na ocasião da comemoração do centenário de nascimento de Alencar Guimarães

Instrumentos de pesquisa: Coleção Senador Manoel de Alencar Guimarães. Inventário documental. Curitiba, 1986.

Notas do arquivista: Para o item biografia foi consultada a seguinte fonte: CARNEIRO, Davi. *História biográfica da República no Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.

Datas de descrição: Julho de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 26

ENTIDADE COLETIVA

Código de referência: BR APPR PI 009**Título:** Escola Técnica de Plácido e Silva**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1939-1963**Dimensão e suporte:** 4,94 metros lineares**Nome do produtor:** Escola Técnica de Plácido e Silva

História Administrativa: Natural de Marechal Deodoro (Alagoas), Oscar Joseph de Plácido e Silva nasceu em 18 de junho de 1892 e mudou-se para Curitiba em 1912. Foi o primeiro aluno do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, dedicou-se à escrita de vários livros, dentre os quais se destaca o Vocabulário Jurídico, publicado postumamente em 1963. Lecionou na Escola Prática de Comércio Avalfred, a qual se tornou proprietário e logo após a reinaugurou com o nome de Escola Técnica de Comércio De Plácido e Silva. Em 1937, juntamente com um grupo de professores transformou a Escola em faculdade, surgindo assim a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, com o primeiro curso superior de Economia do Estado.

Procedência: Coordenação de Documentação Educacional da Secretaria de Estado da Educação, em 1993

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 105 livros encadernados com fichários escolar-básico, fichários escolar-técnico, relatórios de trabalhos anuais, presença de lentes, protocolo, plano curricular, médias de aprovação, termos de conclusão de curso e atas de exame

Instrumentos de pesquisa: Relação do acervo de documentos escolares do Colégio de Plácido e Silva, de Curitiba

Nota: Para a História Administrativa foram consultados os seguintes *sites*: <<http://www.fesppr.br/portal/institucional/historia/>>; <http://www.unibrasil.com.br/noticias/detalhes.asp?id_noticia=545>_

Data da descrição: Maio de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 14

ENTIDADE COLETIVA

Código de referência: BR APPR PI 010

Título: Casa da Cultura de Cerro Azul

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1872 - 1971

Dimensão e suporte: 5,28 metros lineares

Nome do produtor: Município de Cerro Azul

História administrativa: O município de Cerro Azul tem seus primórdios vindos da próspera Colônia de Assunguy, fundada em 1860. A região cresceu rapidamente, se tornando em 1872 Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Serro Azul, e posteriormente, em 1882, Vila do Assunguy. Foi em 1897 que conquistou o título de cidade, se chamando Serro Azul, e finalmente em 1929, teve sua grafia mudada para a denominação que possui até hoje. A Casa da Cultura, sediada em um prédio histórico construído em 1875, além de ponto turístico da cidade, presta informações históricas e culturais do município, possui arquivo de diversos artefatos, incluindo achados arqueológicos, vestuários e documentos relativos a história de Cerro Azul e do Paraná.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por variados documentos incluindo atas da câmara municipal, atas relativas às eleições, atas de alistamento militar, ofícios, cartas de transferência, recibos e notas fiscais, editais, títulos de propriedades, certidões, requerimentos, entre outros

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e datilografada

Instrumento de pesquisa: Listagem contendo número da caixa, data-limite e título dos documentos

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: PREFEITURA DE CERRO AZUL. *Reforma na Casa da Cultura*. Domingo, 29 out. 2017. Disponível em: <<http://www.cerroazul.pr.gov.br/noticias/4791/reforma-na-casa-da-cultura/>>. Acesso em: 11 fev. 2020; GREIN, Victor. Cerro Azul, ‘a capital da ponkan’, comemora 159 anos. *Jornal União*, Campina Grande do Sul, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://www.portajornaluniao.com.br/noticia/conforme-dados-atuais-do-ipardes-o-municipio-produz-52-mil-hectares-de-tangerina-ponkan/>>. Acesso em: 11 fev. de 2020.

Data da descrição: 11 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 50: estante 13

ENTIDADE COLETIVA

Código de referência: BR APPR PI 011**Título: Clube Soroptimista e União Cívica Feminina Paranaense****Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1956 - 2005**Dimensão e suporte:** 5,22 metros lineares**Nomes dos produtores:** Clube Soroptimista e União Cívica Feminina Paranaense**História administrativa:** O fundo documental consiste em duas séries distintas, mas complementares: o Clube Soroptimista e a União Cívica Feminina Paranaense, contemplando a atuação feminina na promoção de atividades filantrópicas e, indiretamente, em questões sociais.

A entidade Soroptimista foi fundada em Oakland, EUA, em 3 de outubro de 1921. Liderada por “mulheres pioneiras e empreendedoras”, logo se expandiu para diversas regiões, inclusive outros países. Trazido para o Brasil por Bertha Lutz em 9 de setembro de 1947, sua primeira sede foi no Rio de Janeiro. O Clube Soroptimista é uma organização internacional voltada para mulheres profissionais e de negócios, promovendo programas de serviços voluntários e projetos, de forma individual ou em parceria com outras instituições.

A organização desde 1951 possui vínculos oficiais com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC - e é reconhecida como membro em todos os Conselhos que discutem questões relativas aos Direitos da Mulher. Mantém representantes permanentemente junto às principais agências da Organização das Nações Unidas, em New York, Genebra e Viena, na UNESCO em Paris, na FAO em Roma, e na UNEP em Nairobi. Também possui representantes junto às Comissões Regionais das Nações Unidas, no Oeste da Ásia (ESCWA), América do Sul (ECLAC), e na Ásia do Pacífico (ESCAP), que atendem a uma ampla agenda, fazendo recomendações especiais para os Programas de Serviços da *Soroptimist International*.

A União Cívica Feminina Paranaense foi uma associação feminina católica que surgiu em 1963, influenciada pela União Cívica Feminina de São Paulo, e que buscava “promover a educação cultural, moral e cívica da sociedade dentro das normas da civilização cristã” (SOUZA, p. 393), em apoio à Ditadura militar e que teve o seu fim concomitante com o restabelecimento da democracia. Essa associação, que emergiu como uma reação ao medo do comunismo que existia no período, foi fomentada pela Igreja Católica, através do estímulo de atividades filantrópicas, de divulgação de um ideário patriota, do desempenho intelectual e da moral por parte dessas mulheres. Além disso, era formada por mulheres pertencentes à elite paranaense, sobretudo por esposas de militares, tal como Dalila de Castro Lacerda, uma das presidentes da associação e esposa de Flávio Suplicy de Lacerda.

Procedência: Depósito da SEAP no bairro Santa Cândida, em 2015

Nota: Para a história administrativa foram consultadas as seguintes fontes: <<http://soroptimistbrasil.org.br/>> acesso em 20 de dezembro de 2018.

<<http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n65/2178-1494-eh-31-65-389.pdf>>

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de fotografias, recortes de jornais, ofícios, cartas, cartilhas, discursos, cartões, boletins, panfletos, relatórios, entre outros

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos manuscritos e datilografados

Instrumentos de pesquisa: Planilhas eletrônicas com a descrição e localização dos documentos

Data da descrição: 22 de março de 2019

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 014**Título:** Ruy Christovam Wachowicz**Nível de descrição:** Fundo**Dimensão e suporte:** 6,88 metros lineares**Nome do produtor:** Ruy Christovam Wachowicz

Biografia: Ruy Christovam Wachowicz, natural de Itaiópolis, SC, nasceu em 26 de maio de 1939. Segundo a biografia acadêmica elaborada por Lilian Anna Bendhhack Wachowicz, sua esposa, toda a vida profissional de Ruy, de professor e pesquisador, “pautou-se pela postura metodológica segundo a qual os interesses individuais e familiares não poderiam sobrepor-se, enquanto temática, aos interesses coletivos e culturais”. Privilegiou “uma metodologia de pesquisa científica, ousada e rigorosa, com o olhar nos horizontes mais distantes do tempo e do espaço, para encontrar explicações teóricas nos fatos e nas fontes, e principalmente nas relações entre os fatos e as fontes” essas, notadamente, encontradas somente nos arquivos. Ruy era antes de tudo um militante, seu esforço foi o de buscar popularizar a história local, publicando livros e artigos de largo interesse. Sua *História do Paraná*, revisa desde a “pré-história” do território e a formação da sociedade paranaense até a teoria dos três Paranás, a qual defendia e fundamentava servindo-se largamente das fontes arquivísticas. Descendente de poloneses, dedicou-se ao estudo do tema ligado à colonização polonesa em terras do Paraná; produziu vários artigos, livros, coordenou a organização do Almanaque Polonês. Na década de 1970, idealizou o 1º curso livre e gratuito dedicado à história de Curitiba, realizado na Casa Romário Martins. Ocupou a cadeira nº 10 da Academia Paranaense de Letras onde teve significativa participação, criando as Semanas de História, ainda hoje realizadas anualmente. Faleceu em Curitiba, em 19 de agosto de 2000.

Procedência: Documentação doada por Lilian Anna Bendhhack Wachowicz, viúva do titular, em 30 de março de 2005

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de recortes de jornais, periódicos, trabalhos de pesquisas, projetos e monografias, cópias de documentos, entrevistas em fita cassete, fitas de vídeo e fotografias

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada, impressa, iconográfica, audiovisual e sonora

Instrumentos de pesquisa: Inventário de fotografias e entrevistas no computador

Nota: Além do acervo documental, está sob a guarda do Arquivo Público um acervo bibliográfico de Ruy Wachowicz, composto em sua maioria por periódicos, como o *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, alguns livros de sua autoria como *História do Paraná* e *Perfis polônicos no Paraná*, entre outros. A biblioteca de Wachowicz

conta com 63 volumes, entre livros e periódicos

Data da descrição: Abril de 2005

Topografia: Depósito 49: estante 30; depósito 63: material audiovisual e iconográfico; Biblioteca Mbá de Ferrante

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 015**Título: Cecília Maria Westphalen****Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1813 - 2003**Dimensão e suporte:** 47 metros lineares**Nomes dos produtores:** Cecília Maria Westphalen; Câmara Municipal da Lapa

Biografia: Cecília Maria Westphalen nasceu na Lapa no dia 27 de abril de 1927, filha de Pylades Westphalen e Palmira de Souza Westphalen. Ingressou na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1947 e diplomou-se bacharel e licenciada em Geografia, História e Direito pela instituição em 1950 e 1952. Em 1951 prestou concurso público para professora da cadeira de Estudos Brasileiros e Paranaenses, do Instituto de Educação do Paraná, tendo sido aprovada com nota máxima. No mesmo ano, também passou no concurso público para professora da cadeira de História do Colégio Estadual do Paraná.

Conquistou em 1957, por concurso de títulos e provas, a cátedra de História Moderna e Contemporânea. Na UFPR foi Chefe do Departamento de História (de 1959, ano da criação do curso de História, a 1976), coordenadora dos cursos de pós-graduação (1972 – 1973), bem como coordenadora de pesquisa. Foi diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (1976 – 1980); integrou o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR, do qual foi presidente e vice-presidente. Integrou também o Conselho de Administração, o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores. Em mais de três décadas dedicadas ao ensino e pesquisa na UFPR, Cecília Westphalen promoveu ações fundamentais para a consolidação da historiografia paranaense no cenário nacional, profissionalizando e fortalecendo os estudos de história regional. Também se dedicou à História Econômica, História Demográfica, História Social e História do Cotidiano, sendo uma pesquisadora plural.

Com cerca de 252 trabalhos publicados no país e no exterior, ministrou conferências e cursos nas Universidades de Köln, Louvin, Montevidéo, Montepellier, Paris I, Porto e Nova Lisboa e foi membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais.

Ela se preocupava, ainda, com a preservação e divulgação das fontes primárias paranaenses. Como Chefe do Departamento de História da UFPR, desenvolveu o projeto de Levantamento e Arrolamento de Arquivos no final da década de 1960, que resultou na publicação de uma série de boletins sobre pesquisas realizadas em diversos arquivos regionais, onde foram levantados documentos administrativos, judiciários, eclesiásticos, públicos, privados e empresariais acumulados em acervos localizados em todo o Estado do Paraná.

Cecília Westphalen faleceu em Curitiba em 09 de março de 2004.

Procedência: Acervo arquivístico e bibliográfico transferido ao Arquivo Público do Paraná em fevereiro de 2005

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de slides, fotografias, disquetes, fitas cassete e VHS, fichas de pesquisa, cópias de documentos, onze livros originais da Câmara Municipal da Lapa, projetos, monografias, dissertações, teses, ofícios, relatórios e correspondências, cartazes, gravuras, plantas e mapas, recortes de jornais, além de livros, periódicos e material bibliográfico

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada, impressa, iconográfica, audiovisual e sonora

Instrumentos de pesquisa: Planilhas eletrônicas com a descrição do fundo, contendo a caixa, pacote e pasta e informações sobre o documento (assunto, data, local, dimensão e tipologia); com a relação dos livros em português e conteúdo das caixas da biblioteca de apoio; com a relação dos livros em língua estrangeira; com a relação dos periódicos (contendo título, notação, número de exemplares); e livros catalogados e inseridos na base de dados bibliográfica da Biblioteca Mbá de Ferrante

Nota: Junto com o acervo documental, está sob a guarda do Arquivo Público o acervo bibliográfico de Westphalen, composto de livros referentes à História do Paraná, História do Brasil, arquivística, periódicos brasileiros e da França, Itália e Alemanha

Nota arquivística: Para a história biográfica foram consultadas as seguintes fontes: excerto do texto “O território de uma historiadora”, de autoria de Carlos Roberto Antunes dos Santos, publicado no jornal virtual e-ZINE, da Fundação Cultural de Curitiba; Curriculum acadêmico elaborado pela própria detentora do acervo

Data da descrição: Abril de 2005

Topografia: Depósito 49: estantes 31 e 32; depósito 62: mapoteca; depósito 63: tridimensionais, audiovisuais e iconográficos; Biblioteca Mbá de Ferrante

ENTIDADE COLETIVA

Código de referência: BR APPR PI 016**Título: Ferragens Hauer****Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1892-1998**Dimensão e suporte:** 0,89 metros lineares**Nome do produtor:** Casa Comercial Ferragens Hauer

História administrativa: A Hauer & Irmãos (Ferragens Hauer) foi fundada em 1888 pelos irmãos Francisco e Augusto Hauer. O prédio era localizado na Rua José Bonifácio, esquina com a Travessa Padre Júlio de Campos, nos fundos da Catedral, em Curitiba. Os donos desse empreendimento eram de uma tradicional família polonesa e alemã que começou a migrar para Curitiba a partir de 1863. Posteriormente, foi demolido para a construção do novo prédio, que abrigaria com mais comodidade a família e a loja. A estrutura contava com 3,5 mil metros quadrados de construção. O piso e acabamentos eram feitos com madeira do tipo imbuia.

Na loja da família Hauer havia duas seções: uma vendia tecidos, armarinhos, acessórios, lenços, chapéus perfumaria, álbuns para retratos, moldes para sapatos e grande sortimento de couro para selaria e sapataria; já na parte de ferragens, podia ser encontrada grande variedade de ferramentas, material para construção de casas, maquinário agrícola e remédios para animais. A parte superior do prédio era usada como residência, o terceiro pavimento abrigava as dependências de empregadas e na cobertura existia um terraço.

Cem anos após a inauguração, um incêndio se alastrou pelo edifício. As instalações foram destruídas e as atividades tiveram que ser encerradas. A partir do ocorrido, o imóvel ficou abandonado. O local hoje é a sede central de atendimento da Defensoria Pública do Paraná.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 34 livros-caixa, conta corrente dos empregados, livro de inventários para balanço, balancetes, livros de razão, vendas, transportes e ferragens, livros diários, índices de fornecedores e estatísticas do movimento geral.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita e impressa

Nota do arquivista: Para a história do fundo foi consultada a seguinte fonte: ANADEP. PR: Prédio histórico de Curitiba sedia novo espaço de atendimento da Defensoria Pública. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=39656>>. Acesso em: 07 fev.2020.

FERNANDES, José Carlos. Alinhado tempo da família Hauer em Curitiba. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-linha-do-tempo-da-familia-hauer-em-curitiba-7j5alqdcq3fw9q6v3lcw8blbt/>>. Acesso em 07 fev.2020.

Procedência: A documentação foi doada por Acyr Hauer, funcionário da empresa, em 25 de junho de 2004

Data da descrição: Abril de 2005

Topografia: Depósito 61; estante lado esquerdo

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 017**Título:** Luiz Franceschi**Nível de descrição:** Fundo**Dimensão e suporte:** 2,23 metros lineares**Nome do produtor:** Luiz Franceschi

Biografia: Primeiro fotógrafo amador do município de Colombo, Luiz Franceschi era filho de imigrantes italianos e reproduziu o cotidiano da vida na colônia, fotografando crianças, adultos, noivos, festas, cerimônias religiosas, a fábrica de vidro etc.

Procedência: Esta documentação, doada pela família de Franceschi ao Departamento da Cultura da Prefeitura Municipal de Colombo, em junho de 2008 passou por um trabalho de resgate e preservação, com a higienização, identificação, armazenamento e duplicação dos negativos. Em março de 2009, houve um convênio entre a Prefeitura de Colombo, o Arquivo Público do Paraná e a Secretaria de Estado da Agricultura, no qual todas as fotografias passaram ao acervo do Arquivo Público, que se responsabilizou em digitalizá-las, acondicioná-las adequadamente e disponibilizar ao pesquisador

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por 924 chapas de vidro e 100 fotografias de imigrantes italianos na região de Colombo

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação iconográfica

Nota do arquivista: Para a história do fundo foi consultada a seguinte fonte: Jornal de Colombo: “História de Colombo em fotos é resgatada e preservada”. Colombo, 20 de março de 2009, página 4. Primeiro Jornal: “Projeto Memória Fotográfica preserva a história do Município de Colombo”. Colombo, 20 de março de 2009, página 2. [Impressos]

Data da descrição: 12 de maio de 2020

Topografia: Depósito 63: arquivo de aço A1: gavetas 01, 02, 03 e 04

COLEÇÕES

Código de Referência: BRPRAPPR PI018

Título: Edwino Donato Tempski

Nível de Descrição: Fundo

Dimensão e Suporte: 0,56 metros lineares

Nome do produtor: Edwino Donato Tempski

Biografia: Nascido em Erechim (RS), em 22 de setembro de 1913. Ingressou no curso de Pedagogia da Escola de Professores (antiga Escola Normal) e na Faculdade de Medicina do Paraná, diplomando-se em 1935. Publicou, no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, o *Estudo Referente ao 1º Centenário da Imigração Polonesa* e a *Biografia de João Zaco Paraná*. Em 1986, publica o Volume XLIV do Boletim do Instituto Histórico sob o título de *Caingangues, Gente do Mato*. Para tal obra, Tempski percorreu um longo itinerário pelas aldeias espalhadas às margens do médio Rio Uruguai, no Rio Grande do Sul. Em sua jornada, armazenou elementos historiográficos, desenvolveu a parte etnográfica, praticou exercícios elementares de gramática, bem como registrou todos os fonemas e sistematizou o vocabulário, de forma a salvaguardar a língua caingangue.

Foi saudado na Academia Paranaense de Letras em 1982, por De Sá Barreto. Faleceu em 1995, em Curitiba.

Âmbito e Conteúdo: O fundo é constituído por quatro caixas-arquivo, contendo anotações e relatórios datilografados do próprio autor sobre a língua e elementos historiográficos e etnográficos dos indígenas caingangues

Características físicas e Requisitos técnicos: Documentação datilografada com anotações manuscritas

Nota: Para a biografia foi consultada a seguinte fonte: *site* da Academia Paranaense de Letras, disponível em: <<http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-33/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Instrumentos de Pesquisa: Planilha eletrônica com a descrição dos documentos pertencentes ao fundo

Data da descrição: 01 de junho de 2017

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de referência: BR APPR PI 020**Título:** Nicolau Chaiben**Nível de descrição:** Fundo fechado**Data-limite:** 1953 - 1976**Dimensão e suporte:** 2,84 metros lineares

Biografia: Nicolau Chaiben foi um engenheiro que contribuiu com a construção de grandes empreendimentos em diversas localidades do Estado. Como funcionário do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), pôde percorrer grande parte do território e colaborar com o desenvolvimento do Estado do Paraná e, assim, produzir sua coleção de documentos. O DATM foi criado em 1948 pela Lei Estadual nº 43 do dia 23 de janeiro, vinculado à Secretária do Palácio do Governo, perdurando até 1971, quando foi extinto por meio da Lei nº 6.220 no dia 2 de setembro.

Procedência: A coleção do engenheiro Nicolau Chaiben foi doada ao Arquivo Público no ano de 2010 pelo seu sobrinho Cláudio César Chaiben

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por vinte caixas-arquivo e três envelopes, contendo mapas, plantas, recortes de periódicos e relatórios de atividades dos municípios paranaenses

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e cartográfica

Instrumento de pesquisa: Listagem do conteúdo por ordem das caixas e por município

Nota: Para a história administrativa foi consultada a coleção de leis, decretos e diários oficiais do acervo da biblioteca do Arquivo Público do Paraná; BRASIL, Átila Silveira *Cornélio Procópio das Origens e da Emancipação do Município*, 2 ed. Cornélio Procópio: UENP, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/57110869-Cornelio-procopio-das-origens-e-da-emancipacao-o-municipio.html>> Acesso em: 19 fev. de 2020.

Data da descrição: 19 de fevereiro de 2020

Topografia: Depósito 49: estante 30

COLEÇÕES

Código de Referência: BRPRAPPR PI 021

Título: Roselys Roderjan

Nível de Descrição: Fundo

Data-limite: 1902 – 2001

Dimensão e Suporte: 11,62 metros lineares

Nome do Produtor: Roselys Roderjan

Biografia: Roselys Vellozo Roderjan nasceu em Curitiba, Paraná, no dia 06 de abril de 1927. Filha de Porthos Moraes de Castro Vellozo e de Prudência Moritz Vellozo, ambos professores, graduou-se em Magistério na Escola de Professores de Curitiba (atual Instituto de Educação) e em História (Bacharelado e Licenciatura) na Universidade Federal do Paraná, no ano de 1964. Em 1889, obteve grau de Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com a dissertação *A Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional*, um importante estudo acerca da genealogia paranaense que deu origem ao livro *Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional*, publicado em 1992. Roderjan presidiu a Comissão Paranaense de Folclore (Comissão Nacional de Folclore/IBECC/UNESCO - RJ) de 1976 a 1984 e de 1993 a 1996, tendo incentivado estudos e publicações sobre o Folclore do Paraná, colaborando ativamente com a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE - RJ) entre 1976 e 1982. Ela também atuou em instituições culturais do Estado do Paraná, realizando palestras, cursos, trabalhos de pesquisa e apresentações públicas e em instituições de ensino como professora, lecionando em cursos de ensino primário, secundário e de ensino superior. Faleceu em 16 dezembro de 2004 em Curitiba.

Âmbito e Conteúdo: O fundo é constituído de 291 livros e 40 caixas-arquivo contendo documentos manuscritos avulsos, impressos e documentos audiovisuais

Características físicas e Requisitos técnicos: Documentação manuscrita e impressa

Instrumentos de Pesquisa: Planilha eletrônica

Nota: Para a biografia desse fundo foi consultada a biografia de Roselys Roderjan elaborada por Fernando Roderjan e a contida na dissertação de mestrado de Roselys Roderjan, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112222/79349.pdf?sequence=1&isAllowed=y>)

Data da descrição: 07 de junho de 2017

Topografia: Depósito 49: estante 30; depósito 63

Fundo Privado/Pessoal

Código de referência: BR APPR PI 026**Título:** Moysés Wille Lupion de Troya**Nível de descrição:** Fundo**Data-limite:** 1945-1980**Dimensão e suporte:** 44,79 metros lineares**Nome do produtor:** Moysés Wille Lupion de Troya

Biografia: Moysés Lupion nasceu em Jaguariaíva, Paraná, em 24 de março de 1908. Pertencente a uma numerosa família, de posses modestas, veio estudar em Curitiba, onde concluiu seus estudos em 1924 no Ginásio Paranaense e, posteriormente, no Colégio Pathernon. Aos 16 anos, mudou-se para São Paulo onde fez o curso de Economia na Escola Álvares Penteado e iniciou sua vida profissional na firma Ribeiro & Squario, e depois na A. E. Carvalho, na qual operava na serraria e no setor de exportações. Por ocasião da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, a firma sucumbiu e Lupion voltou à cidade de Piraí do Sul, no interior do Paraná, onde casou-se com Hermínia Rolim em novembro de 1930. Associado a um dos seus irmãos, José Lupion, obteve êxito na área madeireira. Tornou-se proprietário de empresas de vários ramos: mineração, siderurgia, navegação e agricultura. Bem sucedido como empresário dos ramos industrial e comercial, Moysés Lupion se interessou pela vida pública, assumindo a presidência do Partido Social Democrático (PSD) em 1946. Foi eleito governador do Estado do Paraná por duas vezes: na primeira gestão (1947-1951), época de redemocratização do país após a queda do Estado Novo, realizou obras importantes nos setores de educação, transportes e saneamento. Neste período, porém, o Paraná esteve envolvido no escândalo de terras devolutas, tendo Lupion sido acusado de desvio de verbas públicas e alienação de terras em favor de amigos e parentes. Segundo seus críticos, teria iniciado uma das maiores especulações imobiliárias do Brasil, distribuindo grande quantidade dessas terras por preços muito baixos e para uma pequena parcela de pessoas. No segundo mandato (1956-1961), ampliou a rede viária do Estado e incentivou a produção de energia elétrica. Exerceu também os cargos de senador (1954-1955) e deputado federal (1962-1964), sendo cassado no Golpe de Estado de 1964. Em 1972, casou-se pela segunda vez com Wilma Ramos de Almeida Doefer. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1991.

Procedência: Documentação doada por Wilma Lupion, viúva do titular, em 10 de dezembro de 1999

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído de 276 caixas-arquivo com recibos, ordens de pagamento, correspondências, relatórios, folhas de pagamento, telegramas, orçamentos, ordens de compra, jornais e recortes de jornais, notas fiscais e contratos referentes às empresas e fazendas de Moysés Lupion. Outro conjunto de documentos diz respeito à vida familiar, composto por cadernos escolares, correspondências pessoais, seguro de vida, certificado de sócio de

vários clubes, cartas e telegramas de sua primeira esposa, Hermínia, cartões de natal, recibos, diplomas, planta de fazendas, bilhetes, recados, fotos familiares, talões de cheque, recibos de luz, água, condomínio, telefone, automóveis, bilhetes de passagens aéreas, cartões postais, agenda telefônica e agenda pessoal. No que se refere à sua vida pública, constam panfletos de campanha político-partidária, correspondências, proposta de plano de governo do Partido Social Democrata, projeto de criação do Porto Livre de Antonina, discurso datilografado de quando era senador, recortes de jornais com matérias sobre o político, fotos e cartazes da campanha política-eleitoral; relatórios de governo, relatórios orçamentários, telegramas, pareceres, placas de homenagem, comunicados, discursos impressos, prestações de contas, relatório de fim de mandato, atas, relatório do Departamento de Estradas de Rodagem, plantas de construções de rodovias e projetos de uma avenida central em Curitiba

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita, datilografada e iconográfica

Instrumentos de pesquisa: Base de dados eletrônica

Nota do arquivista: Para a história biográfica de Moysés Lupion foram consultadas as seguintes fontes: VAZ, Raul. *Moysés Lupion: A verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986. DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

Data da descrição: Maio de 2001

Topografia: Depósito 49: estantes 27 e 28; depósito 63

ENTIDADE COLETIVA

Código de referência: BR APPR PI 038

Título: Associação dos Funcionários Públicos

Nível de descrição: Fundo

Data-limite: 1945-1952

Dimensão e suporte: 0,06 metros lineares

Nome do produtor: Associação dos Funcionários Públicos e Conselho Fiscal dos Funcionários Públicos

História administrativa: A Associação dos Funcionários Públicos do Paraná foi fundada em 1º de maio de 1932, em Curitiba, com a finalidade de defender os interesses e os direitos do funcionalismo, e promover a união dos servidores públicos em geral.

Âmbito e conteúdo: O fundo é constituído por três livros com assentamentos funcionais e atas do Conselho Fiscal dos Funcionários Públicos

Características físicas e requisitos técnicos: Documentação manuscrita

Instrumento de pesquisa: Listagem contendo código, título e datas limite

Nota do arquivista: Para a história administrativa foi consultada a seguinte fonte: ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO PARANÁ. *Estatutos da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná*. Curitiba: Minerva, 1933. p. 17.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 50: estante 11; depósito 61: estante 07

Fundo Privado/Pessoal

Código de referência: BR APPR PI 041

Título: Romario Martins

Data-limite: 1876-1948

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 2,56 metros lineares

Biografia: Alfredo Romario Martins nasceu em Curitiba, Paraná, em 8 de setembro de 1874. Iniciou suas atividades profissionais como tipógrafo em gráficas locais tornando-se, a seguir, auxiliar de redação. Trabalhou em vários jornais e foi redator-chefe do Jornal A República. Fundou e dirigiu várias revistas literárias e científicas em colaboração com outros intelectuais da sua época. O interesse por assuntos diversos como história, botânica, demografia e economia, levou-o a escrever cerca de quarenta obras, dentre as quais História do Paraná (1899); Ilex-mate; Chá sul-americano (1926); Quantos somos e quem somos - dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná (1941). Foi um dos fundadores e presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1900); diretor do Museu Paranaense (1902-1928); diretor do Departamento Estadual de Agricultura (1928-1930); deputado estadual em 10 legislaturas, entre 1904 e 1928; autor dos projetos do Código Florestal, do Código de Erva-Mate, do Código de Caça e Pesca, da lei que criou reservas indígenas em Palmas, Guarapuava, Tibagi e Rio Negro. Foi também vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba, exercendo o cargo de prefeito. Influenciado pelo positivismo e pelo movimento simbolista, foi um encorajador do movimento Paranista. Faleceu em Curitiba, no dia 10 de setembro de 1948.

Sistema de arranjo: O fundo, que contém 18 caixas-arquivo, está dividido em três subfundos, oito séries, seis subséries e doze dossiês

Instrumento de pesquisa: Planilha eletrônica

Nota do arquivista: Para o item biografia foram consultadas as seguintes fontes: SZVARÇA, Décio Roberto. *O forjador: ruínas de um mito: Romário Martins, 1893-1944*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

Data da descrição: Abril de 2001

Topografia: Depósito 49: estante 30; depósito 63: arquivo de aço A2: gaveta 1

Fundo Privado/Pessoal

Código de referência: BR APPR PI 042**Título:** Pacífico Frederico Zattar**Data-limite:** 1923 - 1975**Nível de descrição:** Fundo**Dimensão e suporte:** 0,14 metros lineares

Biografia: Pacífico Frederico Zattar nasceu na cidade de Morretes em 25 de julho de 1896, filho de Elias Pacífico Zattar e Emma Frederico Zattar. Estudou em Morretes, Ponta Grossa, Paranaguá e Curitiba.

Com a declaração de guerra contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, assentou praça no Exército como voluntário em 12 de dezembro de 1917, onde permaneceu até 1926, servindo no 4º Regimento de Infantaria e no 15º Batalhão de Caçadores. Posteriormente passou em concurso e foi promovido a 3º Sargento, Sargento e 2º Tenente da Reserva de 1ª Linha do Exército.

Em 1922, foi designado para representar a 5ª Região Militar nas Olimpíadas do 1º Centenário da Independência do Brasil. Conquistou o 1º lugar na prova nacional de Fuzil de Guerra das Praças do Exército Brasileiro, 300 m, alvo fixo e tiro lento; 2º lugar na prova latino-americana de Fuzil de Guerra, 300 m, alvo móvel e tiro rápido; e 1º lugar na prova internacional de Fuzil de Guerra, 300 m, alvo móvel e tiro rápido. Recebeu medalhas e taças como prêmios.

Foi instrutor dos Tiros de Guerra em Curitiba e Morretes.

Em maio de 1931, foi nomeado funcionário da Secretaria da Fazenda. Em julho do ano seguinte, foi designado na Secretaria do Interior e Justiça e posteriormente como Delegado de Polícia. Em agosto de 1932, foi nomeado Prefeito de Morretes. Eleito para outro mandato, permaneceu como Prefeito até novembro de 1938, quando pediu demissão. Viúvo em 1930, após dois anos de casamento com Sarah Leite Mendes, casou-se novamente em 1936, com Ângela Scucato, com quem teve dois filhos.

Foi presidente do Tiro de Guerra, sócio fundador do Operário Futebol Clube e sócio benemérito da Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários.

Após vários cargos exercidos pela Secretaria da Fazenda entre 1946 e 1967, aposentou-se, a pedido, em 11 de abril de 1967.

Faleceu em 9 de julho de 1980.

Procedência: Documentação doada por Maria Angela Zattar, filha de Pacífico Frederico Zattar, em 09 de setembro de 2019

Âmbito e conteúdo: Folhetos de propaganda política, estatuto da União Democrática Nacional, telegramas trocados,

correspondência, recortes de jornal, caderneta de assentamentos do 4º Regimento de Infantaria dados biográficos de Pacífico Zattar, relatório apresentado ao Manoel Ribas da prefeitura de Morretes

Instrumento de pesquisa: Planilha eletrônica com a descrição dos documentos, data, local, dimensão e tipologia

Nota do arquivista: Para o item biografia foi usada a própria documentação do fundo

Data da descrição: 17 de janeiro de 2020

Topografia: Depósito 49: estante 30

REALIZAÇÃO

